

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**O TRABALHO INFORMAL:
O ESTUDO DOS CAMELÔS DE PORTO ALEGRE**

MARIO ALE SIEDE

Dissertação submetida como
requisição para a obtenção do título
de MESTRE EM SOCIOLOGIA

Orientadora: Prof^a Dr^a Sonia M. Laranjeira

Porto Alegre, março de 1994

A **Maria**,
por ser o melhor
que me aconteceu
no Brasil.

AGRADECIMENTOS

A CAPES e ao CNPq pelo auxílio financeiro para a realização do curso.

Ao apoio do Programa de Dotações para Pesquisa da ANPOCS, com recursos da Fundação FORD.

À minha orientadora, Sonia M. Laranjeira, pela sua dedicação e confiança.

Aos professores do Curso, que alimentaram minha paixão pela Sociologia.

Ao Diego Valiente e à Santa Julia de Oliveira pelo auxílio na aplicação dos questionários.

Aos colegas e amigos do Mestrado, pelo apoio e pelas sugestões recebidas, pelas incontáveis conversas sobre a vida e o mundo em mesas de bar.

Aos amigos brasileiros e argentinos que fizeram com que morar no Brasil se tornasse uma aventura bonita e inesquecível.

Aos camelôs das ruas de Porto Alegre que gentil e desinteressadamente colaboraram para a realização desta dissertação.

Aos meus pais e irmãos pelo carinho e confiança.

À Marisa, como colega e como companheira.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 ENFOQUES SOBRE A INFORMALIDADE: COMENTÁRIO CRÍTICO .	18
1.1 A proposta nas origens: o setor informal	18
1.2 A proposta neoliberal: a ilegalidade	29
1.3 Um novo enfoque.....	34
1.4 A informalidade como processo e a experiência da informalidade	40
2 ESTRUTURA OCUPACIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE NOS ANOS 80 E 90	47
3 CAMELÔS: ELEMENTOS PARA ANALISAR A EXPERIÊNCIA DA INFORMALIDADE NO CASO EM ESTUDO	54
3.1 Perfil dos camelôs	54
3.1.1 Características pessoais	54
3.2 Características da família dos entrevistados.....	68
3.2.1 Características dos pais dos entrevistados	76
3.2.2 Características do chefe da família.....	82
3.3 Trajetória ocupacional dos entrevistados	84
3.3.1 As ocupações	85
3.3.2 Posse de carteira assinada	87
3.3.3 Permanência nas ocupações	88
3.3.4 Lugar das ocupações anteriores	89

3.3.5 Tipo de empresa das ocupações anteriores	89
3.3.6 Ramo da atividade econômica	90
3.4 Características da ocupação atual	93
3.4.1 Tempo de trabalho como camelô.....	96
3.4.2 Motivos da inserção como camelô	98
3.4.3 Especificidades da ocupação	100
3.4.4 Renda dos camelôs	108
4 CAMELÔS, O SINDICATO E A PREFEITURA: A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA	112
CONCLUSÃO	120
OBRAS CONSULTADAS	126
ANEXOS	131

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende oferecer uma contribuição ao debate do discutido fenômeno da economia informal a partir da análise de dados primários obtidos em pesquisa original por nós realizada.

Apesar de tão debatido, o fenômeno da informalização do trabalho carece de uma melhor compreensão, em razão, principalmente, de sua extrema diversidade.

Sempre houve informalidade, no sentido de que as formas de trabalho que são estudadas hoje sob esse conceito já existiam em épocas anteriores. Entretanto, na atualidade, chama a atenção o fato de que, ao invés de uma completa racionalização ou proletarização em função do desenvolvimento capitalista, temos, contrariamente, o crescimento dessas atividades não só no Terceiro Mundo – como inicialmente se divulgava – mas também nos países industrialmente avançados.

Como se sabe, o desenvolvimento capitalista se caracteriza por criar processos dinâmicos de inclusão/exclusão de importantes setores sociais, tanto na esfera do trabalho assalariado como em outras dimensões da vida social. As especificidades desse desenvolvimento no contexto histórico dos últimos vinte anos destacam o tema dos processos de informalização da força de trabalho. O trabalho informal tem-se constituído numa das formas pelas quais principalmente a classe trabalhadora, mas também outros segmentos sociais, busca enfrentar a crise econômica, a recessão e o desemprego.

O papel do trabalho informal na ocupação da força de trabalho urbana tem assumido crescente peso social e econômico, o que justifica a importância do tema. A presença desse fenômeno levanta uma série de questões de crucial importância, ou seja, questões relacionadas às políticas públicas e ao papel do Estado, à dimensão político-organizativa da classe trabalhadora e à questão social no seu conjunto, as quais aparecem sob uma nova dimensão se observados desde a perspectiva dos ocupados na economia informal.

Entretanto, aparecem como necessários estudos dirigidos a conhecer as características específicas concretas dos trabalhadores informais como requisito prévio à abordagem das questões mencionadas acima. É nesse sentido que estão orientados os objetivos desse trabalho.

Num primeiro nível de análise, esse trabalho objetiva levantar e criticar aqueles que consideramos os principais enfoques sobre o tema, discutindo os esforços de conceituação da informalidade. Colocam-se também alguns elementos que consideramos necessários incorporar à discussão do fenômeno da informalidade tais como a noção de “processo” e de experiência da informalidade.

Num segundo momento, são analisados os resultados da pesquisa empírica realizada com o objetivo de mostrar as características dos trabalhadores informais aqui estudados – os camelôs – abordando aspectos objetivos e subjetivos desse segmento. São desenvolvidos aspectos que permitem vislumbrar o perfil sócio-econômico do grupo em estudo, aprofundando a análise com dados sobre as famílias dos entrevistados, o seu passado ocupacional e as particularidades da sua ocupação.

No decorrer desta análise os dados são confrontados com as hipóteses levantadas e com as noções correntes existentes sobre o trabalho informal.

Na medida em que a atividade em estudo desenvolve-se no âmbito do espaço público de alguns pontos da cidade, são analisadas as relações do grupo com a Prefeitura Municipal e com o Sindicato de Ambulantes de Porto Alegre com o objetivo de mostrar as diversas regras, visíveis e invisíveis, que regulam o trabalho informal.

As generalizações mais significativas sobre o tema da economia informal, segundo a opinião de Portes e Castells (1990), podem se resumir nos seguintes pontos:

a) A **universalidade** do fenômeno. Os estudos sobre economia informal surgiram no Terceiro Mundo para caracterizar e calcular o tamanho de importantes segmentos da força de trabalho que não se engajava na economia segundo a previsão implícita de proletarização e homogeneização da força de trabalho decorrente do desenvolvimento capitalista. A explicação para o fenômeno era atribuída às características específicas do desenvolvimento periférico e dependente das nações do Terceiro Mundo. O quadro histórico comparativo de referência utilizado para analisar aquelas características era o do capitalismo do século passado nos países centrais, buscando-se determinar as diferenças e semelhanças entre esses distintos lugares e momentos do desenvolvimento capitalista.

Entretanto, estudos recentes mostram que atividades ou ocupações semelhantes e com dinâmicas também semelhantes, estão presentes tanto no contexto dos capitalismo avançados como nos países de economias centralizadas, tais como as socialistas.

No que se refere aos países avançados verificou-se que a tendência à homogeneização da força de trabalho como resultado do extraordinário desenvolvimento do capitalismo ocorrido a partir dos anos 50, está sofrendo

um processo inverso, com sucessivos períodos de crises, experimentados desde o início dos anos 70. O processo de reestruturação da produção e suas implicações no processo de trabalho e na organização da produção tende, na atualidade, a uma heterogeneização da força de trabalho com o surgimento (ou ressurgimento) de formas de trabalho com características semelhantes às chamadas informais nos países periféricos. Contata-se nos Estados Unidos e nos países da Europa, a existência de importantes e dinâmicos setores da economia que se desenvolvem com base na organização de pequenas empresas não legalizadas, com base no trabalho (industrial ou não) de âmbito domiciliar, assim como uma larga utilização do assalariamento sem nenhum tipo de proteção legal, desconhecendo a regulamentação estatal das atividades econômicas (ver Sanchis e Minana, 1988, parte III e Portes e Castells, 1990, parte primeira). Comentaremos mais adiante os efeitos desses processos nas condições de vida e de trabalho da força de trabalho.

No que se refere aos países socialistas, onde a economia organizava-se de forma centralizada e planejada a partir do Estado, verificou-se a existência de uma ampla gama de atividades desenvolvidas no âmbito domiciliar, assim como o comércio de mercadorias, os quais encontravam-se fora dos traçados pelas burocracias e que permitiam geração de renda significativa para as famílias e os trabalhadores (Stark, 1990). As características dessas atividades são semelhantes às estudadas nos países de Terceiro Mundo e talvez se pudesse arriscar a pensar que os processos

recentes de reformas estruturais das economias socialistas, venham a ampliar a presença dessas atividades.

Desta forma, há um consenso entre os autores que tratam da economia informal, sobre a característica de universalidade desse processo. O mesmo atinge, com significados e alcances diferentes segundo cada contexto histórico, todas as formas e os diferentes estágios de organização econômica no mundo.

b) A **heterogeneidade** da economia informal. A ampla diversidade de atividades e/ou ocupações que se desenvolvem na economia informal é outra das características típicas do fenômeno. Dentre os diversos fatores que geram essa característica destacam-se dois: o primeiro, refere-se a distribuição das ocupações informais em praticamente todos os estratos sociais. Amplamente concentradas nos diferentes estratos sociais que compõem a classe trabalhadora e aqueles estratos pobres da população, a informalidade acontece também e se constitui em meio de geração de renda utilizado por relevantes setores de classes médias pauperizadas. Essa distribuição vertical da informalidade em diferentes setores sociais tem a ver com o segundo fato a ser destacado: as múltiplas estratégias de utilização da força de trabalho implementadas pelo capital, processos que permitem observar as diversas formas pelas quais as ocupações informais se articulam com a atividade econômica formalmente organizada e regulamentada.

c) Outro ponto consensual refere-se ao significativo **crescimento** das ocupações e relações de trabalho informais. De maneira geral, as razões desse fato podem ser buscadas, primeiro, na vinculação que existe entre as novas formas de organização que assume o capital, dentre as quais destacam-se particularmente a descentralização organizativa e a flexibilização do trabalho, processos que possibilitariam baratear custos mediante a utilização de trabalho informal. Um segundo aspecto a ser mencionado, refere-se à tendência a precarização da intervenção da força de trabalho no processo produtivo, e as conseqüências desse processo em termos de desproteção aos trabalhadores.

De outro lado, há que se destacar, para o caso específico da América Latina, o quadro de degradação das condições de vida da classe trabalhadora: baixos salários, deterioração das condições de trabalho e da qualidade de vida da classe trabalhadora. Nesse sentido, a informalidade apresenta-se como estratégia que permite aumentar a renda ocupando todos os membros da família, inclusive o próprio chefe.

De maneira preliminar, entende-se por **trabalho informal**, o trabalho caracterizado pelas seguintes especificidades: as condições precárias de trabalho, a baixa produtividade, a marginalização em relação às políticas governamentais, a escassa qualificação dos trabalhadores, a ausência de um vínculo empregatício formalizado legalmente e o caráter restritivo ou a

inexistência de regulamentação dessas ocupações. No decorrer desse trabalho analisaremos mais exaustivamente essa definição.

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos: no Capítulo 1, Enfoques sobre a informalidade, discutem-se criticamente dois enfoques distintos de abordagem do tema. Primeiramente, o enfoque desenvolvido pelas elaborações do Programa de Emprego para a América Latina e o Caribe (PREALC) e, em segundo lugar, o enfoque proposto pelo Instituto Democracia y Libertad de Lima – Peru ¹.

Em terceiro lugar, expõe-se o que poderíamos chamar um novo enfoque sobre economia informal e informalidade nas relações de trabalho, cujo mérito é o de tentar superar a perspectiva dualista que está implícita no conceito de setor informal. Examinam-se aqui alguns aspectos considerados fundamentais para a compreensão do tema no contexto da América Latina.

Completando esse capítulo apresentam-se os instrumentos teórico-metodológicos utilizados na investigação ora apresentada.

No Capítulo 2, Estrutura ocupacional da Região Metropolitana de Porto Alegre – anos 80 e 90, apresentam-se alguns elementos para uma breve caracterização do contexto estrutural no qual foi realizada a pesquisa

¹ Deixamos de apresentar e discutir outras abordagens, tais como as que estudam fenômenos semelhantes sob a perspectiva da produção capitalista, ou preocupadas com o fenômeno da marginalidade social. Para maiores detalhes, vide Kowarick (1975), Azevedo (1983), Oliveira (1972), Castells (1973), Singer (1973) entre outros.

empírica, isto é, aspectos típicos da estrutura ocupacional da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPOA). O tratamento desse ponto justifica-se na medida em que constitui o quadro a partir do qual podem ser feitos comentários sobre o significado da economia informal, assim como da leitura dos dados levantados.

Nesse capítulo, ainda será comentada a questão do emprego na RMPOA sob o ponto de vista conjuntural, a partir de dados secundários sobre o emprego nos anos 90.

O Capítulo 3, Camelôs – Elementos para analisar a experiência da informalidade no caso em estudo, apresenta os dados empíricos levantados junto aos camelôs de POA. A estratégia de apresentação prioriza a descrição e análise dos dados de forma comparativa com os levantados em outras pesquisas sobre o mesmo objeto, e comparados também com os dados fornecidos pela Pesquisa Mensal de Emprego e a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) de 1990 da RMPOA.

Pretende-se colocar aqueles elementos que permitam reconstruir a **experiência da informalidade** vivenciada por esse grupo social, com a finalidade de discorrer sobre as variadas dimensões que caracterizam o trabalho informal no específico contexto de estudo.

No Capítulo 4 são analisadas as opiniões do grupo em estudo sobre o Sindicato de Vendedores Ambulantes de POA e sobre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre naqueles aspectos que lhes são de particular interesse como a organização da categoria e a pressão institucional exercida pela Prefeitura para disciplinar o espaço público. Pretende-se mostrar a importância da ação dessas instituições para a sobrevivência da atividade dos camelôs.

Finalmente, no Capítulo 5 são colocadas algumas conclusões sobre a pesquisa empírica e seus aspectos teórico-metodológicos, assim como sobre a problemática levantada em torno da economia informal.

Esse estudo pretende, mais do que qualquer outra coisa, explorar os dados levantados na tentativa de contribuir para um maior conhecimento da população inserida no amplo e heterogêneo mundo da informalidade do trabalho.

A Seleção da Amostra

A seleção da amostra que reúne 143 casos de camelôs de Porto Alegre foi realizada de forma aleatória não sistemática. Levou-se em consideração os pontos da cidade que apresentam maior concentração espacial da atividade.

Essas informações foram obtidas junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPOA), segundo as quais o bairro de maior concentração de camelôs é o Centro da cidade, seguindo, na ordem de importância, os bairros Passo D'Areia e Azenha.

Segundo o Censo Econômico de Porto Alegre 1990, o número de pessoas ocupadas na atividade de camelô na cidade é de 1.022. Entretanto, estimativas de fontes também oficiais (PMPOA) afirmam que o número real variaria entre 1.700 e 2.000 camelôs distribuídos na cidade. Tomando como base a média desses últimos valores, a amostra levantada representaria em torno de 7 a 8% do total de camelôs e a fração amostral estaria na relação 1/12.93.

Deve-se salientar que, tendo em vista as características, objetivos e hipóteses colocadas por esse estudo, desconsiderou-se um cálculo matemático específico de amostra.

Para a seleção das pessoas a serem entrevistadas, escolheram-se determinadas ruas nos pontos de concentração mais importantes. Definidas tais ruas procedia-se a realização do levantamento dos dados daqueles camelôs que se encontravam trabalhando nesses pontos.

Na Região Central, onde se concentra mais de 50% da atividade econômica do município, estão localizados os bairros Centro e Azenha. No

primeiro bairro, situa-se o ponto mais antigo de exercício da atividade de camelô, enquanto que no segundo a concentração é relativamente recente. Segundo o Censo Econômico, na Região Central, as unidades econômicas definidas como “ambulantes/camelôs” seria de 76,71% do total de ambulantes para o município.

Na Avenida Assis Brasil, no bairro Passo D’Areia está situada a segunda maior concentração de camelôs. Localizada na Região Intermediária Norte da cidade, concentra pouco mais de 17% das unidades econômicas totais do município e 10.47% do total da categoria “ambulantes/camelôs”.

A relação da amostra com os dados fornecidos pelo Censo Econômico detalha-se no seguinte quadro:

	Censo Econ.	Amostra		
	POA			
	%	%		%
Região Central	76.71	69.9	Centro	53.1
			Azenha	16.8
Região Intermediária Norte	10.47	30.1	Passo D’Areia	
Resto do Município	12.81	(-)		

CAPÍTULO 1

ENFOQUES SOBRE A INFORMALIDADE:

COMENTÁRIO CRÍTICO

1.1 A PROPOSTA NAS ORIGENS: O SETOR INFORMAL

Pode-se afirmar que as origens do tema que nos preocupa encontra-se nos estudos pioneiros do Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC), ligado à Organização Internacional do Trabalho. A preocupação central deste enfoque era analisar a problemática do emprego tendo em vista o funcionamento das economias em desenvolvimento ou subdesenvolvidas. Os primeiros estudos (Tokman e Souza, 1975), tendiam ao aperfeiçoamento das categorias analíticas da teoria econômica para apreender o fenômeno do setor informal, constituindo um quadro conceitual que permitisse a distinção entre setor informal, marginalidade e pobreza. Além do interesse científico essas pesquisas estavam orientadas para a definição de políticas públicas que contribuíssem para melhorar as condições do trabalho informal, assim como viabilizar o seu fortalecimento do setor informal. Nessa perspectiva, o tamanho do setor, o

seu funcionamento e relações com o resto da economia - setor formal -, são objetos de estudos em diversos países da América Latina.

Qual é o pensamento que serve de base a estes primeiros estudos?

Em termos gerais, pode-se dizer que é o discurso industrialista e modernizador que se consolida na década de '50 a partir das contribuições da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), baseado no que os próprios autores desta corrente denominaram de "pensamento estruturalista latino-americano" - uma adequação do estruturalismo funcionalista à realidade latino-americana. Vejamos estas contribuições.

Segundo essa perspectiva, a análise econômica deveria partir do reconhecimento da existência, em nível mundial, de dois grandes pólos econômicos em interação: o centro e a periferia. As estruturas produtivas do centro teriam como característica as de serem "homogêneas e diversificadas" enquanto que as da periferia seriam "heterogêneas e especializadas". A proposta cepalina (segue-se nesta parte a Rosales, 1988) criticava a teoria clássica do comércio exterior, a qual concebia a inserção dos países da região no comércio internacional, de um lado, como produtores de alimentos e matérias primas e, de outro, como importadores de manufaturas e de pacotes tecnológicos. Para os autores cepalinos, os países latino-americanos deviam industrializar-se contando com uma adequada política protecionista, garantida pela intervenção do Estado,

através de uma adequada planificação econômica. O financiamento externo era considerado fundamental para o crescimento econômico latino-americano.

É importante sublinhar que essa proposta desenvolveu-se no momento em que se constatava uma taxa de crescimento anual superior a 5% durante as décadas de '40, '50 e '60.

No início dos anos '70, percebem-se os limites dessa perspectiva enquanto desenvolve-se a preocupação mais persistente com uma visão mais integral do desenvolvimento. A presença de índices de crescimento econômico interno, como ocorrera nos países mais dinâmicos da região, permite concluir que:

"o desenvolvimento não se esgota no crescimento, já que inclui mutações nas estruturas produtivas, demográfica, ocupacional e distributiva, dimensões todas que não cabe considerar como subprodutos mecânicos do aumento da renda per capita". (idem, p. 24)

Surge então a preocupação pela dimensão social do desenvolvimento, dada a presença de grandes massas de população desempregada em consequência dos fenômenos migratórios, da inadequação da tecnologia utilizada, dos processos de modernização fragmentária e de inclusão limitada. A discrepância entre crescimento aceitável do produto e a não tradução do mesmo numa expansão correlativa das oportunidades de

emprego é explicada por Tokman e Souza num dos primeiros trabalhos sobre setor informal que data de 1975. Uma das causas do fenômeno acima mencionado é, segundo os autores, relacionada aos setores produtivos urbanos instalados para atender mercados de bens de consumo pequenos e altamente diversificados, característicos de uma estrutura de renda concentrada (Souza, 1980). Por outro lado, afirmam os autores, a industrialização na região latino-americana surgiu num período de expansão, em nível mundial, das grandes empresas dos países centrais, estabelecendo-se filiais das mesmas na região, o que afetaria o tipo de bens produzidos (segundo uma demanda de consumo imitativo para um mercado reduzido) (Tokman, 1987), e a tecnologia utilizada: o progresso tecnológico seria poupador de capitais, sendo porém muito mais significativa a poupança no fator mão-de-obra.

A estrutura de mercado que se formou apresenta, em geral, características oligopólicas, reforçada pelo padrão de acumulação de renda. Essa acumulação possibilitou a instalação de novos setores industriais ou a ampliação dos já existentes, mediante ondas de modernização tecnológica na estrutura produtiva, gerando maior produto, mas restringindo o crescimento da incorporação da força de trabalho nos setores capitalistas mais dinâmicos. Esse processo de baixa absorção de mão-de-obra é agravado pelo crescimento da oferta de força de trabalho urbana provocado pelo contínuo fluxo migratório rural-urbano.

Essa industrialização tem como característica um menor rendimento dos investimentos em termos de criação de postos de trabalho e uma menor absorção relativa de mão-de-obra no setor secundário. Por outra parte a incorporação de tecnologia importada no contexto latino-americano produziu o que Pinto (1970) chamou de heterogeneidade estrutural.

"Comprovava-se que a capacidade de irradiação do setor moderno, antes que a uma homogeneização da estrutura produtiva conduzia a um aprofundamento da heterogeneidade da mesma, e a uma "tripla concentração" dos frutos do progresso técnico: ao nível social, ao dos estratos econômicos e ao regional". (Rosales, 1988, p. 24)

A estrutura produtiva assim configurada constitui mercados de trabalho urbanos diferenciados, segmentados e heterogêneos ¹.

A partir desta concepção do desenvolvimento é que se distinguem analiticamente dois setores na economia. O setor formal, que concentra as atividades econômicas organizadas demandando mão-de-obra qualificada ou com maior experiência dentro de cada categoria profissional, para vagas ocupacionais disponíveis nas empresas capitalistas e nos serviços pessoais solicitados pelas camadas de maior renda. Por outro lado, encontra-se o setor informal, constituído por pessoas que não exercem atividades nas empresas organizadas de forma capitalista e que constituem o resultado

¹ Embora coincidindo em que as características desse desenvolvimento levaram à formação de uma estrutura social heterogênea em termos de emprego, produto e consumo, Vilmar Faria (1980, p. 148) contesta, para o caso do Brasil, a hipótese implícita desse enfoque que aqui apresentamos, de que teria existido uma insuficiência dinâmica do setor industrial na criação de novos empregos. Faria mostra que o setor industrial contribuiu em 30% na criação de novos empregos, principalmente nas décadas de '60 e '70, acompanhando o processo de urbanização.

visível do **excedente relativo de força de trabalho** (Tokman, s.d, Souza, 1980). Inclui-se a maior parte dos trabalhadores por conta própria, o serviço doméstico e os ocupados em pequenas empresas (até unipessoais) não organizadas formalmente e com pouca ou nenhuma capitalização.

Observa-se que a construção do conceito "setor informal" parte do pressuposto da existência de racionalidades econômico-produtivas diferentes. Enquanto no **setor formal** da economia a motivação essencial é a acumulação, no **setor informal** há uma lógica de produção própria e distinta da do resto da economia. A racionalidade econômica particular desse setor tem como objetivo e motivação fundamental a subsistência do grupo familiar e, em seguida, a manutenção da atividade.

Como diz Martin Guerguil (1988, p. 58) "*esta racionalidade particular do setor informal é considerada, então, como a fonte lógica de suas outras características*": a organização da produção se dá com um uso intensivo de mão-de-obra e em mercados abertos, o que permite uma grande "**facilidade de entrada**". A escassa tecnologia, a baixa produtividade e o baixo nível de renda, completam a caracterização da informalidade desde esse ponto de vista.

É importante destacar que as pesquisas empíricas orientadas por essa concepção do setor informal visavam à medição das dimensões ou o tamanho do setor informal, assim como a estudar o funcionamento do setor

e suas relações com o resto da economia. Esses estudos baseavam-se em pesquisas domiciliares. Com essa base empírica e ao caracterizar o setor informal como o último degrau - o mais baixo - da estruturação de ocupações determinadas pela heterogeneidade de economia urbana, o foco das pesquisas era os grupos populacionais mais afetados pela pobreza, fato que levou à identificação do setor informal como um estrato sócio-econômico da população total caracterizado pela carência em termos de qualidade de renda e de consumo e pela dificuldade de acesso ao emprego.

Essa postura, que caracteriza o setor informal como **componente do mercado de trabalho segmentado**, coloca como principal elemento definidor a escassa ou nula dificuldade de entrada ao mercado de trabalho pelos baixos requerimentos de capital para iniciar a atividade, assim como pela não exigência de capacidades de trabalho específicas. Partindo dessa base, definem-se como atividades informais as exercidas pelos empregados domésticos, pelos vendedores ambulantes de bens e serviços, pelos donos de pequenas oficinas, pelos trabalhadores familiares não remunerados, pelos trabalhadores assalariados em pequenas empresas.

As características principais desses trabalhadores seriam os baixos níveis de educação formal, as baixas rendas e a alta concentração de mulheres, meninos, idosos e migrantes rurais. Esses trabalhadores teriam também possibilidades limitadas de abandonar suas ocupações informais e passar a desempenhar ocupações no setor formal.

Uma crítica que considero central a este enfoque é desenvolvida por Portes (1984, p. 97-98). Esse autor considera que existe uma contradição nesta perspectiva de análise que se expressa no seguinte: do ponto de vista das definições teóricas, *"no essencial, reformula-se o conceito de pobreza colocando maior ênfase no tema do **emprego** em vez de no tema do **consumo**".* Isto é, define-se o setor informal como o mais baixo escalão no mercado de trabalho. A contradição observa-se quando, a partir das *"definições empíricas - baseadas no tipo de emprego mais do que nas características individuais - obtêm-se resultados que divergem a respeito das expectativas teóricas".*

Essas divergências surgem quando, como resultado de pesquisas empíricas, elementos que para esse enfoque são definidores do setor informal, não são confirmados. Por uma parte, resultados de pesquisas mostram a existência de "barreiras de entrada" ao trabalho informal, decorrentes de exigências de capital; ou como mostram Berlinck (1972) e Lomnitz (1975), a incorporação ao trabalho informal também depende de "redes" de contatos informais para o acesso à informação e ao trabalho sendo a base dessas relações o parentesco, a amizade, a proximidade física e a transmissão do conhecimento de certas particularidades das ocupações informais. Lopez (apud Sabóia, 1989) considera o capital, o espaço, a qualificação no trabalho e as barreiras oficiais como barreiras que obstaculizam a entrada de trabalhadores ao setor informal. Essas barreiras

estariam concentradas principalmente na indústria porém, sendo também encontradas nos ramos de comércio e serviços.

Por outra parte, comprova-se também que os níveis de renda aferidos pelos trabalhadores informais estão acima daqueles recebidos por importantes setores de trabalhadores assalariados contratualmente em setores organizados de empresas capitalistas, contradizendo a afirmação de que o trabalho informal seja característico do escalão mais baixo do mercado de trabalho.

Por último, não se pode generalizar a afirmação de que o setor informal seja receptáculo de migrantes rurais, como inicialmente esse enfoque propunha.

Portes (1984) coloca três críticas específicas às definições operacionais da perspectiva que analiso. A primeira delas, a *"exclusão de um número importante de pessoas"*. Ficam fora importantes setores da *"produção de subsistência direta"* como a pequena agricultura urbana, a auto-construção da moradia e, principalmente, os trabalhadores assalariados disfarçados.

Em segundo lugar, sempre segundo Portes, *"esta definição deprecia as diferenças entre as diversas classes de empregos no setor informal"*. Isso aponta para o fato implícito no enfoque em questão, ou seja, a excessiva

generalização dos conceitos utilizados para abranger vários e diferenciados segmentos de trabalhadores informais. É preciso considerar que cada um desses segmentos tem especificidades próprias que escapam às definições mais comuns da informalidade. Na base desta crítica está o fato de que no campo da informalidade atuam pessoas que vêem nela uma alternativa ao trabalho assalariado formal. Portes afirma que *"não seria um exagero dizer que estas atividades são tão variadas como aquelas que se classificam no setor formal"*: pequenos empresários e seus trabalhadores, artesãos independentes e comerciantes, diversas formas de assalariamento disfarçado e diversos mecanismos de sub-contratação, etc.

O problema está em identificar diferentes tipos de empregos e ocupações como informais e depois *"se limitar a supor que representam o mesmo fenômeno"*.

Por último, essa abordagem *"rejeita a possibilidade de que exista emprego simultâneo em atividades formais e informais"* (idem, p. 99). É importante salientar que não há excludência entre as duas formas de inserção no mercado de trabalho. Assim, um mesmo indivíduo pode desempenhar funções como assalariado formal e como trabalhador informal independente.

Cabe destacar que a estratégia de pesquisa que utiliza esse enfoque centrou-se na mensuração do tamanho do setor informal nas economias

periféricas, tendo portanto que colocar os indivíduos em um ou outro setor, viciando as potencialidades da utilização do conceito, por um lado, e desviando a atenção dos aspectos específicos de cada ocupação, por outro.

Para Portes (ibidem), o que está por trás do que ele chama "*estes três erros*", é "*o dualismo implícito que define o setor informal como mercado de trabalho*", à semelhança da oposição do moderno ao tradicional como proposto pelas primeiras teorias que abordaram o tema. Ao pretender quantificar a absorção de pessoas por cada setor, essa perspectiva,

"sacrifica o que é, com efeito, o aspecto mais promissor do conceito, ou seja, a oportunidade de entender como as economias periféricas operam como um sistema único e unificado".

No mesmo sentido, Cacciamali (1989) critica esse enfoque, afirmando que o critério de definição do setor informal pelos atributos opostos ao trabalho formal (onde existiriam barreiras de entrada, operação em larga escala, processos intensivos em capital, etc), produz a divisão simplista da economia, afirmando uma abordagem dual

"confrontada com os processos dinâmicos do produto e do emprego dos países em desenvolvimento. Continua-se a interpretar estes dois setores (formal e informal) como sendo independentes entre si, contrariando o mundo real". (p. 13)²

² Cacciamali utiliza como critério diferenciador das atividades dos setores formal e informal as formas de organização da produção em cada um desses setores. No informal, as atividades são organizadas sob formas não tipicamente capitalistas no sentido da não diferenciação entre capital e trabalho na unidade de produção; no setor formal tal diferenciação existe, sendo a organização da produção tipicamente capitalista. Esse critério já tinha sido utilizado por Kovarick (1975) e, em alguma medida, cria um novo dualismo analítico entre aquelas atividades que seriam capitalistas (formais) e não

1.2 A PROPOSTA NEOLIBERAL: A ILEGALIDADE

O tema da informalidade tem sido estudado mais recentemente desde uma perspectiva neoliberal (senão simplesmente liberal).

Baseado numa proposta analítica estática esse pensamento "*busca a eficiência microeconômica, cuja soma para o conjunto determina o bem-estar social*" (Ffrench Davis, 1988, p. 40). Nessa abordagem, a unidade de análise principal é a própria unidade microeconômica (a empresa) e propõe que do estudo das melhores condições de funcionamento da empresa no âmbito micro, podem ser produzidas conclusões válidas quando trasladadas a problemas de ordem macro. Outro dos princípios básicos desse pensamento, como afirma Ffrench Davis (ibidem) é que a economia como ciência "*dá respostas iguais aos mesmos problemas*" independentemente dos processos históricos, políticos e econômicos nos quais se situa a análise. Finalmente, o postulado de que uma liberdade econômica ampla é um requisito prévio para a liberdade política plena.

Norteados por esses princípios foi realizado um conhecido estudo sobre a informalidade no Peru chamado "El otro sendero: una revolución informal" dirigido por Hernando de Soto com o apoio do Instituto Democracia y Libertad do Peru ³.

capitalistas (informais), caindo na mesma dicotomia que criticamos no enfoque analisado. Entretanto, a contribuição de Cacciomali centra-se no destaque que a autora dá a articulação entre os setores formal e informal para a análise da informalidade no trabalho.

³ Com a mesma perspectiva teórica, e analisando as relações entre informalidade e direito para o caso brasileiro vide PRADO. **Economia informal e o direito no Brasil**. SP: Editora São Paulo, 1991.

Segundo esse estudo,

"a informalidade acontece quando o direito impõe regras que excedem o limite nominativo socialmente aceito, não ampara as expectativas, escolhas e preferências de quem não pode cumprir tais regras, e o Estado não tem a capacidade coercitiva suficiente". (Soto, 1987, p. 45)

Deste modo, a informalidade não é vista como um "setor" preciso ou delimitado da economia ou da sociedade, é mais *"uma zona de penumbra que tem uma extensa fronteira com o mundo legal e onde os indivíduos se refugiam quando os tributos para cumprir as leis excedem seus benefícios"*. (idem, p. 46)

A ilegalidade das atividades informais não é total nem voluntária, e não tem fins anti-sociais ou delituais. Existe toda uma normativa extralegal com "direitos" e "instituições", criadas pelos próprios informais e que desenvolvem um ordenamento "espontâneo e alternativo" ao formal.

Segundo essa perspectiva tanto a empresa formalmente organizada como a atividade dos "empresários informais" teriam racionalidades econômicas idênticas (Guerguil, 1988). Quando comparadas, não haveria finalidades e motivações econômicas distintas entre as empresas formalmente organizadas e as do setor informal.

Analicamente essa afirmação é coerente com a concepção teórica de Soto, dado que na análise microeconômica - em nível da empresa ou do trabalhador em abstrato e fora do contexto estrutural - a informalidade seria uma "opção racional" que o indivíduo - empresário - trabalhador informal adota como estratégia depois de um balanço, ponderando vantagens e desvantagens da formalização da atividade. A relação custo-benefício seria mais favorável na informalidade do que na formalidade, principalmente pelos custos da legalização, entre os quais se incluem taxas, horas de trabalho perdidas na luta com a burocracia estatal, custos com funcionários corruptos, etc.

Na pesquisa que Soto desenvolve sobre habitação informal, verifica-se que aproximadamente 47% da população limenha teriam conseguido sua moradia mediante a invasão de terrenos públicos na cidade de Lima. As invasões se realizam coletivamente a partir de organizações informais (o autor não usa o termo movimentos sociais) que definem qual o contingente que realizar a invasão, a escolha do terreno, seu posterior loteamento e construção, a procura dos serviços de água e eletricidade, etc. Posteriormente, os invasores organizam-se também para iniciar os trâmites e negociações com a polícia e com organismos estatais até obter uma espécie de semi-reconhecimento legal.

Outra das atividades pesquisadas é o comércio ambulante. Aproximadamente 90.000 vendedores ambulantes, ou com ponto fixo, na

cidade de Lima organizam-se de formas diversas tanto individual como coletivamente. O autor afirma que, a atividade no comércio informal e a ocupação do espaço público por parte dos vendedores não é arbitrária ou casual, mas partiria de um "*complexo cálculo econômico*" (Soto,1987, p. 106). Nota-se que, no central da análise, prioriza-se a racionalidade individual e a relação de custo-benefício como fundamental para o estudo dos vendedores ambulantes. O autor não menciona em nenhum momento as características do mercado de trabalho nem os condicionantes estruturais que levaram à existência de um número tão elevado de trabalhadores informais no comércio de Lima.

Outra parte do estudo é dedicada ao transporte coletivo urbano, atividade na qual aproximadamente 90% seria realizada de modo informal (idem).

Como se pode observar, a proposta dessa perspectiva é a de transformar formas coletivas de organização e solidariedade, a procura por melhores condições de vida e de inserção no mercado de trabalho, em ações individuais de "empresários informais".

A partir desse eixo o autor critica largamente a "tradição redistributivista" do Estado e propõe a descentralização, a desregulamentação e a simplificação burocrática como "agenda de mudanças" necessárias para o desenvolvimento de um capitalismo eficiente e progressista, sem

interferências do Estado nem de um direito que limite a capacidade "empresarial" dos trabalhadores informais.

Como em toda análise neoliberal, as "soluções" aos problemas aparecem sem que tenham sido analisadas as condições históricas que levaram a esse desenvolvimento da informalidade. Também não são analisados a acumulação capitalista, o contexto internacional, a recessão econômica, ou o papel do Estado, como elementos fundamentais para o entendimento das características da economia peruana e da ampla importância que a economia informal tem na mesma.

Desde esse ponto de vista, fica a impressão de que no Peru não existem o grande capital e os trabalhadores assalariados, já que deixa de ser analisada a vinculação desses grupos com a informalidade.

Para Soto, a informalidade é uma característica positiva que demonstra que as pessoas, quando limitadas em suas atividades econômicas pela burocracia estatal ou por um sistema jurídico arcaico, criam suas próprias regras e desenvolvem a economia de forma eficiente.

Como afirma Coutinho (1988, p. 77), que critica o uso ideológico do trabalho de Soto, nesta sorte de "*capitalismo popular ou capitalismo sem capital*" a concorrência seria apenas entre talentos individuais e não entre capitais. A informalidade apresenta-se para este autor como a panacéia da

concorrência capitalista e demonstraria que, sem a intervenção do Estado, os trabalhadores informais transformar-se-iam em empresários de sucesso.

1.3 UM NOVO ENFOQUE

Nesta seção trataremos do que pode ser considerado um novo enfoque sobre o tema da informalidade. Isto é, o que parece surgir dos estudos dirigidos por Portes (1990) na Universidade John Hopkins nos Estados Unidos, onde se promoveu uma série de estudos que analisaram a informalidade nas relações de trabalho de modo amplo, superando as perspectivas dualistas de estudo do fenômeno.

Dada a característica de universalidade das relações de trabalho informal, os novos estudos partem para a análise do tema em diferentes contextos sociais e em economias também diferentes.

Observam-se nessa proposta duas contribuições importantes. Primeiramente, superam-se as controvérsias terminológicas sobre os conceitos que devem ser utilizados para o estudo da informalidade, na medida em que se adota, para este aspecto, uma postura nominalista e não substancialista. A utilização do termo informal é consensual mas poderiam ser utilizados outros ⁴.

⁴ Tais como o trabalho desprotegido, economia submersa, economia oculta, pequena produção, etc. O termo informal é o mais utilizado nos trabalhos para América Latina.

O que interessa a este respeito, é que a definição ou classificação de informal ou formal dada ao trabalho em certas atividades ou ocupações, ou a pessoas ou empresas, por si só não diz nada, na medida em que não se situam as mesmas num contexto histórico e estrutural determinados (Portes, 1984). Isto é, as características que definem certas atividades ou ocupações como informais são o contexto histórico, as características do desenvolvimento econômico onde essas são estudadas e o quadro geral institucional deste contexto.

A segunda contribuição importante, verifica-se no fato da informalidade ser entendida como **processo** e não como **objeto** (Portes, Castells, 1990).

O entendimento da informalidade como processo remete à análise das realidades históricas concretas.

A rigor, sempre existiu informalidade nas relações de trabalho (Portes, 1984). Basta observar, por exemplo, as condições de trabalho e a realidade do capitalismo do século passado descritas por Thompson no seu livro "A Formação de Classe Operária", ou mesmo as condições dos trabalhadores latino-americanos no início desse século.

Os processos que criaram pontos de referência para a classificação de formal e informal para as relações de trabalho foram, por um lado, a

institucionalização das relações de trabalho plasmadas em sistemas jurídicos e, por outro, a intervenção do Estado na economia em geral e nas relações de trabalho em particular.

A luta dos trabalhadores por conquistas no que diz respeito a seus direitos no trabalho, a institucionalização dessa luta no poder dos sindicatos e na progressiva legislação do trabalho, colocou limites ao capital na exploração da força de trabalho.

A institucionalização de um sistema jurídico, fruto da luta dos trabalhadores, de proteção do trabalho, das condições de trabalho e dos salários, permitiu um importante avanço na qualidade de vida dos trabalhadores.

A intervenção do Estado na economia também contribuiu para a formação de um sistema institucional que aumentou a seguridade social e que garantiu relativamente a defesa dos direitos trabalhistas. Os sistemas jurídicos trabalhistas criaram um conjunto de regras que devem ser cumpridas tanto pelas empresas como pelos trabalhadores, onde os direitos e obrigações são explícitos. Assim, condições de contratação e de demissão, proteção legal do trabalho e das condições de trabalho foram definidas para arbitrar as relações entre trabalhadores e empresários. Isso não quer dizer que a exploração do trabalho tenha acabado, mas que teve

que se ajustar a um conjunto de regras institucionais, das quais o Estado é custódio.

Esse processo de formalização da atividade econômica foi conquistado pelas lutas dos trabalhadores do mundo inteiro, que arrancaram progressivamente, tanto do capital como do Estado, um sistema de proteção e resguardo dos seus interesses (Portes, 1984)

O que é novo na atualidade são as expectativas quanto à racionalização progressiva das estruturas produtivas e à homogeneização da classe trabalhadora, as quais não são constatadas. Ao contrário, verifica-se a diversificação da atividade econômica no sentido da ampliação de formas de trabalho não regulamentadas. Daí a ampla gama de atividades informais que apresentam as economias atuais.

Segundo Portes (1990, p. 39), esta expansão deve-se, de maneira fundamental, a que a economia informal é uma *"parte do processo de reestruturação que aponta à superação da crise estrutural da economia mundial dos anos 70"*. Combinam-se neste processo aspectos vinculados a estratégias das empresas para baratear custos e a reação das mesmas perante as regulamentações oficiais sobre a economia, assim como as características atuais da concorrência internacional e as modificações que essa impõe nas formas de industrialização que estão sendo adotadas.

Entretanto, segundo o autor que seguimos, uma razão importante do crescimento do trabalho informal encontra-se nos efeitos gerais da crise dos anos 70, ao nível das formas pelas quais as pessoas instrumentalizam-se para enfrentá-la. Textualmente:

"...no momento, as pessoas de todo o mundo têm-se mobilizado para trabalhar e ganhar a vida à margem de regras e arranjos organizativos habituais que já não têm sentido na realidade; na sua luta pela sobrevivência têm-se conectado com uma atividade econômica mais flexível e adaptável a suas necessidades que, se bem reativa velhos métodos de exploração, também proporciona mais lugar para a interação pessoal. As características de pequena escala e contato pessoal destas atividades fazem que a vida durante a crise resulte uma experiência mais manejável que esperar ajuda de burocracias surdas". (idem, ibidem)

Desta forma, a **informalidade** é entendida como característica de relações de trabalho que permeiam diferentes estratos sociais, cuja especificidade é definida pelas *"similitudes de certos arranjos sociais e práticas econômicas em meios muito diferentes"*. A informalidade forma parte tanto da vida diária dos indivíduos e das famílias que realizam e se sustentam com o trabalho informal, assim como *"o meio pelo qual funciona uma parte importante da produção e do comércio"* (idem, p. 16).

O entendimento da informalidade como *"processo de atividades geradoras de rendas"* singularizadas ou caracterizadas pelo fato de *"não estar regulamentado pelas instituições da sociedade, em um meio social e legal em que se regulamentam atividades similares"* (Portes, Castells, 1990,

p. 22-23) possibilita, de forma efetiva, a superação do dualismo analítico na compreensão do fenômeno.

A visão processual da informalidade permite analisar as relações de trabalho num determinado contexto histórico sem que seja preciso a divisão em setores, ou a consideração das atividades em capitalistas e não capitalistas.

Para o caso específico da América Latina, a informalidade nas relações de trabalho é característica do capitalismo tal como ele se desenvolveu, sem adjetivos.

O que em nossos países provoca o crescimento da informalidade, além do marco global de um ambiente econômico depressivo, é a combinação de vários processos. Podem ser mencionados a persistência de tendências regressivas na distribuição de renda e o agravamento dos graus de desigualdade social, o peso das dívidas externas na região e a crise fiscal do Estado. É na combinação e articulação desses processos que podemos encontrar algumas pistas para compreender a informalização do trabalho.

O processo de informalização do trabalho é um fenômeno que acontece também com a tolerância de um Estado, que se mostra cada vez mais débil na sua capacidade de articular o desenvolvimento industrial e,

menos ainda, de promover e financiar políticas públicas dirigidas aos trabalhadores.

As características dos processos de ajustamento da economia, de corte claramente recessivos, colocam condições sociais nas que a informalidade pode-se desenvolver de forma acelerada (Cacciamali, 1989).

Neste sentido, afirmamos que a informalidade nas relações de trabalho entendida como processo, deve ser analisada nas suas dimensões não só econômicas e sociais, mas também nos efeitos desse processo no campo da política. Esse trabalho não tem como objetivo o mencionado acima, entretanto, é importante que seja referido como objeto de preocupação para outros estudos.

1.4 A INFORMALIDADE COMO PROCESSO E A EXPERIÊNCIA DA INFORMALIDADE

Superada a perspectiva dualista da compreensão da informalidade, essa pode ser estudada como parte de um **continuum** de recursos e estratégias que os trabalhadores desenvolvem para prover o seu sustento. O lugar que este processo ocupa na atividade econômica pode ser colocado como uma franja intermediária, situada entre, por uma parte, as relações de trabalho que acontecem ajustadas a um quadro institucional e organizacional, próprio das relações de trabalho formalizadas segundo um

sistema de regulação dessas atividades e, por outra, entre os setores excluídos da economia, próprio dos setores sociais marginais e que apresentam a pobreza como especificidade distintiva.

A informalidade ocuparia um espaço móvel entre esses dois extremos observáveis nas condições sócio-econômicas e institucionais da atividade econômica.

Analisando a informalidade como um traço típico das relações capitalistas de trabalho no contexto latino-americano, o fenômeno pode ser observado como uma das formas possíveis dentro de um *"continuun de estratégias e recursos geradores de rendas"* que implementam os trabalhadores para seu sustento e não como uma simples "dicotomia" do mercado de trabalho. *"Todas as formas podem co-existir e, freqüentemente compreendem os mesmos indivíduos, segundo as oportunidades disponíveis para produzir renda face às necessidades do consumo"* (Fortuna, Prates, 1990, p. 91).

A distinção formal/informal refere-se às condições de trabalho e emprego, as quais apresentam a característica de não estarem protegidas pelo sistema institucional. Segundo Roberts (1990, p. 53),

"desde esta perspectiva, a informalidade é uma estratégia adotada pelos atores econômicos grandes e pequenos segundo as circunstâncias do mercado e a força e coerência

daqueles interesses opostos à informalidade, tais como o governo e os sindicatos".

Com a explicação desse autor pretendemos salientar que a informalidade é tanto uma estratégia do capital para baratear os custos da força de trabalho, atingindo níveis mais competitivos de produção, como também uma estratégia dos trabalhadores e das famílias dos trabalhadores visando a obtenção de rendas mais elevadas, segundo as oportunidades oferecidas no mercado, mas também, segundo as circunstâncias particulares do grupo familiar.

Observada desde esse ponto de vista, a informalidade pode ser entendida como mais um elemento da **experiência dos trabalhadores**, tal como entendida por Thompson (1981, p. 15). Esse autor entende por **experiência** como *"resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos interrelacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimentos"*.

O conceito de experiência não deve ser entendido como mero empiricismo. Como o próprio Thompson diz: "A experiência não chega obedientemente" ao pesquisador, mas *"constitui uma parte da matéria-prima oferecida aos processos do discurso científico (...)"*.

Esse conceito de experiência tem a virtude de possibilitar uma nova forma de conceber a ação social. Desta forma, homens e mulheres podem ser entendidos

"(...) como sujeitos, dentro deste termo (experiência humana) - não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres' -, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua consciência e a sua cultura (...) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada". (idem, p. 180)

Os sujeitos, tanto individuais quanto coletivos, são concebidos como *"agentes capazes de conhecimento, reflexão e deliberação, enfrentando-se ao meio dotados de recursos herdados de sua própria história"* (Roy Hora, 1992, p. 155).

É sobre a base da própria experiência que esses sujeitos constroem um universo de sentido e a partir desse definem suas intenções e suas ações, visando dar respostas, individuais ou coletivas, aos acontecimentos vivenciados.

Neste sentido, propomos que a informalidade nas relações de trabalho tem constituído e constitui ainda hoje um elemento fundamental articulado pelos trabalhadores para sua reprodução.

A experiência da informalidade nas relações de trabalho significa, em alguma medida, uma resposta dos trabalhadores às condições oferecidas pelo mercado para a inserção no trabalho segundo as regras institucionais vigentes. A estratégia da informalidade seria uma resposta a acontecimentos tais como os baixos salários dos empregos formais, quando não existem as condições exigidas por tais empregos nos níveis em que a remuneração é atraente para o trabalhador. Também seria uma resposta dos trabalhadores em termos de não submissão às condições e hábitos requeridos por certos empregos assalariados, resposta e rebeldia perante a rigidez dos requerimentos usuais de organização do trabalho no setor formalizado da economia. Pode-se entender esta experiência da informalidade como resposta que articula, complementar e substitutivamente, o trabalho informal e o trabalho formalizado.

Como resposta, por último, à relativa desestruturação de determinadas relações sociais de trabalho existentes que não oferecem aos trabalhadores a possibilidade de obter rendas suficientes, ou que os obriguem à submissão só pelo possível retorno em termos de seguridade social.

Tomando os conceitos de informalidade e de experiência como analisados acima, a pesquisa procurou estudar a experiência dos camelôs de Porto Alegre, no quadro das relações informais de trabalho. Esta experiência da informalidade é construída a partir do estudo e conhecimento

das características que apresenta a população em estudo em aspectos tais como as características pessoais e das famílias dos camelôs, a descrição da realidade do seu trabalho, do "funcionamento" da informalidade como estratégia individual e familiar, assim como a partir da dimensão da organização política desses trabalhadores e de seu relacionamento com o poder público.

As hipóteses e interrogantes que orientaram o estudo referiam às modificações substanciais na composição social dos camelôs de Porto Alegre, no sentido de que essa atividade teria perdido as características tradicionais de venda de produtos artesanais, praticada por um reduzido grupo que dava um toque pitoresco no centro dos grandes centros urbanos. Pela simples observação verificaram-se importantes alterações do número de ocupados na atividade e do tipo de produtos comercializados. O crescimento ostensivo da atividade levou a pesquisar as formas de acesso à mesma, assim como ao estudo do movimento econômico praticado pelos camelôs.

Por outro lado, teve-se como hipótese a existência de barreiras de entrada cada vez mais densas assim como a rede de exigências para o estabelecimento de um ponto fixo que assegure a prosperidade no negócio. As evidentes dificuldades que surgem da invasão do espaço público no centro da cidade pelos camelôs têm criado uma situação que é

dinamicamente resolvida pela articulação das estratégias dos camelôs, a ação do sindicato e a da Prefeitura Municipal.

Afirmávamos que o trabalho informal articula-se com formas assalariadas tanto na pessoa do trabalhador como na sua unidade familiar. Por último, outra hipótese que orientou a pesquisa refere-se a que o trabalho informal de camelô permite a obtenção de rendas maiores que as de vastos setores assalariados; essa circunstância faz com que o trabalho informal seja visto como estratégia vantajosa de inserção no mercado de trabalho.

No decorrer da exposição dos dados refletiremos sobre essas hipóteses.

CAPÍTULO 2
ESTRUTURA OCUPACIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA
DE PORTO ALEGRE
ANOS '80 E '90

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPOA) apresenta as características próprias de toda concentração urbana no quadro histórico estrutural do desenvolvimento capitalista, comum ao resto do Brasil.

De maneira geral, a RMPOA apresenta a trajetória comum dos grandes centros industriais, marcada pela concentração de renda, as desigualdades regionais, a falta de integração de significativas parcelas da população que se concentra nas cidades. Isto é, o quadro no qual se desenvolveu essa pesquisa apresenta os problemas estruturais já conhecidos, dadas as características mencionadas. (Ver Arandia e outros, 1990).

Interessa para nosso estudo mostrar quais as tendências verificadas no mercado de trabalho da RMPOA na década dos 80, com a finalidade de observar qual a importância das relações de trabalho informal neste contexto.

De maneira geral, apesar de sofrer as consequências da profunda recessão dos anos '80, a população economicamente ativa (PEA) cresceu de 1.040 mil pessoas para 1.394 mil no período 81/89, sendo acompanhado esse crescimento com o registrado pela população ocupada (Sabóia, 1992). Apesar do crescimento do desemprego no início da década, pode-se afirmar que o mesmo manteve-se estável no período, situado em torno de 50 mil pessoas, variando a taxa de desemprego entre 7% em 1983 e 2.7% em 1986.

O fato do desemprego ter-se mantido estável na década é atribuído (Arandia e outros, 1990) à notável absorção de mão de obra, de um lado, por parte da indústria do vestuário, calçado e artefatos de tecidos situada na região e, de outro, pela administração pública.

Para o caso da indústria de calçado e tecidos, que passou de empregar 99.500 pessoas em 1979 para 160.800 em 1986, a explicação desse aumento no nível de emprego pode ser encontrada no fato desse setor estar orientado à exportação da sua produção, favorecida por políticas específicas nesse sentido.

O caso da administração pública, que passou de empregar 149.939 em 1981 para 209.308 em 1988, poderia ser explicado pela expansão dos serviços públicos e pela participação do Estado na esfera produtiva. Os autores que seguimos nesta parte, mencionam também o "empreguismo" com fins políticos eleitorais e como amortecedor de tensões sociais como outra das causas do incremento dos níveis de emprego por parte do Estado (idem).

Entretanto, apesar do acima mencionado, não se poderia concluir que as políticas de ajuste aplicadas durante os anos '80 e as características gerais estruturais do desenvolvimento nos últimos dez anos, claramente marcadas pelos aspectos recessivos, não tenham afetado o mercado de trabalho.

Aparentemente, o ajuste do mercado de trabalho à crise dos anos '80 resultou na deterioração das condições de trabalho, como veremos a seguir.

Segundo a posição na ocupação da população trabalhadora da RMPOA, temos que os empregados representaram pouco mais de 70% da população ocupada, distribuindo-se o restante entre empregadores, trabalhadores por conta própria e não remunerados.

O que resulta particularmente significativo é o crescimento da categoria dos empregados sem carteira assinada, que subiu de 15.6% para

18.8% entre 1981 e 1989, registrando-se uma queda daqueles com carteira assinada de 62.1% para 57.8% no mesmo período. Esse dado mostra que durante a crise as pessoas conseguiram ocupar-se, mas suportando o custo de ver deterioradas as condições de trabalho.

Para completar essa informação deve-se observar os dados sobre a população contribuinte para a Previdência Social, que se reduz de 82.8% para 76.8%, sendo esse mais um indicador de deterioração das condições de trabalho (Sabóia, 1992).

A esta precarização das condições de trabalho, deve-se somar uma piora na distribuição dos rendimentos do trabalho, e na deterioração do salário mínimo, que caiu quase 20% em termos reais no período 1981-1989 (idem).

Como se pode observar, de maneira geral, o mercado de trabalho não se reduz aos movimentos registrados na retração do nível de emprego e na correlativa ampliação do desemprego. Isso mostra que as estratégias de ocupação dos trabalhadores, por um lado, e as estratégias ou formas de ajustamento das empresas à crise, por outro, provocaram o crescimento da informalização do trabalho.

As estimativas sobre o tamanho do setor informal na RMPOA variam segundo a inclusão ou não dos trabalhadores sem carteira assinada no

cálculo. Considerando como ocupações informais apenas os trabalhadores por conta própria, pequenos produtores e comerciantes, trabalhadores familiares e não remunerados, o setor informal alcança 15.8% do total da população ocupada. Ao agregar às ocupações mencionadas acima os assalariados sem carteira assinada, resulta que a estimativa do tamanho do setor informal cresce para 34.7% da população ocupada.(Azevedo,1990, Arandia,1990, Sabóia,1992).

Essas estimativas mostram, por uma parte, que o ajustamento à crise por parte dos agentes econômicos na RMPOA foi realizado mediante o crescimento da informalidade nas relações de trabalho e pela queda dos rendimentos do trabalho entre os setores trabalhadores. Por outra parte, esses dados estimados sobre o tamanho do setor informal, permitem observar a importância do setor informal na economia da RMPOA, confirmando, tal como analisamos no capítulo anterior, a tendência ao crescimento da informalidade no quadro da crise.

Nos anos de 1990 e 1991 essas tendências se inclinam a um aprofundamento. Por um lado, a taxa de desemprego passou de 2.5 para 4.0 entre janeiro de 1990 e setembro de 1991. Os empregados com carteira assinada caíram de 61.6% no primeiro mês de referência para 55.4% no segundo mês de referência e os empregados sem carteira cresceram de 14.9% para 18.6%, nos mesmos meses mencionados. Por outro lado, os trabalhadores por conta própria cresceram de 17.2% em janeiro de 1990

para 20.3% em setembro de 1991, registrando um importante crescimento (Sabóia,1992).

Como afirma Sabóia,

"(...) a pequena diferenciação entre os rendimentos médios dos empregados com ou sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria merece alguns comentários. Aparentemente, colocado diante da possibilidade do recebimento de um baixo salário, pode parecer mais vantajoso ao empregado transformar-se em trabalhador por conta própria, com maior autonomia e possibilidade de receber rendimento igual ou superior ao antigo salário. Analogamente, diante da alternativa de perder o emprego ou aceitar o assalariamento sem carteira assinada porém com salário equivalente, a segunda possibilidade é nitidamente mais vantajosa ao empregado". (idem, p. 12).

Essa verificação permite de alguma maneira afirmar, que a tendência à informalização das relações de trabalho dentro dos movimentos ocupacionais globais na RMPOA é produzida pela combinação de, no mínimo, dois processos. Por um lado, as formas de enfrentar a crise apresentadas pelas características estruturais da economia de Rio Grande do Sul em geral e da RMPOA em particular. Por outro lado, pela avaliação que realiza a população economicamente ativa das oportunidades que o mercado de trabalho oferece. Isto é, a estratégia de informalização do trabalho pode aparecer como uma opção vantajosa para os trabalhadores, porém essas oportunidades estão, sem dúvida, condicionadas pelo contexto estrutural recessivo e de crise que apresentam não só a RMPOA como o a economia do Brasil no seu conjunto.

No capítulo que segue analisaremos estes aspectos à luz dos dados levantados na pesquisa empírica dos camelôs de Porto Alegre, uma das ocupações informais mais visíveis no contexto da RMPOA.

CAPÍTULO 3

CAMELÔS: ELEMENTOS PARA ANALISAR A EXPERIÊNCIA DA INFORMALIDADE NO CASO EM ESTUDO

3.1 PERFIL DOS CAMELÔS

Esta seção apresenta algumas características pessoais dos camelôs entrevistados - tais como sexo, idade, escolaridade, posição na família e condições de moradia - tendo em vista destacar alguns elementos que permitam traçar o perfil aproximado do camelô de Porto Alegre.

3.1.1 Características pessoais

De modo geral, a amostra permite observar uma distribuição similar de homens e mulheres entre a população sob estudo - ainda que com percentual superior de homens -, uma forte presença de chefes de família. Quanto à idade, esta acha-se claramente concentrada na faixa dos 20 aos 39 anos; e quanto à escolaridade, a mesma corresponde ao primeiro grau completo e incompleto.

3.1.1.1 Posição na Família

Quadro 1

Posição na família segundo sexo			
	Masculino	Feminino	Total
Chefe	62	21	83
	74.7	25.3	58.0
	76.5	33.9	
	43.4	14.7	
Cônjuge		30	30
		100.0	21.0
		48.4	
		21.0	
Filho	11	7	18
	61.1	38.9	12.6
	13.6	11.3	
	7.7	4.9	
Outros	8	4	12
	66.7	33.3	8.4
	9.9	6.5	
	5.6	2.8	

A verificação de que 58% dos entrevistados ocupem a posição de chefe na família - sendo 74.7% homens e 25.3% mulheres - salienta a questão de que a ocupação se constitui em elemento significativo de provisão de renda para as famílias em questão. Isto indicaria a existência de uma estabilidade na obtenção de recursos desta fonte para a manutenção

das despesas familiares. Cabe destacar o número significativo de chefes mulheres que chega a um terço do total de mulheres entrevistadas.

O percentual de 48.4% de mulheres que declararam ocupar a posição de cônjuge mostra prováveis combinações de ocupação informal da mulher na família com relação aos chefes. Mais adiante serão analisadas as ocupações dos chefes destas famílias.

Cabe assinalar que o percentual de mulheres trabalhando como camelô na população estudada é significativamente mais elevado que aqueles que aparecem em pesquisas sobre o mesmo objeto no Rio de Janeiro e em Santiago de Chile, onde atingiam 24.7% e 34.9% respectivamente (PREALC, 1988 e Sabóia,1991).

Os dados da pesquisa de Santiago sobre posição na família mostram um elevado percentual de chefes (78%) diferentemente do Rio onde o percentual de solteiros chega a representar cerca de 50.0% e o de casados a pouco mais de 40.0%.

3.1.1.2 Idade

A média de idade dos entrevistados é de 31.9 anos. As faixas etárias que merecem destaque, pela sua representação numérica, são as de 20 a 29 e a de 30 a 39 anos. Totalizando 63.7% do total da amostra, essas faixas

etárias mostram que a população sob estudo é mais jovem quando comparada proporcionalmente com o percentual das mesmas na PEA da RMPOA, 57.91 %, e com as pessoas ocupadas, 57.87 % (PNAD, 1990).

Adverte-se, entretanto, que na faixa de 20 a 29 anos o percentual de mulheres é notadamente mais baixo daqueles dos homens (ver Tabela 1 no anexo A). Nessa faixa concentram-se apenas 19.4% enquanto que na de 30 a 39 anos encontram-se 46.8% do total de mulheres. Este dado parece estar associado às características do trabalho feminino relacionadas ao ciclo de vida, que faria com que a incorporação à atividade seja verificada de forma mais significativa com posterioridade à formação da família e ao crescimento dos filhos.

Sobre a distribuição da idade dos entrevistados observa-se ainda um baixo percentual entre aqueles com mais de 50 anos (8.4%). Esse percentual não confirma a afirmação de alguns estudos sobre a existência de uma alta concentração de pessoas idosas realizando trabalho informal, por falta de oportunidades para esta faixa etária nos empregos formais. O baixo percentual de idosos registrado na amostra indicaria que a atividade não é refúgio de pessoas que estão no fim da sua etapa de vida produtiva. O alto percentual registrado nas faixas de 20 a 39 anos mostra que a atividade atrai pessoas que estão na plenitude de seu ciclo produtivo enquanto trabalhadores.

Os mais jovens, de 12 até 19 anos, são mais numerosos que o grupo de mais de 50 anos e representam 14% da amostra. Esse ingresso precoce no trabalho pode-se atribuir, como veremos mais adiante, à importância da família como articulação para a entrada na atividade de camelô.

3.1.1.3 Escolaridade

Destacam-se, na amostra, as pessoas que não completaram o primeiro grau, 39.2%, e as que tem o mesmo grau completo, 26.6% . Surpreendentemente, segue em importância o segmento que completou o segundo grau com 15.4 pontos percentuais (ver Tabela 2 no anexo A).

Analisando a escolaridade em anos de estudo (para um total de 107 casos válidos, já que 36 casos não declararam), observamos que a média é de 7.25 anos de estudo (ver Tabela 3 e 4 no anexo A).

Pouco mais de 80.0% desses casos válidos têm entre 5 e 11 anos de estudo, percentual significativo se levamos em consideração que a mesma faixa de anos de estudo para as pessoas com 10 anos ou mais (População em Idade Ativa, PIA) na RMPOA representa apenas 54.26% (PNAD, 1990).

Na PEA o percentual de pessoas com 5 anos ou mais de escolaridade é de 73.38% (PNAD, 1990); na amostra, a mesma faixa atinge 85.9% .

Esses dados evidenciam um nível relativamente alto de educação formal expresso no dado de que 56.7% da amostra completaram o primeiro grau ou atingiram um nível de escolarização mais elevada. Essa constatação ganha importância comparando-se esses resultados com os obtidos no Rio de Janeiro onde apenas 39.7% completaram o primeiro grau ou atingiram um nível mais alto.

Essa verificação contradiz a afirmação corrente de que a força de trabalho ocupada na economia informal tem baixos níveis de escolarização. Isso não se confirma no grupo sob estudo, verificação que de qualquer forma não permite uma generalização para todas as ocupações informais.

Para o caso dos camelôs de Porto Alegre, o alto nível de educação formal registrado parece fortalecer a hipótese da opção desses trabalhadores pela inserção na atividade, dado o fato de que essa alta escolaridade facilitaria a procura de emprego em condições de assalariamento com a proteção legal da carteira assinada.

3.1.1.4 Condições de moradia

Para a análise das condições de moradia e da situação domiciliar da população sob estudo são apresentados, entre outros, dados sobre localização, condição de ocupação e tamanho dos domicílios.

O critério utilizado para a agregação dos diferentes bairros em que moram os camelôs, constitui-se numa adaptação da classificação desenvolvida por Oliveira e outros (1989, p. 22) para o Município de POA. Naquela classificação, a cidade, dividida em circuitos compostos por bairros relativamente homogêneos quanto à distância do centro da cidade e a renda domiciliar média. Esse recurso permitiu visualizar algumas características interessantes em relação aos domicílios de camelôs que moram nos limites do município. Aqueles cujo local de moradia localiza-se em outras cidades da RMPOA foram colocados num único segmento como Grande Porto Alegre.

O circuito central é formado por bairros onde o valor da renda domiciliar média é mais alto, sendo essa superior a nove salários mínimos. Nesse circuito foram unificados os chamados "circuitos especiais" (idem) formados por bairros de renda domiciliar média semelhante aos do central, porém distantes do centro propriamente dito.

O circuito intermediário é formado por bairros com *"renda domiciliar média com o limite inferior situado por volta de cinco salários mínimos e o superior ao redor de nove"* (idem, p. 23).

O circuito periférico apresenta os valores mais baixos de renda domiciliar média e a localização espacial dos bairros é a mais distante do centro.

O circuito Grande Porto Alegre engloba todos aqueles casos que declararam morar fora do município.

A distribuição da amostra por circuito ficou configurada da seguinte forma: circuito centro, 12.6%; circuito intermediário, 35.0%; circuito periférico, 24.5% e Grande POA 28.0%.

Observa-se que é significativo o percentual da amostra que reside no circuito centro e não surpreende que a maior distribuição esteja no circuito intermediário.

Para comparar a renda domiciliar média estimada para cada circuito com a renda dos camelôs, utilizam-se dois parâmetros diferentes. Considerando-se o Quadro 2 tem-se na primeira coluna a renda domiciliar média; na segunda, o rendimento por mês estimado a partir do rendimento diário declarado pelos entrevistados multiplicado pelo total de dias de trabalho por mês, declarados. Essa estimativa pode ser relativizada na medida em que os entrevistados, possivelmente, não tenham uma noção exata sobre seus rendimentos, pela ausência de contabilidade. Entretanto, existem alguns indícios que levam a crer que a suposta falta de controle dos rendimentos não é tão acentuada, como veremos mais adiante. Há que considerar também o fato de haver resistência a declarar rendimentos, o que pode ser evidenciado pelos números constantes na coluna 2.

Quadro 2

Bairro residência	Renda Dom. Média Declarada (SM)			Rendimento no Mês (1) (Cálculo em SM)		
		(A)	(B)		(A)	(B)
Circuito Centro	2.16	17	1	4.19	16	2
Circuito Intermediário	3.03	50	0	5.07	42	8
Circuito periférico	2.73	33	2	4.65	30	5
Grande POA	2.61	39	1	4.97	35	5
TOTAL DA AMOSTRA	2.73	139	4	4.83	123	20

(1) Essas cifras foram calculadas a partir do rendimento por dia declarado pelos entrevistados.

(A) Total dos casos válidos em cada caso.

(B) Total de “missing cases”, onde o entrevistado não declarou ou não soube informar.

Analisando o Quadro 2 observamos que os moradores do circuito centro situam-se significativamente abaixo do esperado levando em consideração que nesse circuito a renda domiciliar média é de dez salários mínimos ou mais. Dentre os moradores do circuito intermediário, a população sob estudo situar-se-ia no limite inferior do segmento de cinco a nove salários mínimos estipulado para definir o circuito. No circuito periférico, os camelôs estariam colocados no limite superior, em relação ao critério de classificação dos bairros.

Particularmente interessante resulta a investigação sobre a condição de ocupação dos imóveis onde mora a população sob estudo. Verifica-se que 60.1% dos entrevistados são proprietários de suas moradias, enquanto que 27.3% alugam e apenas 12.6% moram em imóveis cedidos ou emprestados (ver Tabela 5 no anexo A).

Entre os que alugam, concentram-se principalmente nos circuitos centro e intermediário (61.6%). Os proprietários estão levemente concentrados no circuito intermediário (36.0%) seguindo o periférico com 30.2% e a Grande Porto Alegre com 27.9%.

Mesmo relativizando a condição declarada de "proprietários" entre aqueles que moram no circuito periférico, dado que ali existe uma importante concentração das chamadas "áreas verdes" e que a condição de ocupação poderia ser resultado de invasões de terrenos, o número total de proprietários é relativamente elevado.

Com base na PNAD - RMPOA de 1990 podem-se estabelecer algumas comparações interessantes ao analisar o total de domicílios particulares permanentes por condição de ocupação segundo faixas de rendimento na RMPOA. Verifica-se que, dentre aqueles que têm um rendimento de até cinco salários mínimos, apenas 38.25% moram em domicílios particulares próprios; na mesma faixa salarial, 25.24% moram em domicílios alugados e 61.23% moram em domicílios cedidos.

Considerando a renda média domiciliar declarada na amostra de camelôs, de 2.73 salários mínimos, ou o rendimento da ocupação calculado com base no rendimento por dia trabalhado/mês, de 4.83 salários mínimos, o número de proprietários na amostra é significativo em relação aos dados da PNAD - RMPOA.

A relevância desse dado é favorecida quando comparado com o percentual de 47.3% de moradores em casa própria da pesquisa sobre camelôs de Rio de Janeiro (Sabóia, 1991, p. 21).

Para completar esses dados sobre situação domiciliar e moradia do grupo estudado, mencionaremos mais três elementos esclarecedores, ou seja, tipo de imóvel, material da construção e número de cômodos.

O tipo de imóvel de moradia mais encontrado foi a casa com dois dormitórios, 36.4%; seguido por casa com mais de dois dormitórios, 25.2%; e apartamento com dois dormitórios com 14.7% da amostra. Verifica-se que as moradias da população estudada têm uma média de 4.8 cômodos (ver Tabelas 6, 7 e 8 no anexo A).

Outro indicador levantado é o que refere ao material de construção da casa, sendo 58.0% de alvenaria, 32.2% de madeira, e 9.8% construídas com os dois materiais mencionados (ver Tabela 9 no anexo A).

3.1.1.5 Tempo de residência em POA ou RMPOA

A análise dos dados sobre o tempo de residência da população estudada em Porto Alegre ou na Região Metropolitana, é de fundamental importância, já que ao tratar-se do tema da economia informal, a hipótese dominante é de que os trabalhadores informais seriam migrantes de origem rural recém chegados à cidade. Partindo dessa suposta característica, acredita-se que todo o "background" de recursos, tanto econômicos quanto de qualidades pessoais, necessários para a inserção na economia urbana seria limitado, razão pela qual o trabalho informal seria a forma de "entrada" no mercado de trabalho urbano.

Os resultados da pesquisa mostram que tal hipótese não se confirma no que diz respeito aos camelôs de Porto Alegre. Ao contrário, verifica-se que a condição de naturais ou de residentes há mais tempo na cidade, representam uma maioria significativa (ver Tabela 10 no anexo A).

Na amostra que analisamos temos que 46.2% do total são pessoas nascidas em Porto Alegre ou na Região Metropolitana. Os camelôs com mais de 11 anos de residência nesses locais representam 30.1% dos entrevistados. Esses dois percentuais mostram que, no segmento sob estudo, a origem urbana ou a experiência de vida urbana constitui-se numa característica bastante clara. Apenas 8.4% dos entrevistados declararam ter

um tempo de residência de 1 a 4 anos, e 15.4%, de 5 a 10 anos, ou seja, 23.8% com até 10 anos de residência em Porto Alegre.

Os naturais de Porto Alegre distribuem-se em todas as faixas etárias.

Relacionando-se idade do entrevistado e tempo de residência, obtêm-se um dado significativo resultante da seguinte comparação: na faixa etária que vai dos 20 aos 39 anos, os naturais de POA representam 28.7% do total da amostra (A); para a mesma faixa etária, os que tem de 1 a 15 anos de residência representam 25.9% do total da amostra (B).

O outro grupo relativamente homogêneo é o formado pelas pessoas que tem entre 30 e 49 anos de idade e que residem no âmbito da cidade de 16 a 30 anos ou mais, representando 14.7% do total da amostra (C) (ver Tabela 11 no anexo A).

Esses dados poderiam ser uma base interessante para afirmar que as pessoas pertencentes aos grupos (A) e (C), pouco mais de 40% da amostra, teriam condições de conhecer o mercado de trabalho dada a circunstância de serem residentes nativos ou antigos da cidade. Estando situadas entre os 20 e os 49 anos podem ser consideradas em condições de exercer outros trabalhos. O que se pretende salientar é o fato de que, dadas as características que comentamos, os entrevistados teriam condições e possibilidades de realizar outros trabalhos, que não o de camelô.

Essa afirmação é fortalecida ao se verificar que esta faixa etária (dos 20 aos 49 anos) concentra 69.6% daqueles que têm primeiro grau incompleto, 86.8% daqueles que têm o primeiro grau completo, 76.5% dos que têm segundo grau incompleto e 81.8% dos que completaram o segundo grau. Os níveis de instrução mencionados acima totalizam 71.2% do total da amostra.

Se considerássemos a não conclusão do primeiro grau como uma limitação para a inserção "formal" no mercado de trabalho, o percentual da faixa etária que estamos analisando desceria para 44.8% do total da amostra, cifra que continua sendo significativa.

A reflexão sobre esses dados leva-nos a colocar a questão das razões que explicariam o fato de pessoas numa faixa de idade considerada fundamentalmente ativa, com níveis de escolaridade relativamente altos e morando no âmbito da cidade durante um tempo suficiente para conhecer a dinâmica urbana, isto é, com um grau relativamente elevado de socialização urbana, inserem-se no mercado de trabalho como camelôs, sendo que essa atividade, como outras informais, é considerada pela literatura sobre o tema como sendo "porta de entrada" ao mercado de trabalho urbano para pobres e migrantes rurais.

Tentaremos a resposta a essa questão ao analisarmos a trajetória ocupacional dos entrevistados, na qual buscaremos as características das

ocupações anteriores assim como as condições e localização na qual tais ocupações foram desenvolvidas.

3.2 CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS DOS ENTREVISTADOS

A análise das características da família atual dos entrevistados tem um significado especial nesse estudo. Uma das hipóteses levantadas por esse autor refere-se especificamente à articulação ou combinação do trabalho informal com formas assalariadas no seio da unidade familiar do trabalhador. No quadro preliminar da pesquisa essa hipótese colocava-se como um elemento importante a ser analisado, tendo em vista testar a hipótese de que a informalidade é característica própria de famílias de baixa renda, com escassas condições de inserção no mercado "formal" de trabalho.

Para analisar esse aspecto pesquisaram-se elementos tais como o tamanho e a constituição das famílias atuais dos entrevistados, a origem das outras rendas que contribuem para a formação do orçamento familiar visando confirmar a articulação entre trabalho informal e assalariamento, se existia ou não procura de trabalho dentre os membros da família como forma de observar e relacionar o peso e a importância da renda de camelô com as outras contribuições.

Os resultados da amostra, evidenciando elevado número de chefes de família trabalhando como camelôs seria um indício apontando para o fato de as famílias em questão obterem seu rendimento principal do trabalho informal.

As famílias dos entrevistados podem ser definidas, de forma geral, como famílias nucleares típicas, compostas por três a seis membros que combinam formas diversas de obtenção de renda e que não apresentaram, por parte de seus membros, no momento da pesquisa (meados de 1991) um alto índice de procura de trabalho. Na sua maioria são famílias naturais de Porto Alegre ou da Região Metropolitana.

Pouco mais de 80% das famílias estão formadas por até seis membros, merecendo destaque aquelas que têm de 3 a 4 com uma representatividade de 45.5% da amostra (ver Tabelas 12, 13 e 14 no anexo A).

As famílias que estão constituídas por casal mais filhos (nuclear típica) significam mais de 50% da amostra, seguindo na ordem de importância, as famílias formadas pelo casal, filhos e agregados (pai ou mãe de um dos membros do casal, ou outros parentes), 18.9%. Pode-se observar que as famílias constituídas pelo pai ou mãe mais filhos são mais significativas na amostra do que aquelas formadas simplesmente pelo casal, com 13.3% e 11.2% respectivamente. Representam uma minoria acentuada

aqueles que moram sozinhos, com 2.8% da amostra (ver Tabela 15 no anexo A).

De acordo com a hipótese de trabalho mencionada anteriormente, a formação do orçamento familiar dos entrevistados deveria apresentar elementos que evidenciarão a articulação do trabalho informal com formas assalariadas. Esse tema levou-nos a investigar sobre o número de membros da família que recebiam outra renda, o tipo de atividade que exerciam, assim como sobre a existência ou não de outros membros que, no momento da pesquisa, estavam procurando trabalho.

Verificou-se que, para 49.7% das famílias dos entrevistados a renda obtida no trabalho de camelô era o único meio de sustento. Dentre essas, a concentração mais importante registra-se nas famílias formadas por três a quatro membros.

As famílias que têm um ou dois membros contribuindo para a formação do orçamento familiar além do entrevistado, representam 63.7% do total da amostra, sendo mais significativas aquelas com um contribuinte, com 46.2% (ver Tabela 16 no anexo A).

Para analisar a origem das outras rendas que contribuem à formação do orçamento familiar pode-se observar no Quadro 3 (ver também Tabela 17 no anexo A).

Quadro 3

Origem das rendas familiares					
	%	N°		%	N°
Só do trabalho de camelô	49.7	71	Só o entrevistado	25.9	
			Outro membro	23.8	
Contribuintes com salários	30.1	43	Na indústria	7.0	13.9
			Em serviços	23.1	45.8
Outras formas	20.2	29	Aposentadoria	4.2	8.4
			Outros	16.1	31.9
	100.0	143		100.0	100.0

Constatou-se que a origem das rendas que formam o orçamento familiar era produzida principalmente pelo trabalho de camelô do próprio entrevistado, 25.9%, ou de outro membro de sua família, 23.8%, sendo esse realizado na mesma banca ou ponto do entrevistado ou em outro.

Por outro lado, verificou-se um importante percentual de contribuintes nas famílias cuja forma de obter a renda era o assalariamento, representando 30.1% do total da amostra. Esses assalariados estão empregados principalmente no setor de serviços, sendo menor a inserção em empregos industriais.

Outras formas de obtenção de rendas estão representadas pelo trabalho autônomo de outros membros das famílias, em pequenas empresas próprias (lojas de miudezas, mini-mercados, etc.) ou são derivadas de aposentadorias, sendo essas últimas pouco significativas.

A hipótese da articulação de trabalho informal e formas de assalariamento na unidade familiar parece relativamente consistente dado o fato de que 59.7% do total de outras formas de obtenção de renda que não as provenientes do trabalho de camelô, são salários.

Outro aspecto investigado foi a procura de trabalho no momento da pesquisa, buscando verificar a existência ou não, tanto entre os entrevistados quanto entre os membros da família. O interesse nessa questão decorre de que atividade de camelô, assim como outras ocupações informais, serem seguidamente caracterizadas como "bico" ou atividade temporária que os trabalhadores realizariam em períodos de desocupação ou no tempo intermediário entre um emprego assalariado e outro.

No entanto, o dado sobre procura de emprego mostra que 77.6% dos entrevistados declararam que nenhum dos membros de suas famílias estava procurando trabalho (ver anexo, Tabela 18).

Entre aqueles que declararam ter membros da sua família procurando trabalho, em 18.9%, apenas um estava à procura e 3.5% tinham dois ou mais pessoas à procura de trabalho.

À primeira vista, esses resultados sobre procura de trabalho indicariam que a desocupação entre os membros das famílias dos entrevistados não é um problema premente.

Entretanto, cabe ressaltar que a procura está concentrada na faixa de famílias que têm de três a seis membros, resultado que permite argumentar que, para essa faixa, o trabalho de camelô resolveria a situação ocupacional de um ou no máximo dois membros da família. Os outros membros, aparentemente, deveriam sair à procura de outros trabalhos.

Duas correlações entre os dados são importantes para visualizar outros elementos que permitam esclarecer o tema da procura de trabalho. A primeira seria relacionar o número de pessoas que procura trabalho segundo a origem das rendas da família. O resultado observado indica uma maior procura nas famílias que tem salários contribuindo para a formação do orçamento familiar, além da renda do camelô; segue em importância a procura registrada entre as famílias que têm só o trabalho de camelô como origem das rendas (ver Tabelas 17 e 19 no anexo A).

A segunda correlação seria vincular procura de emprego com números de moradores e com renda familiar.

Os dados indicam (ver Tabelas 18 e 20 no anexo A) que a procura é importante para as famílias constituídas por 3 a 4 membros, seguidas por aquelas de 5 a 6 membros. Notadamente, esses dois grupos são os mais representativos entre aqueles que têm rendimentos entre um e três salários mínimos.

Em termos gerais, o estudo das características da família dos entrevistados permitiu vislumbrar algumas questões importantes.

Revelou-se que a atividade de camelô representa uma forma fundamental de obter meios para suprir as necessidades básicas de famílias formadas por uma média de 4.3 membros.

A origem das outras rendas das famílias e a procura de trabalho mostrou que o assalariamento é percebido como estratégia importante de obtenção de recursos. A maioria dos membros assalariados no setor serviços permite concluir provisoriamente que nessas famílias priorizam-se estratégias de inserção no ramo do comércio, mais do que na indústria, afirmação corroborada pela importância do item *outros*, no qual também as atividades comerciais são as mais relevantes.

Entretanto, a articulação entre assalariamento e trabalho informal parece ser uma característica marcante das famílias dos entrevistados.

Analisando esse aspecto desde um ponto de vista mais amplo, poder-se-ia afirmar que a inserção no trabalho informal por parte dos membros dessas famílias decorre de uma decisão que pondera as vantagens das possibilidades de entradas diárias de dinheiro e certo relaxamento na administração do tempo de trabalho combinado com a segurança do trabalho assalariado.

Levando em conta esses elementos pode-se observar dois possíveis grupos de famílias na amostra. Por um lado, as famílias em que a inserção na atividade de camelô é preponderante, representando o segmento mais homogêneo e onde certamente a atividade já era conhecida anteriormente por algum membro da família. Por outro lado, um grupo onde as estratégias de inserção no mercado de trabalho são mais variadas, estando distribuídas entre as famílias que têm ou procuram trabalho assalariado e aquelas nas quais há uma estratégia de instalar negócios próprios e estabelecidos legalmente.

Analisaremos a seguir algumas características dos pais dos entrevistados e de alguns chefes de famílias.

3.2.1 Características dos pais dos entrevistados

A preocupação com o estudo de algumas características dos pais dos entrevistados surgiu em razão de acreditar-se que as mesmas trariam elementos importantes no que diz respeito ao passado ocupacional e social das pessoas que trabalham como camelôs.

Entendendo a família como um núcleo fundamental de relações sociais, o estudo procurou investigar se as ocupações dos pais dos entrevistados evidenciavam a existência ou não de assalariamento com carteira assinada e se o tempo e o lugar de trabalho dos pais teriam alguma influência no fato dos entrevistados trabalharem como camelôs. Isto é, buscava-se responder se a inserção no trabalho informal decorre de características vinculadas às famílias de origem dos camelôs.

Nessa perspectiva, a primeira questão a ser testada era se, no caso sob estudo, verificava-se o fato amplamente salientado na literatura sobre economia informal a respeito da origem rural das famílias com inserção na informalidade. A segunda questão referia-se à experiência urbana e dentro dela a questão do assalariamento.

No estudo das ocupações dos pais dos entrevistados priorizou-se investigar quais registravam maior ocorrência e sob que condições as mesmas tinham sido exercidas, ou seja, com ou sem carteira assinada ou

não tendo em vista examinar a questão relacionada à precarização do trabalho e os hábitos de trabalho dos entrevistados.

Para fins analíticos precisou-se agrupar as ocupações em diferentes itens, dado que as mesmas apresentavam uma grande variedade. Foram levantadas a primeira e a última ocupações dos pais, já que na pesquisa piloto verificou-se uma certa estabilidade na permanência nas ocupações.

O tempo de permanência nas ocupações pareceu um dado importante para verificar se podiam observar-se flutuações significativas entre ocupações. Por último, o dado sobre o lugar de trabalho poderia indicar a origem rural ou urbana das famílias de nascimento dos entrevistados.

Para os pais, o total de casos levantados foi de 135, enquanto que para as mães, o total chegou a 137. Esses são os casos válidos a serem analisados; nos outros casos, o entrevistado não quis responder ou não conhecia os pais.

Nas Tabelas 21 e 22, no anexo A, apresentam-se os dados que passamos a analisar.

3.2.1.1 Características do pai do entrevistado

De modo geral, os dados sobre os pais dos entrevistados mostram uma leve preponderância dos que realizaram trabalho assalariado com carteira assinada em ocupações relativamente estáveis. A maioria dos pais exerce ou exercia suas ocupações no âmbito urbano, sendo representados por 70.2% na primeira ocupação e 77.8% na segunda.

Metade dos pais dos entrevistados ingressaram no mercado de trabalho como assalariados, sendo clara a predominância daqueles que o fizeram no setor de serviços, com 34.8%. Na indústria, o percentual de assalariados desce para 16.3%. As outras duas ocupações que aparecem com destaque são a de agricultor, 25.2% e a de autônomos com 20.0%.

Dentre o grupo de assalariados, o dado significativo é a posse de carteira assinada para quase a totalidade destes casos: 14.8% dentre assalariados industriais e 33.3% para os do setor serviços.

Cabe ressaltar, tanto para a primeira quanto para a última ocupação, a pouca frequência de casos de pais que trabalham como camelôs.

O tempo de permanência nas ocupações dos pais mostra que a estabilidade é uma característica típica, sendo muito pouco significativos os

outros casos. Entre os que sempre desenvolveram a mesma ocupação, estão cerca de 90.0% dos casos.

Sobre a localidade ou lugar em que exerceram sua primeira ocupação, o item *urbano* representa a Porto Alegre, Região Metropolitana e cidades importantes do interior do Estado, que somadas totalizam 70.2% . O item *outros* da tabela representa outros estados ou países.

Observando a última ocupação dos pais verifica-se que a queda nos percentuais de várias ocupações acumula-se no item *aposentados*. É interessante notar a redução do percentual relativo aos locais de trabalho rurais, e o correspondente aumento dos locais urbanos.

3.2.1.2 Características da mãe do entrevistado

Dentre as mães dos entrevistados merecem destaque por sua importância numérica as donas de casa representando 56.9% do total. Característica geral das ocupações das mães é o baixo registro de assalariamento e de trabalhos com carteira assinada (ver anexo, Tabela 22). Somados os casos de assalariamento nos setores industrial e serviços totalizam pouco mais do que 10% dos casos.

O item *outras*, segue em importância na primeira ocupação, com 10.9% dos casos, agrupa variadas ocupações dentre as quais se destaca a de serviço doméstico.

Verifica-se, na última ocupação, uma queda importante do percentual de donas de casa, que de 56.9% passa para 46.7%. Essa diferença parece ser explicada pelo aumento das ocupações de camelô e autônomas, assim como pelas aposentadorias.

Comparando-se com as ocupações dos pais, observa-se que os percentuais de mães que se iniciaram como camelôs é ligeiramente mais alto, aumentando na última ocupação.

Como seria de se supor, a forte presença de donas de casa faz com que os percentuais totais de trabalhos com carteira assinada caia acentuadamente. Apenas 17.5% das mães dos entrevistados tiveram carteira assinada no seu primeiro trabalho, subindo para 18.2% na última ocupação.

No que se refere ao tempo de permanência nas ocupações observa-se, com relação à última ocupação, que diminui o percentual de casos em que sempre trabalharam na mesma ocupação, aumentando para 15.3% o número de casos que se inseriram no mercado de trabalho nos últimos quinze anos. O mesmo percentual registra-se para aquelas que saíram para

trabalhar fora do âmbito familiar há mais de quinze anos. Isso significa a progressiva incorporação das mães dos entrevistados ao mercado de trabalho. Neste sentido, observa-se que as ocupações que crescem na última ocupação são os casos de autônomas e camelô.

Cabe agregar que a ampla maioria das ocupações teve o âmbito urbano como locus de exercício.

Resumindo as conclusões sobre as análises das características dos pais dos entrevistados, cabe salientar alguns aspectos importantes. Com efeito, os entrevistados parecem provir de famílias de trabalhadores onde havia estabilidade nas ocupações e onde se prezava o fato de ter carteira assinada. O modelo de pai trabalhando fora de casa e mãe dona de casa, parece ter sido típico das famílias de origem dos entrevistados.

Essa informação permite observar o contraste com a situação das famílias formadas pelos entrevistados.

Pode-se afirmar que do ponto de vista do quadro geral econômico social, observam-se tipos de famílias diferentes quanto às "estratégias" de inserção no mercado de trabalho, nas duas gerações. Sem pretender ser conclusivo, diria que as características das famílias de origem dos camelôs são próprias de um período, econômico e social, onde as condições do

trabalho assalariado ofereciam os recursos necessários para a subsistência e reprodução das famílias.

Isso parece não ser estranho diante das condições econômicas do Brasil no período dos anos '60 e '70.

A análise das famílias formadas pelos entrevistados evidencia um quadro estrutural diferente. Em relação a essas últimas, verificou-se que o trabalho informal de camelô representava uma importante, quando não a única fonte de renda para a família. O trabalho assalariado é articulado com a ocupação informal e a procura de trabalho, mesmo não sendo altamente significativa, mostra o quadro estrutural de finais dos '80 e início dos '90.

Está claro para o autor que existem uma série de mediações que deveriam ser consideradas para uma análise mais profunda das características desses tipos de famílias tendo em vista contextos histórico-estruturais diferentes. Entretanto, os dados levantados podem ser considerados como elementos apropriados para aprofundar hipóteses a serem melhor investigadas.

3.2.2 Características do chefe da família

Nesta seção são tratados os casos dos chefes das famílias dos entrevistados que declararam não ocupar tal posição. Isto é, aqueles

entrevistados que declararam ocupar a posição de cônjuge, filho ou outro. A eles perguntava-se sobre a natureza das ocupações dos chefes de sua família.

Num total de 43 casos analisados, foram reforçados alguns aspectos já mencionados quanto às características das famílias (ver Tabela 23 no anexo A).

Merece ser destacada a significativa representação de camelôs e autônomos, de quase 40% desses chefes. Deve-se também observar que a experiência de trabalho com registro em carteira é significativa, decrescendo levemente no que se refere à última ocupação.

No que se refere ao tempo de permanência nas ocupações observa-se que existe uma relativa estabilidade, chamando atenção o fato do aumento, na última ocupação, dos chefes que trabalham por um período de 1 a 15 anos.

Chama atenção o fato das ocupações desses casos serem realizadas fundamentalmente no meio urbano.

Outro aspecto que pode ser mencionado como relevante é a articulação significativa entre trabalho assalariado e o trabalho de camelô.

Isso mostra, mais uma vez, que as características entre as famílias de origem e as atuais dos entrevistados têm diferenças significativas que provavelmente estão relacionadas a momentos estruturais diferentes.

3.3 TRAJETÓRIA OCUPACIONAL DOS ENTREVISTADOS

A preocupação com a análise das trajetórias ocupacionais dos entrevistados teve como objetivo principal a idéia de conhecer que tipo de trabalhador se insere na informalidade.

Certos hábitos de trabalho, os locais onde o trabalho foi exercido, tipos de vinculação (assalariados ou não), a forma de estabelecer os vínculos empregatícios, tempos de permanência nas ocupações, tipo de empresas, especificidades sobre a forma e os motivos pelos quais os entrevistados se engajaram no trabalho de camelô, são alguns elementos que permitem a formação de uma idéia geral sobre o tipo de trabalhador que se insere na informalidade como forma de obter o sustento.

De modo geral, o estudo das trajetórias ocupacionais permitiu observar aspectos e características dos entrevistados que contrastam como os levantados por outros estudos e pesquisas.

Os resultados deste levantamento são apresentados nas Tabelas no anexo A. Primeiro aparecem as ocupações anteriores dos entrevistados

desagregadas em trinta itens, (ver Tabela 24 no anexo A), logo as mesmas aparecem agregadas em dez itens para fins de uma melhor leitura. O critério de agregação levou em consideração a semelhança entre algumas das ocupações, sendo agrupadas no item outras, as que apresentavam características muito específicas e representavam poucos casos. Os percentuais que serão comentados a seguir foram calculados sobre o total apresentado por cada ocupação, assim, registraram-se 142 casos para a primeira ocupação, 97 casos para a segunda, 61 casos para a terceira e 23 casos para a quarta ocupação. Essas ocupações foram levantadas da seguinte forma: perguntava-se aos entrevistados qual tinha sido a sua primeira ocupação e as especificidades da mesma, qual a segunda, e assim por diante até chegar a ser camelô ¹.

Analisaremos a seguir os traços básicos destas ocupações anteriores dos entrevistados.

3.3.1 As ocupações

Na análise das ocupações anteriores dos entrevistados aparece o peso significativo dos trabalhadores no comércio, sendo 32.4% na primeira ocupação e 34.0% na segunda. Nesse item, as atividades principais a serem discriminadas são as de vendedores por comissão, comerciários e atendentes em geral.

¹ As tabelas sobre características das ocupações são apresentadas no Anexo da seguinte forma: as Tabelas 25, .A., .B, .C, .D, .E e .F correspondem à primeira ocupação. Da mesma forma estão ordenadas as Tabelas correspondentes às segunda (26), terceira (27) e quarta (28) ocupações.

Os casos que se inseriram na primeira ocupação como mecânicos, soldadores, operadores de máquinas ou auxiliares na indústria e outros trabalhos industriais significam 16.2% e 16.4%, na primeira e segunda ocupação respectivamente.

Destacam-se, por outro lado, os casos cuja primeira ocupação foi de artesão, empregado de artesão ou empregado de camelô representando 15.5% dos casos na primeira ocupação.

Segue em importância o item *outros trabalhos*, entre os quais se destacam enfermeiros, motoristas ou cobradores de ônibus, costureiras e donas de casa, representando 12.0% do total da primeira ocupação e 26.8% da segunda ocupação.

Pode-se afirmar que, no que diz respeito às ocupações anteriores, a experiência de trabalho no comércio da população em estudo é significativa. O fato dos entrevistados provir majoritariamente desse setor de atividade econômica mostra que a atividade não lhes era estranha e que a sua inserção como camelôs não significaria necessariamente uma ruptura com outra atividade.

Isso poderia ter acontecido com os camelôs conhecedores de algum ofício, o que lhes permitiu inserirem-se na indústria como primeira ocupação.

3.3.2 Posse de carteira assinada

O dado da carteira assinada resulta fundamental por vários aspectos. Primeiro, faz referência ao pressuposto, implícito ou explícito na literatura sobre informalidade do trabalho, de que o trabalho informal se constitui na primeira experiência de trabalho urbano, atingindo migrantes rurais e jovens que se iniciam no mercado de trabalho. O segundo aspecto diz respeito ao fato de a experiência de trabalho com registro em carteira assinada significar o conhecimento por parte destes trabalhadores de hábitos de trabalho assalariado.

Quadro 4

Posse de carteira assinada			
	Com carteira	Sem carteira	
	%	%	N°
1ª ocupação	50.0	50.0	142
2ª ocupação	67.0	33.0	97
3ª ocupação	60.7	39.3	61
4ª ocupação	73.9	26.1	23

Em nosso entender esses dados mostram que uma característica de uma parte importante dos entrevistados é a de ter tido experiência de trabalho assalariado com carteira assinada. Confirma-se, com o Quadro 4, o fato de que os entrevistados são conhecedores das características do trabalho assalariado com registro em carteira e do que isso significa em

termos de seguridade social e de estabilidade no trabalho e, no entanto, se inserem no trabalho informal de camelô. Resta saber os motivos pelos quais isso acontece, como tentaremos ver mais adiante.

3.3.3 Permanência nas ocupações

O tempo de serviço médio em cada uma das ocupações anteriores dos entrevistados é de cerca de 5 anos para a primeira ocupação, 4 anos para a segunda e pouco mais de 3 para os casos em que apresentaram terceira e quarta ocupações anteriores.

Esse dado mostra uma relativa estabilidade na permanência nas ocupações anteriores se observarmos que a idade média dos entrevistados é de cerca de 30 anos.

À constatação da experiência de trabalho assalariado com registro em carteira assinada, cabe agregar a relação entre o tempo de serviço em cada ocupação e a posse ou não de carteira de trabalho.

Destaca-se, para todas as ocupações anteriores, aquele segmento dos que trabalharam até 5 anos com carteira assinada. Segue em importância o grupo formado por aqueles casos que trabalharam até 5 anos sem carteira assinada (ver Tabelas 25.A, 26.A, 27.A e 28.A no anexo A).

3.3.4 Lugar das ocupações anteriores

A análise dos locais nos quais os entrevistados realizaram seus trabalhos anteriores, confirma o dado sobre a origem urbana. Pode-se afirmar ampla preponderância das ocupações desenvolvidas em Porto Alegre, seguindo em importância as das grandes cidades do interior do Estado (ver Tabelas 25.B, 26.B, 27.B e 28.B no anexo A).

3.3.5 Tipo de empresas das ocupações anteriores

O tipo das empresas em que trabalharam os entrevistados em ocupações anteriores revelou-se um dado interessante, como analisaremos a seguir.

As empresas foram divididas em autônomas, pequenas, médias e grandes. Os critérios para tal divisão levou em consideração o número de empregado em cada uma. (Esta divisão é, em alguma medida arbitrária, mas para os fins do estudo tomou-se como pequenas aquelas com até 30 empregados, como médias aquelas com até 100 e as grandes com mais de 100 empregados. Isso obedece também a que os entrevistados respondiam de forma aproximada sobre o número de empregados das empresas em que tinham trabalhado).

Dois aspectos chamam a atenção. De um lado, número significativo de entrevistados desempenhou sua primeira ocupação como autônomo, representando 34.5% dos casos. Por outra parte, observa-se que 27.5% das primeiras ocupações foram exercidas em grandes empresas, e um total de 27.5% o fez em empresas de porte pequeno e médio (ver Tabelas 25.C, 26.C, 27.C e 28.C no anexo A).

À primeira vista, aparece como relevante o percentual resultante de ocupados em atividades autônomas e em pequenas empresas. Nesses dois segmentos estão concentrados os casos onde se registram os maiores casos de ocupações sem carteira assinada (ver Tabelas 25.D, 26.D, 27.D e 28.D no anexo A).

(Para os autônomos, considerou-se a atividade sem nenhum tipo de registro como "sem carteira". Desagregando os autônomos o percentual de ocupações assalariada com carteira assinada sobe significativamente, de forma proporcional. Voltaremos sobre isto mais adiante).

3.3.6 Ramo da atividade econômica

As Tabelas 25.E, 26.E, 27.E e 28.E no anexo A, mostram que os ramos de atividade que reúnem maior percentual nas ocupações anteriores são: considerando-se a primeira ocupação, temos o comércio com 45.1% para a primeira ocupação, seguido pela indústria com 22.5% dos casos e

pelos serviços pessoais e domésticos que, somados, representam 17.6%. Para a segunda ocupação dos entrevistados esses percentuais se mantêm na mesma ordem.

Tendo como referência o ramo da atividade relacionado com a posse ou não de carteira assinada, observa-se que os que tiveram empregos na indústria apresentam um percentual superior de registro em carteira se comparados com os que tiveram no comércio (ver Tabelas 25.F, 26.F, 27.F e 28.F no anexo A).

Observados no seu conjunto, os diversos aspectos que acabamos de listar relativos à trajetória ocupacional dos entrevistados, contribuem para dar uma idéia das características da força de trabalho atualmente ocupada na atividade de camelô.

Pode-se afirmar que essa força de trabalho apresenta, em linhas gerais, uma marcada tendência para as atividades no comércio. O grande peso das ocupações anteriores no meio urbano, principalmente em Porto Alegre, os apresenta como conhecedores do movimento comercial da cidade e das oportunidades que esse oferece como meio para aumentar as rendas pessoais e familiares.

A presença de assalariamento com carteira assinada e atividade na indústria não se constitui em característica relevante das ocupações anteriores dos camelôs. Elas não têm um peso significativo na amostra.

Esse último aspecto confirma, de certo modo, os resultados do estudo sobre trajetórias de operários da indústria de São Paulo (Hirata, Humphrey, 1989) onde se analisa o fenômeno da passagem de operários da indústria para as ocupações informais em momentos de desemprego. Esses operários mostraram uma resistência ao abandono da procura de emprego industrial, verificando-se uma identidade operária muito marcante. O estudo de Hirata, Humphrey questiona a noção de "passagem rápida" ao trabalho informal dos operários industriais desempregados. Os autores contestam que as ocupações na economia informal absorvam os industriários desempregados, baseada na forte identidade operária, na posição na família e nas oportunidades no mercado de trabalho.

No caso dos camelôs sob estudo, e comparativamente, a identidade que se lhes pode atribuir estaria predominantemente vinculada a atividades no comércio, mesmo que com assalariamento e carteira assinada.

Certamente, o trabalho de camelô não é a ocupação de iniciação no mercado de trabalho para a ampla maioria dos entrevistados.

Portanto, poder-se-ia avançar na hipótese de que a passagem de ocupações ou empregos com carteira assinada para o trabalho de camelô, primeiro, não seria uma passagem rápida, e, segundo, não seria traumática, no sentido de contradizer a experiência de vida anterior.

3.4 CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO ATUAL

Nesta parte do estudo analisaremos as características principais da ocupação de camelô.

Começaremos pela reflexão sobre alguns aspectos que caracterizam a condição de trabalho informal do segmento sob estudo, analisando alguns elementos que indicam tal condição.

Interessa-nos analisar o tempo de trabalho como camelô e as condições de passagem à informalidade para poder avaliar de forma mais precisa as condições nas quais tal passagem se realizou e os motivos que levaram a população em estudo à inserção na informalidade.

Por último analisaremos dados referentes à especificidade do trabalho de camelô e os rendimentos que auferem os entrevistados.

Para destacar as características do trabalho informal próprio dos camelôs no que diz respeito ao grau de ajustamento institucional da

atividade, pesquisaram-se três aspectos. O primeiro refere-se à contribuição dos entrevistados a institutos previdenciários (pagamento ao INPS); o segundo, refere-se a pagamento de taxas à Prefeitura (alvará ou alguma outra); o terceiro, refere-se ao pagamento de taxa ou contribuição ao Sindicato de Ambulantes.

Os resultados trazem o dado de que 62.9% dos entrevistados não pagam contribuição ao INPS, nem possuem qualquer outro tipo de contribuição previdenciária; 35.0% pagam contribuição ao INPS, estando divididos entre aqueles que o fazem como autônomos e os que o fazem pelo Sindicato. Apenas 2.1% dos entrevistados já estão aposentados. Pode-se observar, a esse respeito, que a ampla maioria dos entrevistados têm uma situação precária enquanto a sua seguridade social (ver Tabela 29 no anexo A).

Esses dados podem-se comparar com os que oferece a PNAD - 1990 para a RMPOA, verificando-se que 75.93% das pessoas ocupadas contribuem para instituto de previdência, sendo de 24.05% o percentual de pessoas ocupadas que não contribuem. A relação é inversa na população em estudo.

Um resultado semelhante surgiu do estudo de camelôs no Rio de Janeiro (Sabóia, 1991, p. 7), em que apenas 39.2% dos entrevistados contribuem para a previdência social.

Esse dado pode ser complementado com a observação de que 82.5% dos entrevistados de POA não pagaram nem pagam qualquer taxa à Prefeitura Municipal. O escasso percentual que pagou ou paga mostra que o grupo em estudo não registrou a sua atividade na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (ver Tabela 30 no anexo A).

Por último, buscou-se investigar se os entrevistados pagavam uma taxa que o Sindicato de Ambulantes da cidade arrecada dos ambulantes em geral. Verificou-se que pouco menos da metade paga esta taxa, o que também significa que inexistente nesse aspecto um registro da ocupação (ver Tabela 31 no anexo A).

A distribuição segundo sexo e locais de trabalho não traz elementos novos diferenciadores quanto a esse aspecto.

Desses dados pode-se concluir que o trabalho de camelô é exercido, de modo geral, à margem de regras institucionais de origem diversa, sejam de ordem da previdência, municipais ou mesmo sindicais. Sem dúvida, esse é um dos dados típicos do trabalho informal, característica que foi verificada na pesquisa.

3.4.1 Tempo de trabalho como camelô

O levantamento possibilitou verificar que a média de tempo de serviço dos entrevistados como camelôs é de cerca de cinco anos. Podemos afirmar que esta média é relativamente alta, dada a característica de informalidade da ocupação.

Analisando a antiguidade no trabalho por número de anos, observa-se que um número significativo dos entrevistados está situado na faixa de até 1 ano na ocupação. Isto é, 36.4% dos entrevistados inseriram-se na ocupação de camelô entre os anos de 1990 e 1991.

O percentual de 28.7 dos entrevistados tem de 2 a 5 anos de tempo de serviço e 14.0% entre 5 e 10 anos. Com mais de 10 anos, a amostra apresenta 21% dos entrevistados.

Observa-se que os homens são mais antigos que as mulheres na ocupação. O percentual mais expressivo entre os homens encontra-se na faixa dos 2 a 5 anos com 18.9%. Entretanto, nota-se uma notável incorporação de mulheres ao trabalho na rua, dado que 20.3% delas têm até 1 ano de trabalho como camelô (ver Tabela 32 no anexo A).

Segundo a posição na família, observa-se que um número importante de chefes tem até um ano como camelô, representando 30.2% do total de

chefes e 17.5 no total da amostra. Os mesmos percentuais repetem-se para os chefes que têm de 2 a 5 anos de antiguidade (ver Tabela 33 no anexo A).

Para o total da amostra, os que ocupam a posição de cônjuge, filho ou outros na faixa de até 1 ano de trabalho, representam 18.9%.

Esses dados demonstram que a população de camelôs de Porto Alegre cresceu significativamente nos últimos cinco anos, sendo que mais acentuadamente nos anos de 1990 e 1991. A incorporação significativa de chefes de família evidencia o fato do trabalho de camelô, aparentemente, oferecer rendas relativamente suficientes para o sustento das famílias. Entretanto, cabe salientar que esse crescimento registra um aumento da participação de mulheres chefes e cônjuges trabalhando como camelô.

No que diz respeito à idade (Tabela 34 no anexo A), observa-se que os que têm até um ano de tempo de serviço como camelô distribuem-se em todas as faixas etárias, o que faz pensar que não se tratam de jovens ingressando no mercado de trabalho.

Em relação aos níveis de escolarização, não há diferenças em relação à característica geral da amostra, ou seja, os que se incorporaram ao trabalho informal de camelô até cinco anos - o grupo mais importante - não apresentam dados significativos se distribuídos nos distintos níveis de escolarização (Tabela 35 no anexo A).

3.4.2 Motivos da inserção como camelô

A verificação do aumento na incorporação de pessoas ao trabalho informal de camelô, realçou a importância dos dados levantados sobre os motivos que levaram os entrevistados a sair de suas ocupações ou empregos anteriores. Vale mencionar o fato de que, como já vimos, uma ampla maioria deles teve experiências de trabalho anteriores.

Observando para a Tabela 36 no anexo A, verificamos que para o total da amostra, 35.7% saíram de seus empregos anteriores por razões de demissão ou por considerarem o salário muito baixo, sendo que apenas 16.1%, do percentual acima, o foram exclusivamente por motivo de demissão.

25.9% dos casos deixaram seus empregos através de acordos com seus patrões ou simplesmente pediram demissão para trabalhar como camelô. Isso era expresso pelos entrevistados por relatos como os seguintes:

"saí por causa de que trabalhei 14 anos e descobri que era só um número na firma";

"pedi as contas para ser camelô, cansei de ser empregada"; ou ainda,

"pedi as contas porque fazem as pessoas escravos, só";

"pedi as contas porque sem muito gasto nem esforço a gente ganha bem, uma professora ganha bem menos do que eu".

A idéia mais marcante neste grupo manifestava-se em que a saída do emprego e "trabalhar na rua" era bem mais tranqüilo do que o emprego e até, podia-se ganhar mais.

Há também os que declararam ter tido problemas com o patrão:

"briguei com o chefe que mandou fazer o que não correspondia e, depois, ultimamente a grana não estava dando mais";

"o patrão xingava muito";

"não quis mais trabalhar com ele";

"eu gosto de não ter patrão", etc.

Esses casos não foram tão numerosos ou expressivos como esperado, entretanto, mostram que esses entrevistados não queriam

suportar as condições do emprego e simplesmente o deixaram para trabalhar como camelôs.

Na Tabela que analisamos (36), aparece ainda um grupo *outros* que se apresenta bastante significativo, com 21.7% da amostra. Nesse grupo foram agregados os mais diversos casos. Alguns deles são pessoas que tinham sido empregados de camelôs, outros não tinham trabalhado antes ou só faziam bicos, alguns eram aposentados. Nesse grupo encontram-se também os poucos casos de camelôs que combinavam seu trabalho com o de assalariado.

Completam a amostra os casos de entrevistados que sempre trabalharam por conta própria, representando 16.8% dos casos. Entre eles observam-se casos de entrevistados que iniciaram pequenos negócios legalmente estabelecidos que não deram os resultados esperados por causa dos custos.

3.4.3 Especificidades da ocupação

A ampla maioria dos entrevistados exerce a atividade de forma independente ou autônoma. O grupo que o faz como empregado assalariado ou por comissão representa apenas 13.3% da amostra (ver Tabela 37 no anexo A).

Esse número de empregados de camelôs é significativamente baixo se comparado com o apresentado no Rio de Janeiro onde 29.8% dos entrevistados eram empregados (Sabóia, 1991).

Ao analisarmos como os entrevistados iniciaram o trabalho como camelôs (ver Tabela 38 no anexo A), verificamos que a condição de empregado de camelô é uma das formas de ingresso à ocupação. 14.0% dos entrevistados começaram dessa forma para tornar-se independentes depois.

Entretanto, 47.1% dos entrevistados ingressaram na ocupação através de contatos com parentes ou amigos que já eram camelôs. Isso mostra novamente a importância da família como unidade de socialização em relação à atividade servindo de nexos para enfrentar a possibilidade de trabalhar como camelô.

Seguem em importância os casos em que os entrevistados já exerciam atividades como trabalhador por conta própria, e aqueles que já comercializavam produtos de forma particular.

Na categoria *outros* da Tabela 38 no anexo A, estão agrupados os casos em que o início na atividade foi motivado por desalento na procura de outros trabalhos ou os casos em que existia alguma situação familiar que obrigou a pessoa a trabalhar como camelô. Representam claramente o

grupo que se viu forçado a entrar na atividade como único meio de subsistência, sendo 14.7% da amostra.

Nem todas as experiências de enfrentar o fato de trabalhar na rua se apresentam de forma fácil ou simples para os camelôs. Na Tabela 39 no anexo A, pode-se observar que os primeiros contatos com a ocupação obrigaram os entrevistados a enfrentarem uma série de problemas. Apenas para 25.9% o fato de trabalhar na rua significou uma experiência boa de relacionamento com outros camelôs e com o público, sendo este fato mais freqüente entre os homens.

Os problemas que se apresentam no início da atividade são variados. Os que aparecem com mais freqüência são os vinculados com a fiscalização exercida pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC) e os que decorrem das dificuldades ajustamento e das condições de trabalho que apresenta o trabalho na rua, tais como, segundo os próprios entrevistados, a necessidade de enfrentar diversas circunstâncias climáticas, a poluição das ruas, assim como o simples fato de ficar expostos na rua durante grande parte do dia. Todas essas são condições difíceis, segundo os entrevistados, de serem absorvidas. Observa-se também o fato de serem as mulheres que mais sofrem com essas condições que provocam desmaios ou doenças. Existe um período de adaptação às condições do trabalho que em alguns casos apresentaram-se como traumáticos.

Outros problemas menores mencionados foram os relacionados com os lojistas, com outros camelôs da mesma rua, com o patrão, ou decorrentes da falta de capital no início da atividade.

86.7% dos entrevistados trabalham em pontos fixos e estáveis. Essa condição e a localização do ponto aparece como um dos elementos importantes para que a atividade ofereça uma boa rentabilidade.

A localização para a instalação das bancas é um ponto sempre problemático para o grupo em estudo, dando lugar a confrontos com variados níveis de violência. Analisaremos aqui como foi que os entrevistados conseguiram os pontos de trabalho, deixando para o capítulo seguinte o tratamento in extenso desses confrontos.

Tal como observamos na Tabela 40, apenas 35% dos entrevistados conseguiram o ponto de trabalho autorizados pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio do Município (SMIC). Segue em importância o grupo de camelôs que simplesmente instalou sua banca num ponto sem nenhum tipo de autorização com 24.5% dos casos; 22.4% recorreram aos lojistas vizinhos para instalar a banca; 10.5% receberam autorização dos outros camelôs da rua para ocupar um lugar na mesma. Observou-se ainda em poucos casos, o aluguel de pontos de trabalho. Esse tipo de negócio é realizado, principalmente, por alguns deficientes físicos que têm prioridade para a instalação de bancas. Esses camelôs, ao alugar as bancas, se

poupam de enfrentar o trabalho na rua e vivem do aluguel do ponto. Apesar de não ser uma prática muito freqüente, o aluguel dos pontos aparece em casos de camelôs mais antigos, que desde há muito tempo ocupam um ponto bem localizado e que tem uma situação econômica estável. Para eles, o aluguel do ponto resulta vantajoso, dado os problemas de idade que enfrentam. Os que alugam, o fazem com certa vantagem, na medida em que o tipo de mercadorias de baixo preço, assim como a localização, possibilita vendê-las com vantagens.

Conseguir o ponto de forma estável depende, de forma geral, da tolerância dos fiscais da Prefeitura, mas também de redes de contatos com outros colegas da mesma rua. Neste sentido, os próprios camelôs mantêm uma certa regulação da entrada de novos camelôs na rua, crenças que, por um lado, uma excessiva concentração prejudicaria as vendas e, por outro, traria problemas com a fiscalização da SMIC.

Outro aspecto constatado foi o longo tempo diário e semanal de horas de trabalho. Como observamos nas Tabelas 41 e 42 no anexo A, 69.2% dos entrevistados trabalham durante 6 dias e 19.6% o fazem durante 7 dias na semana. As jornadas de trabalho de 74.8% dos entrevistados são de 6 e 10 horas por dia e para 21.7% de 11 horas ou mais.

Esse aspecto é característico das condições de trabalho dos camelôs e aparece como um dos fatores negativos do trabalho. A relação direta entre

a duração das jornadas e a possibilidade de ampliação de lucros é uma das desvantagens maiores que enfrentam os camelôs.

Isso faz com que, em muitos casos, o trabalho seja realizado por mais de um trabalhador. 32.9% dos entrevistados declararam que são ajudados por mais uma pessoa e pouco mais de 15.0% são ajudados por duas a três pessoas (ver Tabela 43 no anexo A). A presença de familiares ajudando no trabalho é significativa, representada por 38.5% dos casos. Outros 13.3% do total de entrevistados recebem ajuda de amigos ou colegas da rua. Poucos casos mencionaram, nesse ponto, a ajuda de empregados (ver Tabela 44 no anexo A).

Quanto aos aspectos relativos aos produtos vendidos e à forma como os camelôs realizam a atividade comercial, observou-se, de forma marcante, a utilização do pagamento à vista na compra das mercadorias, sendo que 82.5% utilizam essa forma de pagamento (ver Tabela 45 no anexo A). O resto combina compras a crédito ou a consignação. Numa expressão de uma camelô entrevistada ficou claro que o relativo sucesso nesse trabalho depende de uma correta administração monetária: *"nós dependemos de saber como fazer girar o dinheiro"*.

A forma e o lugar de abastecimento das mercadorias são dois elementos que permitem visualizar alguns grupos na amostra levantada (ver Tabela 46 no anexo A). Um primeiro grupo é formado por aqueles camelôs

que só compram em atacados da cidade, aparecendo como o menos dinâmico, dependendo exclusivamente dos produtos e novidades que são oferecidos por essas lojas. Esses representam 30.8% da amostra.

Um segundo grupo está formado por aqueles que compram suas mercadorias no Paraguai e em atacados da cidade, representando 31.5% da amostra. Esse grupo apresenta características dinâmicas e, poder-se-ia dizer, "empresariais". Por um lado, esse grupo arrisca perder as mercadorias compradas no Paraguai nos constantes controles realizados pela Polícia Federal nas estradas que os trazem de volta à cidade; por outro lado, nota-se que alguns se especializam como compradores no país fronteiriço, vendendo suas mercadorias a outros camelôs que, obviamente têm que pagar o custo de não arriscar.

Outro grupo, formado por 21.6% dos entrevistados, agrega a estratégia de compra diretamente nas fábricas. Nesse grupo observaram-se casos em que a procura de melhores preços os levava a São Paulo e Santa Catarina, transformando-os também em fornecedores de outros camelôs além de abastecer sua própria banca.

Tanto para este grupo, como para o segundo, a estratégia das viagens mensais ou quinzenais em busca de produtos mais baratos, exige-lhes a assistência na banca de alguma outra pessoa, geralmente um

familiar, para evitar o risco de perder o ponto. Esse perigo existe principalmente no Centro, onde a fiscalização é mais acentuada.

Verificou-se que esse fornecimento de mercadorias nas bancas, fez com que alguns camelôs se dedicassem somente a esse trabalho.

Para esses grupos mais dinâmicos, os lucros sobre os produtos que vendem chegam a 100% ou mais do valor de custo.

Um outro grupo, menos representativo, de 15.4% dos entrevistados, combina as compras em atacados com produtos produzidos por eles próprios de forma artesanal, como artigos de lã, outros tecidos, colares, etc.

Os produtos mais vendidos e rentáveis são produtos de origem industrial, sendo os "importados" do Paraguai os que mais vendem e rendem. A lista de produtos vendidos pelos camelôs é longa e inclui desde bijuterias, bolsas de couro ou elementos de vestuário até brinquedos e aparelhos eletrônicos. Os que vendem sempre o mesmo tipo de produtos representam 44.1% e 39.2% mudam às vezes, principalmente de acordo com a estação. O resto muda continuamente de produtos.

3.4.4 Renda dos camelôs

Obter dados confiáveis sobre renda dos camelôs não foi uma tarefa simples. Em pesquisa piloto tinha-se verificado que uma questão que preocupava ao grupo era a possibilidade de que, revelando o dado sobre renda, pudessem se tornar objeto de alguma medida destinada a cobrar taxas para o exercício do seu trabalho por parte da Prefeitura. Conhecedor desse fato, esse autor optou pela seguinte estratégia na pesquisa empírica: no início do questionário perguntava-se sobre quanto era o orçamento familiar mensal e de que maneira esse era formado, mais no final da entrevista perguntava-se sobre a média de dinheiro que entrava por dia como resultado das vendas. De forma geral, os entrevistados responderam menos essa questão. Nos casos em que responderam, eram ponderadas as entradas diárias no início e no final do mês, quanto entrava em um dia de baixas vendas e quanto era a entrada de um dia de altas vendas. Isto é, discutia-se com os entrevistados com a finalidade de chegar-se efetivamente a um cálculo de renda média diária real. De posse desse dado procedeu-se da seguinte forma: para estimar a renda mensal partindo da renda diária multiplicou-se esse valor pela quantidade de dias que o entrevistado declarou trabalhar por semana. Esse resultado foi multiplicado por 4 semanas com a finalidade de se ter uma idéia da renda mensal.

Para unificar os valores resultantes desse cálculo e o obtido como renda mensal familiar tomou-se como base o valor do salário mínimo do mês

de outubro de 1991, que era de Cr\$ 42.000,00; e o valor do dólar no mesmo mês, que era de Cr\$ 650,00.

Dos dados obtidos dessa forma pode-se concluir - conforme observamos nas Tabelas 47 e 48 no anexo A - que, tanto para a renda domiciliar declarada como para o resultado do cálculo feito segundo explicamos anteriormente, a ampla maioria dos entrevistados ganhava entre 1 e 5 salários mínimos. Pode-se afirmar de forma realista, e como conclusão de uma ponderação cuidadosa desses dados, que a renda média estimada situa-se em torno de 3 salários mínimos para o total dos entrevistados. Algumas variações de rendas maiores podem ser atribuídas às diferentes estratégias de compras das mercadorias como descrevemos anteriormente.

Esse dado é semelhante ao levantado pelo estudo dos camelôs do Rio de Janeiro (Sabóia, 1991, p. 8), onde o rendimento médio constatado foi de 3.5 salários mínimos.

O fato das rendas dos camelôs atingirem níveis mais altos do que amplos setores de assalariados geralmente é entendido como um dos motivos principais para a inserção na atividade. Discute-se na literatura sobre o tema (Sorj, 1989 e Sabóia, 1991) as razões de inserção: a transformação em camelô partiria de uma opção do trabalhador pela informalidade, ou surgiria da necessidade de obter recursos para os suprimentos básicos desses trabalhadores.

Dada essa discussão, vale a pena tratar, nessa seção, os dados levantados junto aos entrevistados sobre as suas expectativas no que diz respeito a seu futuro como trabalhador.

Do total de entrevistados 42.7% afirmaram que conheciam alternativas melhores de trabalho que não a de camelô. O resto da amostra mencionou não conhecer outras alternativas melhores.

Esse dado foi complementado com a investigação sobre o que os entrevistados prefeririam fazer, caso fosse-lhes oferecida uma boa oportunidade. Uma parte importante da amostra, 28.0% dos entrevistados, respondeu que preferiria instalar uma loja de forma estável, com local estabelecido e registrado. Uma opinião semelhante foi colocada por aqueles que gostariam de continuar trabalhando como trabalhador por conta própria mas na própria casa, totalizando 8.4% dos entrevistados (ver Tabela 49 no anexo A).

Chama atenção que 18.2% dos entrevistados mencionaram que gostariam de encontrar um bom emprego assalariado com carteira assinada, salientando o salário fixo como uma vantagem. Um percentual semelhante, de 18.9%, declarou que gostaria poder aperfeiçoar-se, em termos de educação formal, para sair da ocupação de camelô e conseguir um emprego estável. Apenas 3.5% dos entrevistados colocaram o fato de acreditar não ter oportunidades por falta de formação ou pela idade. Finalmente, 15.4%

dos entrevistados manifestaram a sua preferência por continuar na atividade de camelô.

Observa-se, de forma geral, que cerca de 40.0% do total de entrevistados não vê como negativa a possibilidade de assalariar-se desde que os empregos lhes permitam entradas semelhantes ou melhores que as atuais.

Isso relativiza a hipótese da atividade ser reconhecida como uma opção sedutora. As possibilidades de rendas mais altas obtidas na ocupação de camelô têm custos em termos de enfrentar longas jornadas de trabalho e condições de trabalho bastante duras, conforme descrevemos anteriormente.

CAPÍTULO 4

CAMELÔS, O SINDICATO E A PREFEITURA: A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

Nesse capítulo, analisaremos dados levantados junto aos camelôs sobre as características de sua relação com o Sindicato de Ambulantes da cidade e com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

A pesquisa buscou investigar as características dos camelôs que dizem respeito a sua participação em diversos níveis da vida social para, depois, abordar o tema da organização da própria categoria e de suas relações com a Prefeitura.

De modo geral, observou-se no grupo em estudo, que mais de 60.0% dos entrevistados não participam de nenhum grupo ou organização coletiva. Aqueles que participam, na maioria dos casos, o fazem em grupos esportivos ou religiosos, sendo minoritários os que participam de associações de bairro ou de partidos políticos. Essa participação limita-se à

assistência de reuniões ou eventos e, em pouquíssimos casos, no exercício de alguma função. Certamente as jornadas de trabalho inviabilizam a possibilidade de uma participação mais acentuada.

O Sindicato de Ambulantes de Porto Alegre agrupa todos os ambulantes da cidade e não só os camelôs. Participam do mesmo os vendedores de alimentos (frutas e verduras) localizados principalmente no Centro da cidade. Esse sindicato tem sede própria e uma estrutura administrativa montada que oferece serviços jurídicos e médicos aos associados. Apresenta-se como uma organização burocratizada dirigida por ambulantes antigos na cidade.

Esse sindicato, mesmo não sendo muito representativo, transforma-se no mediador perante a Prefeitura cada vez que surgem problemas entre ambulantes ou camelôs, ou quando a Prefeitura ordena algum remanejamento de bancas e pontos de trabalho.

Evidenciou-se uma fraca organização da categoria a partir dos dados que analisaremos a seguir. Cabe mencionar que nesta parte do levantamento muitos entrevistados preferiram não responder as questões formuladas, alguns por desconhecimento, outros por não querer sequer falar sobre o tema. O que pretendemos salientar é o fato de certa resistência, por parte dos entrevistados, a opinar sobre a ação do Sindicato ou da Prefeitura.

Quanto ao fato de serem filiados ao Sindicato, 51.7% dos entrevistados declararam afirmativamente, 44.1% declararam não estarem filiados e 4.2% não responderam (ver Tabela 50 no anexo A).

Apenas 20.3% dos entrevistados responderam que sempre participam das reuniões do Sindicato, 3.5% que participam às vezes e 58.7% responderam que não participam (ver Tabela 51 no anexo A).

Perguntados sobre seu conhecimento a respeito das atividades do Sindicato, cerca de 60% dos entrevistados não responderam ou não sabiam. Entre aqueles que responderam afirmativamente, destacam-se os que mencionaram a prestação de serviços jurídicos ou de assistência médica e odontológica, sendo esses 15.4% dos casos. O restante das respostas menciona diversas atividades, como a intervenção do Sindicato trocando ou outorgando pontos de trabalho ou estabelecendo relações com os lojistas e com a Prefeitura. Por último, outros mencionaram que o Sindicato não faz nada e que nunca se beneficiaram (ver Tabela 52 no anexo A).

Da investigação sobre a opinião dos entrevistados relativamente às atividades que o Sindicato deveria desenvolver surgiram respostas indicando a necessidade de melhorar o cuidado com as bancas, com os pontos, com as mercadorias e com os depósitos onde essas são guardadas, representando 12.6%. Poucos mencionaram a necessidade de enfrentar as pressões dos lojistas e da Prefeitura e menos ainda, os que entendiam que o

Sindicato deveria melhorar as relações com a Prefeitura (ver Tabela 53 no anexo A).

O fato mais importante que surgiu nessa questão está representado pela opinião de quase 20.0% dos entrevistados que mencionaram que o sindicato deveria organizar melhor as relações entre camelôs velhos e os novos. Esse dado indica a pressão percebida pelo grupo, dada a incorporação recente de pessoas à ocupação. A questão refere-se tanto ao problema do espaço quanto a uma maior concorrência. O primeiro fato desorganiza a distribuição das bancas nas ruas e torna necessária a intervenção da Prefeitura, o que é percebido como possibilidade de ser prejudicado no remanejamento. O segundo fato, da maior concorrência, refere-se mais à dificuldade de fazer acordos com os novos sobre os preços das mercadorias. Em algumas ruas verificou-se que camelôs que estão vendendo as mesmas mercadorias realizam acordos para estipular preços semelhantes.

A diferenciação entre os "novos" e os "velhos" camelôs salienta o fato de que a composição do grupo sob estudo modificou-se nos últimos anos, como já salientamos.

O caráter de vizinhança das bancas faz com que algumas ruas organizem as chamadas "comissões de rua" sendo poucos os casos em que isso acontece. Onde essas comissões existem, suas tarefas principais

consistem na organização da guarda das mercadorias durante a noite, em manter a limpeza da rua e na organização das bancas. Funcionam também como forma de evitar que novos camelôs instalem suas bancas na mesma rua e, de alguma forma, viabilizam os acordos de preços das mercadorias.

A pesquisa procurou também investigar se os entrevistados achavam que deveriam organizar-se de alguma outra forma; 57.3% deles não responderam ou declararam não saber. Entretanto, 30.8 responderam afirmativamente, concordando com a necessidade de outra forma de organização que proponha uma melhor organização por ruas para ordenar mais o espaço de trabalho. Essa proposta, no entanto, apareceu como uma simples opinião e não se evidenciou que existissem medidas para levá-las adiante (ver Tabela 54 no anexo A).

O aspecto da organização dos camelôs foi complementado com a pesquisa das opiniões dos mesmos sobre a Prefeitura e seu comportamento perante eles. Um total de 46.9% dos entrevistados declarou que suas relações com a Prefeitura eram boas ou muito boas, 38.5% manifestaram não ter relações, e 14.7% dos entrevistados declararam que suas relações com a Prefeitura eram ruins ou muito ruins (ver Tabela 55 no anexo A). Esses resultados devem ser analisados à luz de outras opiniões. 29.4% dos entrevistados declararam que a Prefeitura não tinha feito nada para melhorar as condições de trabalho dos camelôs. Os que mencionaram que a Prefeitura organizara melhor os camelôs, dentre outras coisas

implementando a padronização das bancas, representam 13.1% do total da amostra. 41.3% não responderam ou declararam não saber (ver Tabela 56 no anexo A).

Para uma parte importante dos entrevistados a Prefeitura não consulta os camelôs antes de agir em questões que os implicam diretamente, como a organização dos espaços de maior concentração, representando 43.4% da amostra. Os que responderam que existe alguma forma de consulta representam 17.5% dos entrevistados e 39.2% disseram não saber (ver Tabela 57 no anexo A).

Por último, vinculado ao tema das relações entre camelôs, Sindicato e Prefeitura, pesquisou-se a opinião dos entrevistados sobre quem deveria trazer soluções para os problemas da categoria. 32.2% dos entrevistados declararam não saber ou não responderam a essa pergunta. O resto da amostra opinou da seguinte forma: para 28.0% nem a Prefeitura nem o Sindicato deveriam trazer soluções aos problemas deles; 15.4% opinaram que as duas instituições deveriam trabalhar na busca de soluções; 13.3% declararam que só a Prefeitura e apenas 11.2% priorizou o Sindicato como entidade que deveria trazer soluções para os camelôs (ver Tabela 58 no anexo A).

De modo geral, pode-se concluir, a partir desses resultados que, primeiro, a valorização do ponto pela sua localização em ruas mais

transitadas por potenciais clientes e, segundo, a alta concorrência que existe na atividade, são os fatores que mais acarretam problemas entre os camelôs.

Da "batalha" pelo ponto depende em grande parte o sucesso das vendas, o que faz com que as intervenções da Prefeitura possam chegar a ser absolutamente prejudiciais para os camelôs, tanto no remanejamento dos pontos quanto na implementação de outras iniciativas.

Podemos exemplificar com a implementação da obrigatoriedade do uso de bancas padronizadas por parte de todos os camelôs da cidade. Isso surgiu de um acordo entre a cúpula do Sindicato e a Prefeitura Municipal. O Sindicato organizou a compra das bancas possibilitando o pagamento em prestações mas, de fato, essa medida funcionou com um filtro que eliminou das ruas aqueles camelôs menos dinâmicos que não tiveram condições de arcar com o custo da nova banca.

Esse exemplo, mas principalmente os dados levantados, mostram as razões da relativa rejeição dos camelôs ao Sindicato e à Prefeitura. As tensões produzidas pelas medidas surgidas dessas duas instituições afetam de forma contundente o cotidiano do trabalho dos camelôs. Esses ajustamentos da atividade são simplesmente suportados pelos camelôs sem terem muitas condições de resistência. Isso também explica o desinteresse pela organização da categoria.

O segundo aspecto mencionado, referente à ocupação ser desenvolvida num mercado altamente competitivo, impede que possam ser criados vínculos de organização mais estáveis. A ruptura de acordos de preços, ou o simples fato de que um camelô não respeite o acordo de outros, motivam permanentes problemas entre os próprios camelôs.

Observa-se que as medidas de disciplinamento do espaço urbano nas ruas mais transitadas por parte da Prefeitura, junto com acordos gerados por um Sindicato com escassa ou nula representatividade, deixam apenas nas mãos do próprio camelô as estratégias para continuar e obter rendas que permitam a sua subsistência e a da sua família.

Desta forma, o que faz com que uns obtenham rendimentos mais altos que outros é, precisamente, a capacidade individual de cada camelô e o fato de assumir sem limites as condições de concorrência entre eles.

CONCLUSÃO

Esse trabalho teve como estratégia para o estudo da informalidade nas relações de trabalho a análise de um segmento ou grupo de trabalhadores informais. O estudo dos camelôs de Porto Alegre permitiu observar algumas características importantes da força de trabalho inserida informalmente no mercado de trabalho.

O entendimento da informalidade como processo e não como setor permitiu observar que, no grupo estudado, a informalidade não aparece como sendo uma parte residual do mercado de trabalho. Antes, pelo contrário, verificou-se um importante dinamismo na atividade, marcado pelas características pessoais dos trabalhadores, pelas rendas obtidas e pelo crescimento registrado.

Observou-se uma ampla heterogeneidade ao interior do grupo pesquisado, decorrente dos dados de sexo, posição na família, nível de escolarização e renda.

Entretanto, merece destaque a importante presença de chefes de família, homens e mulheres, na atividade. O nível de escolarização apresentado na amostra revelou-se relativamente alto, contrariamente à expectativa do senso comum.

No que diz respeito à idade, a população em estudo revelou-se adulta, não mostrando uma presença significativa de jovens e idosos.

A preocupação com a origem dos trabalhadores informais estudados permitiu verificar as características urbanas desta força de trabalho, assim como a experiência de trabalho assalariado com carteira assinada presente numa parte significativa do grupo estudo.

Merece ser salientado o crescimento dessa atividade pela incorporação de um número importante de trabalhadores nos anos de 1990 e 1991, coincidentemente com o agravamento da situação do mercado de trabalho na RMPOA.

Essa relação merece ser aprofundada já que coloca o tema da opção pela informalidade dentro de um contexto estrutural específico. Podemos afirmar que, no grupo em estudo, a opção dos trabalhadores pela informalidade está certamente limitada pelas oportunidades que esse contexto oferece. Por uma parte, da trajetória de trabalho do grupo pode ser tirada a conclusão de que existe uma marcada tendência à realização de

atividades comerciais e, pela outra, do estudo das formas de incorporação na atividade pode-se concluir que a família constitui-se em nexo importante de entrada na atividade. Estas características, junto com a necessidade de instalação num ponto fixo, aparecem como exigências de entrada na atividade. Soma-se a elas, o fato da permanente pressão institucional a que estão sujeito os camelôs, principalmente por parte da Prefeitura Municipal.

Verificou-se também que um grupo significativo tem na perspectiva do assalariamento uma opção para a saída da atividade.

Esses elementos mostraram que a opção pela informalidade deve ser entendida num contexto onde a "necessidade" é condicionante.

A experiência da informalidade é vivenciada pelo grupo em estudo como resposta às condições do mercado de trabalho e aos salários baixos dos empregos no setor da atividade econômica nos quais uma ampla maioria dos entrevistados exerceu atividades anteriores, a saber, no comércio.

Essa opção pela informalidade também é limitada pela constatação de que o assalariamento é tido como perspectiva interessante de trabalho para uma parte importante dos entrevistados.

Certamente, a experiência da informalidade também é vivenciada como uma perspectiva temporária que permitiria a posterior instalação de um negócio estabelecido e legalizado. Entretanto, essa perspectiva aparece relativizada ao observarmos a renda média dos camelôs e a importância que essa tem para a sustentação da família. Isso poderia levar a conclusão de que não existiriam condições de capitalização para a instalação de negócios legalizados.

A população estudada apresenta marcadamente a característica de serem **trabalhadores informais**, mais do que possíveis "empresários".

O quadro hipotético preliminar dessa pesquisa colocava também a questão da articulação de trabalho informal e trabalho assalariado tanto na pessoa do trabalhador como na unidade familiar. Sobre esse particular se constatou tal articulação no âmbito da família, não sendo observada essa combinação na pessoa do trabalhador. De maneira geral, o condicionante do tempo de trabalho exigido para que a atividade seja rentável impede que o trabalhador desempenhe em outros trabalhos.

Principalmente o tempo, mas também as condições de trabalho, constituem-se nos aspectos negativos da atividade, sofridos principalmente pelas mulheres, que mostraram uma presença importante na amostra.

A ocupação mostra-se dinâmica em termos de movimentação de mercadorias industrializadas. Os camelôs estão integrados à atividade comercial da cidade e oferecem produtos nacionais e estrangeiros "importados" do Paraguai. Das características da ocupação aparece como dado interessante a diferenciação de grupos no interior da atividade. O primeiro apresenta características de uma atividade estagnada, dependendo dos produtos que são oferecidos pelo comércio da cidade, o segundo mostra-se mais dinâmico em termos de procura de produtos em todo o sul do país e no Paraguai.

Outro aspecto levantado foi o da diferenciação que os próprios entrevistados fazem entre os "velhos" e os "novos" camelôs. Resultado da alta incorporação de pessoas na atividade, esse aspecto contribui para criar problemas referentes ao espaço de trabalho nas ruas.

Esse quadro heterogêneo na composição do grupo estudado, assim como as longas jornadas de trabalho, fazem com que os camelôs não possam desenvolver ou participar de outras atividades sociais. Mesmo no sindicato da categoria, a participação é muito pouco constatada. A luta pelo espaço de trabalho e pela sobrevivência em geral é enfrentada individualmente pelos camelôs, inexistindo uma organização que defenda seus interesses de forma efetiva.

As características burocráticas do Sindicato contribuem para que a participação seja avaliada como desnecessária.

Por último, a alta concorrência, própria da atividade, também impede o desenvolvimento da organização.

Os temas vinculados ao Sindicato e à Prefeitura são rejeitados pela população em estudo, na medida em que são percebidos como fonte de problemas. Apenas ao existir modificações dirigidas pela Prefeitura nos espaços de trabalho, registram-se manifestações coletivas.

Esses elementos confirmaram a situação de desproteção desses trabalhadores perante as modificações econômicas e institucionais da cidade e do país.

Essa pesquisa teve como quadro geral os processos amplos e complexos de informalização da força de trabalho, priorizando o estudo do trabalho informal de uma ocupação específica. Aparece, entretanto, por um lado, a necessidade de estudos da informalização em relação à organização e força dos trabalhadores e do seu poder de institucionalização nos sindicatos, na defesa dos direitos dos trabalhadores. Por outro lado, os processos de informalização devem ser estudados em sua estreita relação com as características atuais do desenvolvimento econômico, assim como com os problemas que enfrentam os estados nacionais na atual conjuntura para desenvolver políticas de industrialização e políticas sociais.

OBRAS CONSULTADAS

- 1 AGUIRRE, R. et al. **El trabajo informal en Montevideo**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986.
- 2 ARANDIA, A. et al. A crise e os ajustes nas relações capital-trabalho: reflexos da crise dos anos 80 sobre as relações de trabalho no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, Pedro Fernando da Cunha (org.). **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990.
- 3 AVELAR, S.M. Notas teóricas y metodológicas para el estudio Del trabajo industrial a domicilio. **Revista Mexicana de Sociología**, Vol. XXXIX, nº 1, 1977.
- 4 AZEVEDO, B. **A produção não capitalista: uma discussão teórica**. Porto Alegre: FEE. Série Teses, nº 10, 1985.
- 5 _____. O setor informal. In: ALMEIDA, Pedro Fernando da Cunha (org.). **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990.
- 6 _____. **O emprego no Rio Grande do Sul: RAIS, PNAD e PME**. Porto Alegre: FEE, 1985.
- 7 BERLINCK, M. **Marginalidade social e relações de classe em São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- 8 CACCIAMALLI, M.C. Segmentação da produção, mercado interno e setor informal: considerações teórico metodológicas. **Trabalho para Discussão Interna nº 16**, IPE/FEA/USP, 1980.

- 9 _____ . **Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro.** São Paulo: IPE/USP, 1989 (mimeo).
- 10 _____ . **O novo ciclo tecnológico e as transformações nas estruturas de emprego ocupacional.** São Paulo: IPE, 1989 (mimeo).
- 11 _____ . **Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal no Brasil.** São Paulo: USP/IPE, 1989 (mimeo).
- 12 CAVALCANTI, C. **A procura de espaço na economia urbana: o setor informal de Fortaleza.** Recife: SUDENE/FUNDAJ/MTB, 1980.
- 13 _____ . Economia oculta, pequena produção, mercado informal ou circuito inferior: tentativa de precisar um conceito para o setor informal. **Ciência e Cultura**, nº 39, 1987.
- 14 CERRUTI, M. El sector informal urbano: um desafio para la capacitación. **Educación y Trabajo**, nº 2. Buenos Aires: s.n., 1990.
- 15 COSTA, E. G. **Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do comércio ambulante na cidade de São Paulo.** São Paulo: USP, 1989.
- 16 COUTINHO, M. C. Estatismo, concorrência, livre empresa. Novos e velhos argumentos em Economia Subterrânea de Hernando de Soto. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 22, 1988.
- 17 DUARTE, R. S. Setor informal e absorção de migrantes em cidades de porte médio: os casos de Aracajú e Teresina. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, vol. 14, nº 1, 1988.
- 18 FFRENCH-DAVIS, R. Esbozo de un planteamiento neoestruturalista. **Revista de la CEPAL**, Santiago, nº 34, 1988.
- 19 FORTUNA, J.C., PRATES, S. El sector informal versus las relaciones laborales informalizadas en el Uruguay. In: PORTES, A. (org.) **La economía informal.** Buenos Aires: Planeta Política y Sociedad, 1990.
- 20 GALIN, P. El sector informal urbano: conceptos y criticas. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, nº 113, s.d.
- 21 HIRATA, H., HUMPRHEY, J. Trabalhadores desempregados: trajetórias de operários e operários industriais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 1989.

- 22 JELIN, E. Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional. O caso de Salvador. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 9, 1974.
- 23 KLEIN, E. Empleo y la heterogeneidad Del sector informal. **Seminário Relações sociais em América Latina: estrutura e ação**. Porto Alegre, UFRGS, 1988).
- 24 KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- 25 LANZETTA, M., CASTANO, G. La articulación de los sectores formal e informal en la economía de Bogotá, Colombia. In: PORTES, A. (org.) **La economía informal**. Buenos Aires: Planeta Política y Sociedad, 1990.
- 26 LOMNITZ, L. Mecanismos de articulación entre el sector informal y el sector formal urbano. **Revista Mexicana de Sociología**, Año XXXX, nº 1, 1978.
- 27 MACHADO DA SILVA. Estratégias de vida e jornada de trabalho. In: SILVA, L. A. **Condições de vida das camadas populares**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- 28 MERRICK, J. W. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- 29 MORA Y ARAUJO, M. La economía informal en la Argentina: resultados de una investigación sistemática. **Estudios Públicos**, Santiago, nº 30, 1988.
- 30 OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- 31 _____ . **O elo perdido. Classe e identidade de classe**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- 32 OLIVEN, R. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- 33 PALMA, D. La informalidad, lo popular y el cambio social. **Caderno DESCO**, Lima, nº 8, 1987.
- 34 PORTES, A. El sector informal: definición, controversias, relaciones con el desarrollo nacional. In: WALTON et al. **Ciudades y sistemas urbanos. Economía informal y desorden espacial**. Buenos Aires: CLACSO, 1984.

- 35 PORTES, A., CASTELLS, M. El mundo submergido: los orígenes, la dinámica y los efectos de la economía informal. In: PORTES, A. (org). **La economía informal**. Buenos Aires: Planeta Política y Sociedad, 1990.
- 36 PRANDI, R. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- 37 PREALC – OIT. **Sobrevivir em la calle. El comércio ambulante em Santiago**. Santiago: OIT, 1988.
- 38 RANGEL DE PAIVA ABREU, A. **O avesso da moda. O trabalho a domicílio na indústria**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- 39 ROBERTS, B. Estructura del empleo, ciclo de vida y oportunidades de vida: sectores formales y informales en Guadalajara. In: PORTES, A. (org). **La economía informal**. Buenos Aires: Planeta Política y Sociedad, 1990.
- 40 ROSALES, O. Balance y renovación en el paradigma estructuralista del desarrollo latinoamericano. **Revista de la CEPAL**, Santiago, nº 34, 1988.
- 41 ROY HORA. Reseñas: comentario metodológico. **Revista El Cielo por Asalto**. Buenos Aires: Verano, 1992.
- 42 SABÓIA, J. **Comércio ambulante na cidade do Rio de Janeiro: um estudo de caso**. Rio de Janeiro: UFRJ/FEA, 1991.
- 43 _____. **Microunidades econômicas de Porto Alegre. Significado, dinâmica e possibilidades de apoio**. Porto Alegre, 1º relatório parcial, 1992 (mimeo).
- 44 SANCHES, E., MINANA, J. **La otra economía. Trabajo negro y sector informal**. Valência: Ediciones Alfons el Magnanim, 1988.
- 45 SANDOVAL, L. Sindicalismo y sectores informales. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, nº 110, s.d.
- 46 SCHRADER, A. El estado y el sector informal de la economía en America Latina. Reflexiones en la sociología de la economía. **Coloquio Alternativas de las sociedades en America Latina. Pasado y Presente**, 1989.
- 47 SINGER, P. Urbanização, dependência e marginalidade na América Latina. In: _____. **Economia Política de Urbanização**. São Paulo: CEBRAP/Brasiliense, 1973.

- 48 _____ . **Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- 49 SORJ, B. Camelôs. O sonho perseguido. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 47, 1988.
- 50 SOTO, H. de. **Economia subterrânea. Uma análise da realidade peruana**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- 51 SOUZA LOBO, E. Experiências de mulheres: destinos de gênero. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, vol. 1, nº 1, 1989.
- 52 STARK, D. Forçando as grades da jaula de ferro: burocratização e informalização no capitalismo e no socialismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, nº 13, 1990.
- 53 THOMPSON, E. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- 54 _____ . **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- 55 TOKMAN, V. Las relaciones entre los sectores formal y informal. **Revista de la CEPAL**, Santiago, nº 5, 1978.
- 56 _____ . Dinámica del mercado de trabajo urbano: el sector informal urbano en América Latina. **Revista Internacional del Trabajo**, 1976.
- 57 _____ . El imperativo de actuar. El sector informal urbano hoy. **Estudios Internacionales**, Santiago, nº 77, 1987.
- 58 _____ , SOUZA, R. O problema ocupacional: o setor informal urbano. In: SERRA, J. (coord.). **América Latina: ensaio de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- 59 TORRADO, S. Sobre los conceptos de estrategias familiares de vida y procesos de reproducción de la fuerza de trabajo: notas teórico metodológicas. **Revista Demografía e Economía**, México, vol. XV, nº 2, 1981.
- 60 VASCONCELLOS, R. Heterogeneidade estrutural e consciência de classe: o dilema teórico metodológico. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 1, 1986.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Tabelas

Anexo 2 – Questionário

As tabelas selecionadas são de elaboração própria e com fonte nos dados coletados em pesquisa de campo, salvo especificação em contrário.

As tabelas apresentam em cada célula quatro valores. O primeiro representa o número de observações da ocorrência. Os percentuais seguintes são, o primeiro, percentual na linha; o segundo, percentual na coluna e o terceiro é o percentual sobre o total. Determinadas somas de subtotais não são iguais ao total em virtude do arredondamento.

TABELA 1

IDADE X SEXO	PNAD – 1990					
	PEA (10 anos ou +)			PEA (10 anos ou +)		
	Masculino	Feminino	TOTAL	Masculino	Feminino	TOTAL
Até 19 anos	11	9	20			
	55.0	45.0	14.0			
	13.6	14.5		12.3	11.1	11.9
	7.7	6.3				
20 a 29 anos	23	12	35			
	65.7	34.3	24.5			
	28.4	19.4		28.8	29.9	29.2
	16.1	8.4				
30 a 39 anos	27	29	56			
	48.2	51.8	39.2			
	33.3	46.8		27.9	29.8	28.6
	18.9	20.3				
40 a 49 anos	12	8	20			
	60.0	40.0	14.0			
	14.8	12.9		18.3	18.1	18.3
	8.4	5.6				
50 a 59 anos	5	4	9			
	55.6	44.4	6.3			
	6.2	6.5		9.2	8.7	9.0
	3.5	2.8				
60 ou + anos	3		3			
	100.0		2.1			
	3.7			3.4	2.4	3.0
TOTAL	81	62	143			
	56.6	43.4	100.0	60.0	40.0	100.0

TABELA 2
ESCOLARIDADE

Anos de estudo	Nº	%	% válido
0 a 1	6	4.2	5.6
2 a 4	9	6.3	8.4
5 a 8	62	43.4	57.9
9 a 11	26	18.2	24.3
12 ou mais	4	2.8	3.7
NR	36	25.2	MISSING
TOTAL	143	100.0	100.0

TABELA 3
GRAU DE ESCOLARIDADE X SEXO

	Masculino	Feminino	TOTAL
Não assistiu	5	1	6
	83.3	16.7	4.2
	6.2	1.6	
	3.5	0.7	
1º grau incompleto	31	25	56
	55.4	44.6	39.2
	38.3	40.3	
	21.7	17.5	
1º grau completo	22	16	38
	57.9	42.1	26.6
	27.2	25.8	
	15.4	11.2	
2º grau incompleto	9	8	17
	52.9	47.1	11.9
	11.1	12.9	
	6.3	5.6	
2º grau completo	11	11	22
	50.0	50.0	15.4
	13.6	17.7	
	7.7	7.7	
Universitário incompleto	3	1	4
	75.0	25.0	2.8
	3.7	1.6	
	2.1	0.7	
TOTAL	81	62	143
	56.6	43.4	100.0

TABELA 4

IDADE X ESCOLARIDADE							
	Não assistiu	1º grau incompleto	1º grau completo	2º grau incompleto	2º grau completo	Universitário incompleto	TOTAL
12 a 19		13	3	4			20
		65.0	15.0	20.0			14.0
		23.2	7.9	23.5			
		9.1	2.1	2.8			
20 a 29	1	8	14	5	7		35
	2.9	22.9	40.0	14.3	20.0		24.5
	16.7	14.3	36.8	29.4	31.8		
	0.7	5.6	9.8	3.5	4.9		
30 a 39		18	17	8	10	3	56
		32.1	30.4	14.3	17.9	5.4	39.2
		32.1	44.7	47.1	45.5	75.0	
		12.6	11.9	5.6	7.0	2.1	
40 a 49	3	13	2		1	1	20
	15.0	65.0	10.0		5.0	5.0	14.0
	50.0	23.2	5.3		4.5	25.0	
	2.1	9.1	1.4		0.7	0.7	
50 a 59	1	3	2		3		9
	11.1	33.3	22.2		33.3		6.3
	16.7	5.4	5.3		13.6		
	0.7	2.1	1.4		2.1		
60 ou +	1	1			1		3
	33.3	33.3			33.3		2.1
	16.7	1.8			4.5		
	0.7	0.7			0.7		
TOTAL	6	56	38	17	22	4	143
	4.2	39.2	26.6	11.9	15.4	2.8	100.0

TABELA 5

BAIRRO DE RESIDÊNCIA DO ENTREVISTADO X CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL				
	Proprietário	Aluga	Outros	TOTAL
Circuito centro	5	12	1	18
	27.8	66.7	5.6	12.6
	5.8	30.8	5.6	
	3.5	8.4	0.7	
Circuito intermediário	31	12	7	50
	62.0	24.0	14.0	35.0
	36.0	30.8	38.9	
	21.7	8.4	4.9	
Circuito periférico	26	4	5	35
	74.3	11.4	14.3	24.5
	30.2	10.3	27.8	
	18.2	2.8	3.5	
Grande POA	24	11	5	40
	60.0	27.5	12.5	28.0
	27.9	28.2	27.8	
	16.8	7.7	3.5	
TOTAL	86	39	18	143
	60.1	27.3	12.6	100.0

TABELA 6

CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL X TIPO DE IMÓVEL								
Apto JK	Apto c/ 1 dormitório	Apto c/ 2 dormitórios	Casa c/ 1 ambiente	Casa c/ 1 dormitório	Casa c/ 2 dormitórios	Casa c/ + 2 dormitórios	TOTAL	
Proprietário	1	5	14		9	28	29	86
	1.2	5.8	16.3		10.5	32.6	33.7	60.1
	20.0	55.6	66.7		60.0	53.8	80.6	
	0.7	3.5	9.8		6.3	19.6	20.3	
Aluga	3	4	7	3	3	16	3	39
	7.7	10.3	17.9	7.7	7.7	41.0	7.7	27.3
	60.0	44.4	33.3	60.0	20.0	30.8	8.3	
	2.1	2.8	4.9	2.1	2.1	11.2	2.1	
Outros	1			2	3	8	4	18
	5.6			11.1	16.7	44.4	22.2	12.6
	20.0			40.0	20.0	15.4	11.1	
	0.7			1.4	2.1	5.6	2.8	
TOTAL	5	9	21	5	15	52	36	143
	3.5	6.3	14.7	3.5	10.5	36.4	25.2	100.0

TABELA 7

QUANTAS PESSOAS MORAM NO SEU LAR X CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO				
	Proprietário	Aluga	Outros	TOTAL
1 a 2	11	11	3	25
	44.0	44.0	12.0	17.5
	12.8	28.2	16.7	
	7.7	7.7	2.1	
3 a 4	45	14	6	65
	69.2	21.5	9.2	45.5
	52.3	35.9	33.3	
	31.5	9.8	4.2	
5 a 6	21	9	6	36
	58.3	25.0	16.7	25.2
	24.4	23.1	33.3	
	14.7	6.3	4.2	
7 a 8	6	3	1	10
	60.0	30.0	10.0	7.0
	7.0	7.7	5.6	
	4.2	2.1	0.7	
9 ou mais	3	2	2	7
	42.9	28.6	28.6	4.9
	3.5	5.1	11.1	
	2.1	1.4	1.4	
TOTAL	86	39	18	143
	60.1	27.3	12.6	100.0

TABELA 8

BAIRRO DE RESIDÊNCIA DO ENTREVISTADO X TIPO DE IMÓVEL								
	Apto JK	Apto c/ 1 dormitório	Apto c/ 2 dormitórios	Casa c/1 ambiente	Casa c/ 1 dormitório	Casa c/ 2 dormitórios	Casa c/ +2 dormitórios	TOTAL
Circuito Centro	2	1	2	3	3	5	2	18
	11.1	5.6	11.1	16.7	16.7	27.8	11.1	12.6
	40.0	11.1	9.5	60.0	20.0	9.6	5.6	
	1.4	0.7	1.4	2.1	2.1	3.5	1.4	
Circuito intermediário	2	2	7		7	18	14	50
	4.0	4.0	14.0		14.0	36.0	28.0	35.0
	40.0	22.2	33.3		46.7	34.6	38.9	
	1.4	1.4	4.9		4.9	12.6	9.8	
Circuito periférico		4	9		3	12	7	35
		11.4	25.7		8.6	34.4	20.0	24.5
		44.4	42.9		20.0	23.1	19.4	
		2.8	6.3		2.1	8.4	4.9	
Grande POA	1	2	3	2	2	17	13	40
	2.5	5.0	7.5	5.0	5.0	42.5	32.5	28.0
	20.0	22.2	14.3	40.0	13.3	32.7	36.1	
	0.7	1.4	2.1	1.4	1.4	11.9	9.1	
TOTAL	5	9	21	5	15	52	36	143
	3.5	6.3	14.7	3.5	10.5	36.4	25.2	100.0

TABELA 9

BAIRRO DE RESIDÊNCIA DO ENTREVISTADO X MATERIAL DA CASA				
	Alvenaria	Madeira	Mista	TOTAL
Circuito Centro	11	7		18
	61.1	38.9		12.6
	13.3	15.2		
	7.7	4.9		
Circuito intermediário	28	17	5	50
	56.0	34.0	10.0	35.0
	33.7	37.0	35.7	
	19.6	11.9	3.5	
Circuito periférico	23	10	2	35
	65.7	28.6	5.7	24.5
	27.7	21.7	14.3	
	16.1	7.0	1.4	
Grande POA	21	12	7	40
	52.5	30.0	17.5	28.0
	25.3	26.1	50.0	
	14.7	8.4	4.9	
TOTAL	83	46	14	143
	58.0	32.2	9.8	100.0

TABELA 10

SEXO X TEMPO DE RESIDÊNCIA EM POA – GRANDE POA								
Anos	Naturais	1 a 4	5 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 30	31 ou +	TOTAL
Masculino	37	7	13	6	5	10	3	81
	45.7	8.6	16.0	7.4	6.2	12.3	3.7	56.6
	56.1	58.3	59.1	42.9	50.0	76.9	50.0	
	25.9	4.9	9.1	4.2	3.5	7.0	2.1	
Feminino	29	5	9	8	5	3	3	62
	46.8	8.1	14.5	12.9	8.1	4.8	4.8	43.4
	43.9	41.7	40.9	57.1	50.0	23.1	50.0	
	20.3	3.5	6.3	5.6	3.5	2.1	2.1	
TOTAL	66	12	22	14	10	13	6	143
	46.2	8.4	15.4	9.8	7.0	9.1	4.2	100.0

TABELA 11

IDADE X TEMPO DE RESIDÊNCIA EM POA – GRANDE POA								
Anos	Naturais	1 a 4	5 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 30	31 ou +	TOTAL
12 a 19	16		3	1				20
	80.0		15.0	5.0				14.0
	24.2		13.6	7.1				
	11.2		2.1	0.7				
20 a 29	18	5	7	3	2			35
	51.4	14.3	20.0	8.6	5.7			24.5
	27.3	41.7	31.8	21.4	20.0			
	12.6	3.5	4.9	2.1	1.4			
30 a 39	23	3	9	10	5	5	1	56
	41.1	5.4	16.1	17.9	8.9	8.9	1.8	39.2
	34.8	25.0	40.9	71.4	50.0	38.5	16.7	
	16.1	2.1	6.3	7.0	3.5	3.5	0.7	
40 a 49	6	2	2		3	6	1	20
	30.0	10.0	10.0		15.0	30.0	5.0	14.0
	9.1	16.7	9.1		30.0	46.2	16.7	
	4.2	1.4	1.4		2.1	4.2	0.7	
50 a 59	3	2				2	2	9
	33.3	22.2				22.2	22.2	6.3
	4.5	16.7				15.4	33.3	
	2.1	1.4				1.4	1.4	
60 ou +			1				2	3
			33.3				66.7	2.1
			4.5				33.3	
			0.7				1.4	
TOTAL	66	12	22	14	10	13	6	143
	46.2	8.4	15.4	9.8	7.0	9.1	4.2	100.0

TABELA 12

QUANTAS PESSOAS MORAM NO SEU LAR		
	Nº	%
1 a 2 moradores	25	17.5
3 a 4 moradores	65	45.5
5 a 6 moradores	36	25.2
7 a 8 moradores	10	7.0
9 ou mais moradores	7	4.9
TOTAL	143	100.0

TABELA 13

SEXO X QUANTAS PESSOAS MORAM NO SEU LAR						
Moradores	1 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	9 ou +	TOTAL
Masculino	14	37	19	6	5	81
	17.3	45.7	23.5	7.4	6.2	56.6
	56.0	56.9	52.8	60.0	71.4	
	9.8	25.9	13.3	4.2	3.5	
Feminino	11	28	17	4	2	62
	17.7	45.2	27.4	6.5	3.2	43.4
	44.0	43.1	47.2	40.0	28.6	
	7.7	19.6	11.9	2.8	1.4	
TOTAL	25	65	36	10	7	143
	17.5	45.5	25.2	7.0	4.9	100.0

TABELA 14

QUANTAS PESSOAS MORAM NO SEU LAR X POSIÇÃO NA FAMÍLIA					
	Chefe	Cônjuge	Filho	Outros	TOTAL
1 a 2 moradores	12	5	2	6	25
	48.0	20.0	8.0	24.0	17.5
	14.5	16.7	11.1	50.0	
	8.4	3.5	1.4	4.2	
3 a 4 moradores	41	13	8	3	65
	63.1	20.0	12.3	4.6	45.5
	49.4	43.3	44.4	25.0	
	28.7	9.1	5.6	2.1	
5 a 6 moradores	21	9	3	3	36
	58.3	25.0	8.3	8.3	25.2
	25.3	30.0	16.7	25.0	
	14.7	6.3	2.1	2.1	
7 a 8 moradores	6	1	3		10
	60.0	10.0	30.0		7.0
	7.2	3.3	16.7		
	4.2	0.7	2.1		
9 ou + moradores	3	2	2		7
	42.9	28.6	28.6		4.9
	3.6	6.7	11.1		
	2.1	1.4	1.4		
TOTAL	83	30	18	12	143
	58.0	21.0	12.6	8.4	100.0

TABELA 15

COMO ESTÁ CONSTITUÍDA A FAMÍLIA X POSIÇÃO NA FAMÍLIA					
	Chefe	Cônjuge	Filho	Outros	TOTAL
Casal	8	5	2	1	16
	50.0	31.3	12.5	6.3	11.2
	9.6	16.7	11.1	8.3	
	5.6	3.5	1.4	0.7	
Casal + Filhos	50	19	6	2	77
	64.9	24.7	7.8	2.6	53.8
	60.2	63.3	33.3	16.7	
	35.0	13.3	4.2	1.4	
Pai ou Mãe + Filhos	11	1	6	1	19
	57.9	5.3	31.6	5.3	13.3
	13.3	3.3	33.3	8.3	
	7.7	0.7	4.2	0.7	
Filhos + Agregados	12	5	4	6	27
	44.4	18.5	14.8	22.2	18.9
	14.5	16.7	22.2	50.0	
	8.4	3.5	2.8	4.2	
Sozinho (a)	2			2	4
	50.0			50.0	2.8
	2.4			16.7	
	1.4			1.4	
TOTAL	83	30	18	12	143
	58.0	21.0	12.6	8.4	100.0

TABELA 16

QUANTAS PESSOAS MORAM NO SEU LAR X QUANTAS RECEBEM								
	Só renda do entrev.	1	2	3	4	5	6	TOTAL
1 a 2 moradores	9	16						25
	36.0	64.0						17.5
	24.3	24.2						
	6.3	11.2						
3 a 4 moradores	16	35	11	2	1			65
	24.6	53.8	16.9	3.1	1.5			45.5
	43.2	53.0	44.0	25.0	25.0			
	11.2	24.5	7.7	1.4	0.7			
5 a 6 moradores	8	13	9	3	3			36
	22.2	36.1	25.0	8.3	8.3			25.2
	21.6	19.7	36.0	37.5	75.0			
	5.6	9.1	6.3	2.1	2.1			
7 a 8 moradores	2	2	3	3				10
	20.0	20.0	30.0	30.0				7.0
	5.4	3.0	12.0	37.5				
	1.4	1.4	2.1	2.1				
9 ou + moradores	2		2			2	1	7
	28.6		28.6			28.6	14.3	4.9
	5.4		8.0			100.0	100.0	
	1.4		1.4			1.4	0.7	
TOTAL	37	66	25	8	4	2	1	143
	25.9	46.2	17.5	5.6	2.8	1.4	0.7	100.0

TABELA 17

QUANTAS PESSOAS MORAM NO SEU LAR X TIPO DE ATIVIDADE – RENDA OUTRAS PESSOAS							
	Só renda do entrev.	Assal. Ind.	Assal. Serv.	Também Camelô	Aposentado	Outros	TOTAL
1 a 2 moradores	9	2	1	10		3	25
	36.0	8.0	4.0	40.0		12.0	17.5
	24.3	20.0	3.0	29.4		13.0	
	6.3	1.4	0.7	7.0		2.1	
3 a 4 moradores	15	2	14	16	2	16	65
	23.1	3.1	21.5	24.6	3.1	24.6	45.5
	40.5	20.0	42.4	47.1	33.3	69.6	
	10.5	1.4	9.8	11.2	1.4	11.2	
5 a 6 moradores	8	4	14	7	1	2	36
	22.2	11.1	38.9	19.4	2.8	5.6	25.2
	21.6	40.0	42.6	20.6	16.7	8.7	
	5.6	2.8	9.8	4.9	0.7	1.4	
7 a 8 moradores	2		3		3	2	10
	20.0		30.0		30.0	20.0	7.0
	5.4		9.1		50.0	8.7	
	1.4		2.1		2.1	1.4	
9 ou + moradores	3	2	1	1			7
	42.9	28.6	14.3	14.3			4.9
	8.1	20.0	3.0	2.9			
	2.1	1.4	0.7	0.7			
TOTAL	37	10	33	34	6	23	143
	25.9	7.0	23.1	23.8	4.2	26.1	100.0

TABELA 18

QUANTAS PESSOAS MORAM NO SEU LAR X ALGUMA ESTÁ PROCURANDO EMPREGO					
	S/ proc.	1	2	4	TOTAL
1 a 2 moradores	21	4			25
	84.0	16.0			17.5
	18.9	14.8			
	14.7	2.8			
3 a 4 moradores	54	11			65
	83.1	16.9			45.5
	48.6	40.7			
	37.8	7.7			
5 a 6 moradores	25	10	1		36
	69.4	27.8	2.8		25.2
	22.5	37.0	25.0		
	17.5	7.0	0.7		
7 a 8 moradores	8	1	1		10
	80.0	10.0	10.0		7.0
	7.2	3.7	25.0		
	5.6	0.7	0.7		
9 ou + moradores	3	1	2	1	7
	42.9	14.3	28.6	14.3	4.9
	2.7	3.7	50.0	100.0	
	2.1	0.7	1.4	0.7	
TOTAL	111	27	4	1	143
	77.6	18.9	2.8	0.7	100.0

TABELA 19

ALGUMA PESSOA ESTÁ PROCURANDO EMPREGO X TIPO DE ATIV. – RENDA DAS OUTRAS PESSOAS							
	Só renda do entrev.	Assal. Ind.	Assal. Serv.	Também Camelô	Aposentado	Outros	TOTAL
0	31	5	25	28	3	19	111
	27.9	4.5	22.5	25.2	2.7	17.1	77.6
	83.8	50.0	75.8	82.4	50.0	82.6	
	21.7	3.5	17.5	19.6	2.1	13.3	
1	4	4	7	6	2	4	27
	14.8	14.8	25.9	22.2	7.4	14.8	18.9
	10.8	40.0	21.2	17.6	33.3	17.4	
	2.8	2.8	4.9	4.2	1.4	2.8	
2	2		1		1		4
	50.0		25.0		25.0		2.8
	5.4		3.0		16.7		
	1.4		0.7		0.7		
4		1					40
		100.0					2.8
		10.0					
		0.7					
TOTAL	37	10	33	34	6	23	143
	25.9	7.0	23.1	23.8	4.2	16.1	100.0

TABELA 20

RENDA FAMILIAR (EM S.M.) X ALGUMA ESTÁ PROCURANDO EMPREGO					
	S/ proc.	1	2	4	TOTAL
NR	2	2			4
	50.0	50.0			2.8
	1.8	7.4			
	1.4	1.4			
ATÉ 1	18	2	1		21
	85.7	9.5	4.8		14.7
	16.2	7.4	25.0		
	12.6	1.4	0.7		
1.1 A 3	53	14	3	1	71
	74.6	19.7	4.2	1.4	49.7
	47.7	51.9	75.0	100.0	
	37.1	9.8	2.1	0.7	
3.1 A 5	25	7			32
	78.1	21.9			22.4
	22.5	25.9			
	17.5	4.9			
5.1 A 10	13	2			15
	86.7	13.3			10.5
	11.7	7.4			
	9.1	1.4			
TOTAL	111	27	4	1	143
	77.6	18.9	2.8	0.7	100.0

TABELA 21

PRIMEIRA OCUPAÇÃO DO PAI DO ENTREVISTADO (Total casos)									
		Carteira		Tempo			Lugar		
		CC	SC	Sempre	1-15	16+	Urbano	Rural	Outros
Agricultor	25.2	1.5	23.7	23.7	1.4	0.0	2.2	17.8	5.2
Ass. Industr.	16.3	14.8	1.4	14.1	1.5	0.7	13.3	0.7	2.2
Ass.Serviços	34.8	33.3	1.4	31.9	2.2	0.7	32.6	0.0	2.2
Autônomo	20.0	3.0	17.0	16.3	2.1	1.4	18.5	0.0	1.5
Camelô	2.2	0.0	2.2	2.2	0.0	0.0	2.2	0.0	0.0
Aposentado	0.7	0.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.7	0.0	0.0
Outros	0.7	0.0	0.7	0.7	0.0	0.0	0.7	0.0	0.0
TOTAIS		53.3	43.7	89.6	7.4	2.9	70.2	18.5	11.1

ÚLTIMA OCUPAÇÃO DO PAI DO ENTREVISTADO (Total casos)									
		Carteira		Tempo			Lugar		
		CC	SC	Sempre	1-15	16+	Urbano	Rural	Outros
Agricultor	19.3	1.5	17.8	13.3	0.0	5.9	2.9	13.3	2.9
Ass. Industr.	13.3	13.3	0.0	4.4	2.2	6.8	11.8	0.0	1.5
Ass.Serviços	27.4	26.7	0.7	6.7	8.1	12.5	25.1	0.0	2.2
Autônomo	19.3	2.2	17.0	8.1	4.4	6.7	17.7	0.0	1.5
Camelô	5.2	0.0	5.2	0.7	2.1	2.2	5.2	0.0	0.0
Aposentado	14.8	12.6	2.2	8.9	2.1	3.7	14.0	0.0	0.7
TOTAIS		56.3	43.7	43.0	19.2	37.7	77.8	13.3	8.9

TABELA 22

PRIMEIRA OCUPAÇÃO DA MÃE DO ENTREVISTADO (Total casos)									
		Carteira		Tempo			Lugar		
		CC	SC	Sempre	1-15	16+	Urbano	Rural	Outros
Agricultora	9.5	0.7	8.7	9.5	0.0	0.0	0.0	7.3	2.2
Ass. Industr.	1.5	1.5	0.0	0.7	0.7	0.0	1.5	0.0	0.0
Ass. Serviços	9.5	9.5	0.0	7.3	2.2	0.0	9.5	0.0	0.0
Autônoma	6.6	1.5	5.1	5.1	1.4	0.0	6.6	0.0	0.0
Camelô	5.1	0.0	5.1	5.1	0.0	0.0	5.1	0.0	0.0
Dona de casa	56.9	0.7	56.2	56.9	0.0	0.0	40.1	9.5	7.2
Outras	10.9	3.6	7.3	10.2	0.7	0.0	10.3	0.7	0.0
TOTAIS	100.0	17.5	82.4	94.9	5.1	0.0	73.0	17.5	9.4

ÚLTIMA OCUPAÇÃO DA MÃE DO ENTREVISTADO (Total casos)									
		Carteira		Tempo			Lugar		
		CC	SC	Sempre	1-15	16+	Urbano	Rural	Outros
Agricultora	9.5	0.7	8.8	7.3	0.0	2.2	1.4	6.6	1.5
Ass. Industr.	2.9	2.9	0.0	0.0	2.2	0.7	3.0	0.0	0.0
Ass. Serviços	6.6	5.1	1.5	2.9	3.0	0.7	6.6	0.0	0.0
Autônoma	10.9	1.5	9.5	3.6	3.7	3.7	10.1	0.0	0.7
Camelô	7.3	0.0	7.3	2.9	2.2	2.2	7.3	0.0	0.0
Dona de casa	46.7	0.7	46.0	43.3	0.7	0.7	35.0	5.8	5.8
Outras	10.9	5.1	5.8	3.6	5.1	3.7	10.2	0.7	0.0
Aposentada	4.4	2.2	2.2	2.9	0.0	1.4	4.4	0.0	0.0
TOTAIS	100.0	18.2	81.8	69.3	15.3	15.3	78.8	13.1	8.0

TABELA 23

PRIMEIRA OCUPAÇÃO DO CHEFE DA FAMÍLIA (Casos em que o entrevistado não era o chefe)									
		Carteira		Tempo			Lugar		
		CC	SC	Sempre	1-15	16+	Urbano	Rural	Outros
Agricultor	2.3	2.3	0.0	2.3	0.0	0.0	2.3	0.0	0.0
Ass. Industr.	11.6	11.6	0.0	7.0	4.6	0.0	11.6	0.0	0.0
Ass.Serviços	46.5	37.2	9.3	25.6	16.3	4.7	44.2	0.0	2.3
Autônomo	16.3	0.0	16.3	11.6	4.7	0.0	13.9	0.0	2.3
Camelô	23.3	0.0	23.3	20.9	2.3	0.0	23.3	0.0	0.0
TOTAIS		53.3	43.7	89.6	7.4	2.9	70.2	18.5	11.1

ÚLTIMA OCUPAÇÃO DO CHEFE DA FAMÍLIA (Casos em que o entrevistado não era o chefe)									
		Carteira		Tempo			Lugar		
		CC	SC	Sempre	1-15	16+	Urbano	Rural	Outros
Agricultor	2.3	2.3	0.0	2.3	0.0	0.0	2.3	0.0	0.0
Ass. Industr.	9.3	9.3	0.0	7.0	2.3	0.0	9.3	0.0	0.0
Ass.Serviços	39.5	34.9	4.7	18.6	21.0	0.0	39.5	0.0	0.0
Autônomo	14.0	0.0	14.0	9.3	4.7	0.0	14.0	0.0	0.0
Camelô	30.2	0.0	30.2	14.0	11.7	4.6	30.2	0.0	0.0
Aposentado	4.7	2.3	2.3	4.7	0.0	0.0	4.7	0.0	0.0
TOTAIS	100.0	48.8	51.2	55.8	39.5	4.6	100.0	0.0	0.0

TABELA 24

	OCUPAÇÃO			
	1ª	2ª	3ª	4ª
Agricultor	8 5.6	1 1.0	1 1.6	0
Vendedor (assalariado/a comissão)	12 8.5	8 8.3	2 3.2	2 8.7
Empregado de escritório	1 0.7	3 3.1	6 9.7	1 4.3
Comerciário (empregado de loja, fiscal, balconista)	19 13.4	17 17.1	12 19.4	1 4.3
Atendentes e Office-boy (empacotadores, auxiliares de vendas)	16 11.3	7 7.3	3 4.8	0
Auxiliares administrativos, funcionários públicos	8 5.6	3 3.1	2 3.2	2 8.7
Mecânicos, ferramenteiros, soldadores	2 1.4	1 1.0	0	0
Auxiliares de enfermagem	1 0.7	4 4.2	2 3.2	1 4.3
Motoristas ou cobradores de ônibus	2 1.4	7 7.3	1 1.6	2 8.7
Costureiras	2 1.4	4 4.2	2 3.2	0
Carpinteiros, eletricitas	1 0.7	3 3.1	0	0
Pedreiros, pintores	4 2.8	3 3.1	1 1.6	0
Operadores de máquinas	3 2.1	3 3.1	3 4.8	2 8.7
Auxiliares de almoxarifado, depósito	3 2.1	4 4.2	6 9.7	1 4.3
Donos de negócios estabelecidos (armazéns, lojas)	0	3 3.1	3 4.8	0

continuação	OCUPAÇÃO			
	1ª	2ª	3ª	4ª
Dono de trailers	1 0.7	0	2 3.2	1 4.3
Artesões	6 4.2	0	4 6.5	0
Carretos, transportes autônomos	0 1.0	1	0 4.3	1
Estudantes	2 1.4	0	0	0
Serviços domésticos	11 7.7	3 3.1	1 1.6	0
Donas de casa	3 2.1	2 2.1	2 3.2	0
Pequena empresa familiar	0	0	2 3.2	1 4.3
Policia militar	0	1 1.0	0	1 4.3
Empregado de artesões	0	2 2.1	0	0
Cargos de gerência de fábrica (chefes de seção)	0	1 1.0	1 1.6	1 4.3
Outros empregos industriais	15 10.6	7 7.3	3 4.8	1 4.3
Empregados de camelô	5 3.5	2 2.1	0	1 4.3
Camelô	11 7.7	2 2.1	1 1.6	0
Outros trabalhos	6 4.2	4 4.2	2 3.2	4 17.4
TOTAL	142	97	61	23

TABELA 25

ENTREVISTADO: OCUPAÇÃO 1 – Total de casos: 142							
		Carteira		Até 1	2 a 5	6 a 10	11 ou +
		CC	SC				
Agricultor	5.6	0.0	5.6	0.0	2.1	2.8	0.7
Trab. Comércio	32.4	21.1	11.3	8.5	17.7	3.5	2.8
Trab. Adm.	6.3	4.9	1.4	2.8	1.4	1.4	0.7
Mec. Op. Maq.	5.6	4.9	0.7	0.7	3.5	1.4	0.0
Carp. Pint.	3.5	2.8	0.7	0.7	1.4	1.4	0.0
Artes – empr.	4.2	0.0	4.2	0.0	1.4	2.1	0.7
Out. Empr. Ind.	10.6	9.2	1.4	4.3	3.5	1.4	1.4
Camelô – empr.	11.3	0.0	11.3	1.4	2.8	5.0	2.1
Serv. Dom.	8.5	2.8	5.6	0.7	5.0	2.8	0.0
Outros trabalhos	12.0	3.5	8.5	3.5	5.0	0.7	2.8
TOTAIS	100.0	50.0	50.0	22.7	44.0	22.7	11.4

TABELA 25 A

ENTREVISTADO: CARTEIRA OCUPAÇÃO 1 X TEMPO DE SERVIÇO OCUPAÇÃO 1					
	Até 1 ano	2 a 5 anos	6 a 10 anos	11 ou + anos	TOTAL
Com Carteira assinada	22	28	14	6	71
	15.6	19.9	9.9	4.2	50.0
Sem Carteira assinada	10	33	18	10	71
	7.1	23.4	12.8	7.0	50.0
TOTAIS	32	61	32	16	142
	22.7	43.3	22.7	11.3	100.0

TABELA 25 B

ENTREVISTADO: OCUPAÇÃO 1 X LUGAR OCUPAÇÃO 1							
	POA	Grande POA	Interior Rural RS	Interior Urb. RS	Outros Estados	Outros Países	TOTAL
Agricultor			5	1	1	1	8
			3.5	0.7	0.7	0.7	5.6
Trab. Comércio	40	1		3	1	1	46
	28.2	0.7		2.1	0.7	0.7	32.4
Trab. Administrativo	8				1		9
	5.6				0.7		6.3
Mec. Op. Maq.	3			3			8
	3.5			2.1			5.6
Carp. Pint. Pedr.	4			1			5
	2.8			0.7			3.5
Artes – Empr.	4				1	1	6
	2.8				0.7	0.7	4.2
Out. Empr. Ind.	10			2	2	1	15
	7.0			1.4	1.4	0.7	10.6
Camelô – Empr.	16						16
	11.3						11.3
Serv. Dom.	9			3			12
	6.3			2.1			8.5
Outros trab.	13			4			17
	9.2			2.8			12.0
TOTAIS	109	1	5	17	6	4	142
	76.8	0.7	3.5	12.0	4.2	2.8	100.0

TABELA 25 C

ENTREVISTADO: OCUPAÇÃO 1 X TIPO DE EMPRESA OCUPAÇÃO 1						
	Autônomo	Pequena	Média	Grande	Outros	TOTAL
Agricultor	5	1	1	1		8
	3.5	0.7	0.7	0.7		5.6
Trab. Comércio	11	8	10	15	2	46
	7.7	5.6	7.0	10.6	1.4	32.4
Trab. Administrativo	2		1	4	2	9
	1.4		0.7	2.8	1.4	6.3
Mec. Op. Maq.		1		6	1	8
		0.7		4.2	0.7	5.6
Carp. Pint. Pedr.	1		3	1		5
	0.7		2.1	0.7		3.5
Artes – Empr.	6					6
	4.2					4.2
Out. Empr. Ind.	1	3	5	6		15
	0.7	2.1	3.5	4.2		10.6
Camelô – Empr.	15	1				16
	10.6	0.7				11.3
Serv. Dom.	1	2	2	2	5	12
	0.7	1.4	1.4	1.4	3.5	8.5
Outros trab.	7	1		4	5	17
	4.9	0.7		2.8	3.5	12.0
TOTAIS	49	17	22	39	15	142
	34.5	12.0	15.5	27.5	10.6	100.0

TABELA 25 D

ENTREVISTADO: CARTEIRA OCUPAÇÃO 1 X TIPO DE EMPRESA OCUPAÇÃO 1						
	Autônomo	Pequena	Média	Grande	Outros	TOTAL
Com Carteira assinada	4	6	18	37	6	71
	2.8	4.2	12.7	26.1	4.2	50.0
Sem Carteira assinada	45	11	4	2	9	71
	31.7	7.7	2.8	1.4	6.3	50.0
TOTALS	49	17	22	39	15	142
	34.5	12.0	15.5	27.5	10.6	100.0

TABELA 25 E

ENTREVISTADO: OCUPAÇÃO 1 X RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA OCUPAÇÃO 1										
	Indústria	Com.	Constr.	Transp.	Serv. Pess.	Serv. Dom.	Adm. Pública	Outros	Agricultura	TOTAL
Agricultor									8	8
									5.6	5.6
Trab. Comércio	1	38			5		1	1		46
	0.7	26.8			3.5		0.7	0.7		32.4
Trab. Adm.		5			1		2	1		9
		3.5			0.7		1.4	0.7		6.3
Mec. Op. Maq.	7	1								8
	4.9	0.7								5.6
Carp. Pint.	1	1	3							5
	0.7	0.7	2.1							3.5
Artes – empr.	5							1		6
	3.5							0.7		4.2
Out. Empr. Ind.	15									15
	10.6									10.6
Camelô – empr.		16								16
		11.3								11.3
Serv. Dom.		2			1	9				12
		1.4			0.7	6.3				8.5
Outros trab.	3	1		2	7	2	1	1		17
	2.1	0.7		1.4	4.9	1.4	0.7	0.7		12.0
TOTAIS	32	64	3	2	14	11	4	4	8	142
	22.5	45.1	2.1	1.4	9.9	7.7	2.8	2.8	5.6	100.0

TABELA 25 F

ENTREVISTADO: CARTEIRA OCUPAÇÃO 1 X RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA OCUPAÇÃO 1										
	Indústria	Com.	Constr.	Transp.	Serv. Pess.	Serv. Dom.	Adm. Pública	Outros	Agricul- tura	TOTAL
Com Carteira assinada	23	32	2	2	5	2	3	2		71
	16.2	22.5	1.4	1.4	3.5	1.4	2.1	1.4		50.0
Sem Carteira assinada	9	32	1		9	9	1	2	8	71
	6.3	22.5	0.7		6.3	6.3	0.7	1.4	5.6	50.0
TOTAIS	32	64	3	2	14	11	4	4	8	142
	22.5	45.1	2.1	1.4	9.9	7.7	2.8	2.8	5.6	100.0

TABELA 26

ENTREVISTADO: OCUPAÇÃO 2 – Total de casos: 97							
		Carteira		Até 1	2 a 5	6 a 10	11 ou +
		CC	SC				
Agricultor	1.0	1.0	0.0	0.0	1.0	0.0	0.0
Trab. Comércio	34.0	24.7	9.3	12.5	16.7	4.2	1.0
Trab. Adm.	6.2	5.2	1.0	0.0	5.2	0.0	1.0
Mec. Op. Maq.	8.2	7.2	1.0	3.1	4.2	1.0	0.0
Carp. Pint.	6.2	2.1	4.1	1.0	4.2	1.0	0.0
Artes – empr.	2.1	0.0	2.1	1.0	1.0	0.0	0.0
Out. Empr. Ind.	8.2	8.2	0.0	2.1	3.0	0.0	3.1
Camelô – empr.	4.1	0.0	4.1	2.1	1.0	1.0	0.0
Serv. Dom.	3.1	2.1	1.0	1.0	2.1	0.0	0.0
Outros trabalhos	26.8	16.5	10.3	6.3	15.6	3.1	2.0
TOTAIS	100.0	67.0	33.0	29.2	54.0	10.4	7.2

TABELA 26 A

ENTREVISTADO: CARTEIRA OCUPAÇÃO 2 X TEMPO DE SERVIÇO OCUPAÇÃO 2					
	Até 1 ano	2 a 5 anos	6 a 10 anos	11 ou + anos	TOTAL
Com Carteira assinada	19	35	5	6	65
	19.8	36.4	5.2	6.2	67.7
Sem Carteira assinada	9	17	5	1	32
	9.4	17.7	5.2	1.0	33.0
TOTAIS	28	51	10	7	97
	29.2	54.1	10.4	7.2	100.0

TABELA 26 B

ENTREVISTADO: OCUPAÇÃO 2 X LUGAR OCUPAÇÃO 2							
	POA	Grande POA	Interior Rural RS	Interior Urb. RS	Outros Estados	Outros Países	TOTAL
Agricultor			1				1
			0.7				1.0
Trab. Comércio	32	1					33
	33.0	0.7					34.0
Trab. Administrativo	5				1		6
	5.2				0.7		6.2
Mec. Op. Maq.	8						8
	8.2						8.2
Carp. Pint. Pedr.	5			1			6
	5.2			0.7			6.2
Artes – Empr.	2						2
	2.1						2.1
Out. Empr. Ind.	4	1		2		1	8
	4.1	1.0		2.1		1.0	8.2
Camelô – Empr.	4						4
	4.1						4.1
Serv. Dom.	3						3
	3.1						3.1
Outros trab.	19	3		3	1		26
	19.6	3.1		3.1	1.0		26.8
TOTAIS	82	5	1	6	2	1	97
	84.5	5.2	1.0	6.2	2.1	1.0	100.0

TABELA 26 C

ENTREVISTADO: OCUPAÇÃO 2 X TIPO DE EMPRESA OCUPAÇÃO 2						
	Autônomo	Pequena	Média	Grande	Outros	TOTAL
Agricultor				1		1
				1.0		1.0
Trab. Comércio	3	4	11	11	3	33
	3.1	4.1	11.3	11.3	3.1	34.0
Trab. Administrativo				5	1	6
				5.2	1.0	6.2
Mec. Op. Maq.	1		2	5		8
	1.0		2.1	5.2		8.2
Carp. Pint. Pedr.	2	1	1	2		6
	2.1	1.0	1.0	2.1		6.2
Artes – Empr.		2				2
		2.1				2.1
Out. Empr. Ind.	1		3	4		8
	1.0		3.1	4.1		8.2
Camelô – Empr.	4					4
	4.1					4.1
Serv. Dom.	2				1	3
	2.1				1.0	3.1
Outros trab.	6	3	3	7	7	26
	6.2	3.1	3.1	7.2	7.2	26.8
TOTAIS	19	10	20	35	12	97
	19.6	10.3	20.6	36.1	12.6	100.0

TABELA 26 D

ENTREVISTADO: CARTEIRA OCUPAÇÃO 2 X TIPO DE EMPRESA OCUPAÇÃO 2						
	Autônomo	Pequena	Média	Grande	Outros	TOTAL
Com Carteira assinada	3	3	17	33	8	65
	3.1	3.1	17.5	34.0	8.2	67.0
Sem Carteira assinada	16	7	3	2	4	32
	16.5	7.2	3.1	2.1	4.1	33.0
TOTALS	19	10	20	35	12	97
	19.6	10.3	20.6	36.1	12.4	100.0

TABELA 26 F

ENTREVISTADO: CARTEIRA OCUPAÇÃO 2 X RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA OCUPAÇÃO 2										
	Indústria	Com.	Constr.	Transp.	Serv. Pess.	Serv. Dom.	Adm. Pública	Outros	Agricul- tura	TOTAL
Com Carteira assinada	21	23	2	6	4	2	3	3	1	65
	21.6	23.7	2.1	6.2	4.1	2.1	3.1	3.1	1.0	67.0
Sem Carteira assinada	4	16	2	2	2	1	1	4		32
	4.1	16.5	2.1	2.1	2.1	1.0	1.0	4.1		33.0
TOTAIS	25	39	4	8	6	3	4	7	1	97
	25.8	40.2	4.1	8.2	6.2	3.1	4.1	7.2	1.0	100.0

TABELA 27

ENTREVISTADO: OCUPAÇÃO 3 – Total de casos: 61							
		Carteira		Até 1	2 a 5	6 a 10	11 ou +
		CC	SC				
Agricultor	1.6	0.0	1.6	0.0	1.6	0.0	0.0
Trab. Comércio	27.9	18.0	9.8	15.0	10.0	3.3	0.0
Trab. Adm.	13.1	9.8	3.3	6.7	1.7	1.7	3.4
Mec. Op. Maq.	14.8	13.1	1.6	5.0	5.0	5.0	0.0
Carp. Pint.	1.6	1.6	0.0	0.0	1.6	0.0	0.0
Artes – empr.	6.6	0.0	6.6	1.7	1.7	1.7	1.7
Out. Empr. Ind.	6.6	6.6	0.0	5.0	1.7	0.0	0.0
Camelô – empr.	1.6	0.0	1.6	0.0	0.0	1.6	0.0
Serv. Dom.	1.6	0.0	1.6	0.0	1.6	0.0	0.0
Outros trabalhos	24.6	11.5	13.1	8.3	11.3	3.3	1.7
TOTAIS	100.0	60.7	39.3	41.7	36.3	16.7	6.6

TABELA 27 A

ENTREVISTADO: CARTEIRA OCUPAÇÃO 3 X TEMPO DE SERVIÇO OCUPAÇÃO 3					
	Até 1 ano	2 a 5 anos	6 a 10 anos	11 ou + anos	TOTAL
Com Carteira assinada	17	12	7	1	37
	28.3	20.0	11.7	1.7	61.7
Sem Carteira assinada	8	9	3	3	23
	13.3	15.0	5.0	5.0	38.3
TOTAIS	25	21	10	4	61
	41.7	35.0	16.7	6.6	100.0

TABELA 27 B

ENTREVISTADO: OCUPAÇÃO 3 X LUGAR OCUPAÇÃO 3							
	POA	Grande POA	Interior Rural RS	Interior Urb. RS	Outros Estados	Outros Países	TOTAL
Agricultor			1				1
			1.6				1.6
Trab. Comércio	15				1	1	17
	24.6				1.6	1.6	27.9
Trab. Administrativo	7	1					8
	11.5	1.6					13.1
Mec. Op. Maq.	6	1		2			9
	9.8	1.6		3.3			14.8
Carp. Pint. Pedr.	1						1
	1.6						1.6
Artes – Empr.	4						4
	6.6						6.6
Out. Empr. Ind.	4						4
	6.6						6.6
Camelô – Empr.	1						1
	1.6						1.6
Serv. Dom.	1						1
	1.6						1.6
Outros trab.	11	2		1	1		15
	18.0	3.3		1.6	1.6		24.6
TOTAIS	50	4	1	3	2	1	61
	82.0	6.6	1.6	4.9	3.3	1.6	100.0

TABELA 27 C

ENTREVISTADO: OCUPAÇÃO 3 X TIPO DE EMPRESA OCUPAÇÃO 3						
	Autônomo	Pequena	Média	Grande	Outros	TOTAL
Agricultor	1					1
	1.6					1.6
Trab. Comércio	1	4	5	6	1	17
	1.6	6.6	8.2	9.8	1.6	27.9
Trab. Administrativo		1	2	3	2	8
		1.6	3.3	4.9	3.3	13.1
Mec. Op. Maq.			2	6	1	9
			3.3	9.8	1.6	14.8
Carp. Pint. Pedr.			1			1
			1.6			1.6
Artes – Empr.	4					4
	6.6					6.6
Out. Empr. Ind.			1	3		4
			1.6	4.9		6.6
Camelô – Empr.	1					1
	1.6					1.6
Serv. Dom.					1	1
					1.6	1.6
Outros trab.	5	3		5	2	15
	8.2	4.9		8.2	3.3	24.6
TOTAIS	12	8	11	23	7	61
	19.7	13.1	18.0	37.7	11.5	100.0

TABELA 27 D

ENTREVISTADO: CARTEIRA OCUPAÇÃO 3 X TIPO DE EMPRESA OCUPAÇÃO 3						
	Autônomo	Pequena	Média	Grande	Outros	TOTAL
Com Carteira assinada	1	3	8	20	5	37
	1.6	4.9	13.1	32.8	8.2	60.7
Sem Carteira assinada	11	5	3	3	2	24
	18.0	8.2	4.9	4.9	3.3	39.3
TOTALS	12	8	11	23	7	61
	19.7	13.1	18.0	37.7	11.5	100.0

TABELA 27 E

ENTREVISTADO: OCUPAÇÃO 3 X RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA OCUPAÇÃO 3									
	Indústria	Com.	Constr.	Transp.	Serv. Pess.	Adm. Pública	Outros	Agricultura	TOTAL
Agricultor								1	1
								1.6	1.6
Trab. Comércio		15		1	1				17
		24.6		1.6	1.6				27.9
Trab. Adm.	1	3				3	1		8
	1.6	4.9				4.9	1.6		13.1
Mec. Op. Maq.	6	1		2					9
	9.8	1.6		3.3					14.8
Carp. Pint.				1					1
				1.6					1.6
Artes – empr.	3	1							4
	4.9	1.6							6.6
Out. Empr. Ind.	4								4
	6.6								6.6
Camelô – empr.		1							1
		1.6							1.6
Serv. Dom.					1				1
					1.6				1.6
Outros trab.	3	5		1	2	1	3		15
	4.9	8.2		1.6	3.3	1.6	4.9		24.6
TOTAIS	17	26	1	4	4	4	4	1	61
	27.9	42.6	1.6	6.6	6.6	6.6	6.6	1.6	100.0

TABELA 27 F

ENTREVISTADO: CARTEIRA OCUPAÇÃO 3 X RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA OCUPAÇÃO 3									
	Indústria	Com.	Constr.	Transp.	Serv. Pess.	Adm. Pública	Outros	Agricul- tura	TOTAL
Com Carteira assinada	11	14	1	4	1	3	3		37
	18.0	23.0	1.6	6.6	1.6	4.9	4.9	1.0	60.7
Sem Carteira assinada	6	12			3	1	1	1	24
	9.8	19.7			4.9	1.6	1.6	1.6	39.3
TOTAIS	17	26	1	4	4	4	4	1	61
	27.9	42.6	1.6	6.6	6.6	6.6	6.6	1.6	100.0

TABELA 28

ENTREVISTADO: OCUPAÇÃO 4 – Total de casos: 23							
		Carteira		Até 1	2 a 5	6 a 10	11 ou +
		CC	SC				
Agricultor	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Trab. Comércio	13.0	4.3	8.7	4.3	8.7	0.0	0.0
Trab. Adm.	13.0	13.0	0.0	8.7	4.3	0.0	0.0
Mec. Op. Maq.	13.0	13.0	0.0	8.7	4.3	0.0	0.0
Carp. Pint.	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Artes – empr.	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Out. Empr. Ind.	8.7	8.7	0.0	0.0	8.7	0.0	0.0
Camelô – empr.	4.3	0.0	4.3	0.0	4.3	0.0	0.0
Serv. Dom.	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outros trabalhos	47.8	34.8	13.0	17.4	13.0	13.0	4.3
TOTAIS	100.0	73.9	26.1	39.1	43.5	13.0	4.3

TABELA 28 A

ENTREVISTADO: CARTEIRA OCUPAÇÃO 4 X TEMPO DE SERVIÇO OCUPAÇÃO 4					
	Até 1 ano	2 a 5 anos	6 a 10 anos	11 ou + anos	TOTAL
Com Carteira assinada	6	7	3	1	17
	26.1	30.4	13.0	4.3	73.9
Sem Carteira assinada	3	3			6
	13.0	13.0			26.1
TOTAIS	9	10	3	1	23
	39.1	43.5	13.0	4.3	100.0

TABELA 28 B

ENTREVISTADO: OCUPAÇÃO 4 X LUGAR OCUPAÇÃO 4				
	POA	Grande POA	Interior Urb. RS	TOTAL
Trab. Comércio	3			3
	13.0			13.0
Trab. Administrativo	3			3
	13.0			13.0
Mec. Op. Maq.	2	1		3
	8.7	4.3		13.0
Out. Empr. Ind.	2			2
	8.7			8.7
Camelô – Empr.	1			1
	4.3			4.3
Outros trab.	10		1	11
	43.5		4.3	47.8
TOTAIS	21	1	1	23
	91.3	4.3	4.3	100.0

TABELA 28 C

ENTREVISTADO: OCUPAÇÃO 4 X TIPO DE EMPRESA OCUPAÇÃO 4					
	Autônomo	Pequena	Média	Grande	TOTAL
Trab. Comércio	1	1		1	3
	4.3	4.3		4.3	13.0
Trab. Administrativo			2	1	3
			8.7	4.3	13.0
Mec. Op. Maq.			1	2	3
			4.3	8.7	13.0
Out. Empr. Ind.			1	1	2
			4.3	4.3	8.7
Camelô – Empr.	1				1
	4.3				4.3
Outros trab.	2	2	1	6	11
	8.7	8.7	4.3	26.1	47.8
TOTAIS	4	3	5	11	23
	17.4	13.0	21.7	47.8	100.0

TABELA 28 D

ENTREVISTADO: CARTEIRA OCUPAÇÃO 4 X TIPO DE EMPRESA OCUPAÇÃO 4					
	Autônomo	Pequena	Média	Grande	TOTAL
Com Carteira assinada	1	1	5	10	17
	4.3	4.3	21.7	43.5	73.9
Sem Carteira assinada	3	2		1	6
	13.0	8.7		4.3	26.1
TOTAIS	4	3	5	11	23
	17.4	13.0	21.7	47.8	100.0

TABELA 28 E

ENTREVISTADO: OCUPAÇÃO 4 X RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA OCUPAÇÃO 4						
	Indústria	Com.	Constr.	Transp.	Adm. Pública	TOTAL
Trab. Comércio		3				3
		13.0				13.0
Trab. Adm.	2	1				3
	8.7	4.3				13.0
Mec. Op. Maq.	2	1				3
	8.7	4.3				13.0
Out. Empr. Ind.	1	1				2
	4.3	4.3				8.7
Camelô – empr.		1				1
		4.3				4.3
Outros trab.	2	3	1	4	1	11
	8.7	13.0	4.3	17.4	4.3	47.8
TOTAIS	7	40	1	4	1	23
	30.4	43.5	4.3	17.4	4.3	100.0

TABELA 28 F

ENTREVISTADO: CARTEIRA OCUPAÇÃO 4 X RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA OCUPAÇÃO 4						
	Indústria	Com.	Constr.	Transp.	Adm. Pública	TOTAL
Com Carteira assinada	7	5	1	3	1	17
	30.4	21.7	4.3	13.0	4.3	73.9
Sem Carteira assinada		5		1		6
		21.7		4.3		26.1
TOTAIS	7	10	1	4	1	23
	30.4	43.5	4.3	17.4	4.3	100.0

TABELA 29

PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA		
	Nº	%
Não paga	90	62.9
Paga	50	35.0
Aposentado	3	2.1
TOTAL	143	100.0

TABELA 30

PAGAMENTO DE ALVARÁ OU ALGUMA TAXA À PREFEITURA		
	Nº	%
Não	118	82.5
Sim	25	17.5
TOTAL	143	100.0

TABELA 31

PAGAMENTO DE TAXA AO SINDICATO		
	Nº	%
Não	76	53.1
Sim	67	46.9
TOTAL	143	100.0

TABELA 32

SEXO X TEMPO QUE TRABALHA COMO CAMELÔ								
	0 a 6 meses	6 meses a 1 ano	2 a 5 anos	5 a 10 anos	11 a 15 anos	16 a 20 anos	20 anos ou mais	TOTAL
Masculino	14	9	27	13	10	5	3	81
	17.3	11.1	33.3	16.0	12.3	6.2	3.7	56.6
	48.3	39.1	65.9	65.0	52.6	71.4	75.0	
	9.8	6.3	18.9	9.1	7.0	3.5	2.1	
Feminino	15	14	14	7	9	2	1	62
	24.2	22.6	22.6	11.3	14.5	3.2	1.6	43.4
	51.7	60.9	34.0	35.0	47.4	28.6	25.0	
	10.5	9.8	9.8	4.9	6.3	1.4	0.7	
TOTAL	29	23	41	20	19	7	4	143
	20.3	16.1	28.7	14.0	13.3	4.9	2.8	100.0

TABELA 33

POSIÇÃO NA FAMÍLIA X TEMPO QUE TRABALHA COMO CAMELÔ								
	0 a 6 meses	6 meses a 1 ano	2 a 5 anos	5 a 10 anos	11 a 15 anos	16 a 20 anos	20 anos ou mais	TOTAL
Chefe	14	11	25	12	12	6	3	83
	16.9	13.3	30.1	14.5	14.5	7.2	3.6	58.0
	48.3	47.8	61.0	60.0	63.2	85.7	75.0	
	9.8	7.7	17.5	8.4	8.4	4.2	2.1	
Cônjuge	4	7	8	4	5	1	1	30
	13.3	23.3	26.7	13.3	16.7	3.3	3.3	21.0
	13.8	30.4	19.5	20.0	26.3	14.3	25.0	
	2.8	4.9	5.6	2.8	3.5	0.7	0.7	
Filho	6	4	6	1	1			18
	33.3	22.2	33.3	5.6	5.6			12.6
	20.7	17.4	14.6	5.0	4.3			
	4.2	2.8	4.2	0.7	0.7			
Outros	5	1	2	3	1			12
	41.7	8.3	16.7	25.0	8.3			8.4
	17.2	4.3	4.9	15.0	5.3			
	3.5	0.7	1.4	2.1	0.7			
TOTAL	29	23	41	20	19	7	4	143
	20.3	16.1	28.7	14.0	13.3	4.9	2.8	100.0

TABELA 34

IDADE X TEMPO QUE TRABALHA COMO CAMELÔ								TOTAL
0 a 6 meses	6 meses a 1 ano	2 a 5 anos	5 a 10 anos	11 a 15 anos	16 a 20 anos	20 anos ou mais		
12 a 19 anos	8	2	7	2	1			20
	40.0	10.0	35.0	10.0	5.0			14.0
	27.6	8.7	17.1	10.0	5.3			
	5.6	1.4	4.9	1.4	0.7			
20 a 29 anos	7	5	11	7	4	1		35
	20.0	14.3	31.4	20.0	11.4	2.9		24.5
	24.1	21.7	26.8	35.0	21.1	14.3		
	4.9	3.5	7.7	4.9	2.8	0.7		
30 a 39 anos	9	12	14	7	9	4	1	56
	16.1	21.4	25.0	12.5	16.1	7.1	1.8	39.2
	31.0	52.2	34.1	35.0	47.4	57.1	25.0	
	6.3	8.4	9.8	4.9	6.3	2.8	0.7	
40 a 49 anos	2	2	7	2	4	2	1	20
	10.0	10.0	35.0	10.0	20.0	10.0	5.0	14.0
	6.9	8.7	17.1	10.0	21.1	28.6	25.0	
	1.4	1.4	4.9	1.4	2.8	1.4	0.7	
50 a 59 anos	2	2	2	1	1		1	9
	22.2	22.2	22.2	11.1	11.1		11.1	6.3
	6.9	8.7	4.9	5.0	5.3		25.0	
	1.4	1.4	1.4	0.7	0.7		0.7	
60 anos ou mais	1			1			1	3
	33.3			33.3			33.3	2.1
	3.4			5.0			25.0	
	0.7			0.7			0.7	
TOTAL	29	23	41	20	19	7	4	143
	20.3	16.1	28.7	14.0	13.3	4.9	2.8	100.0

TABELA 35

GRAU DE ESCOLARIDADE X TEMPO QUE TRABALHA COMO CAMELÔ								
	0 a 6 meses	6 meses a 1 ano	2 a 5 anos	5 a 10 anos	11 a 15 anos	16 a 20 anos	20 anos ou mais	TOTAL
Não assistiu	2			1	1	1	1	6
	33.3			16.7	16.7	16.7	16.7	4.2
	6.9			5.0	5.3	14.3	25.0	
	1.4			0.7	0.7	0.7	0.7	
1º grau incompleto	12	9	18	8	6	2	1	56
	21.4	16.1	32.1	14.3	10.7	3.6	1.8	39.2
	41.4	39.1	43.9	40.0	31.6	28.6	25.0	
	8.4	6.3	12.6	5.6	4.2	1.4	0.7	
1º grau completo	7	10	8	5	3	4	1	38
	18.4	26.3	21.1	13.2	7.9	10.5	2.6	26.6
	24.1	43.5	19.5	25.0	15.8	57.1	25.0	
	4.9	7.0	7.0	2.1	2.1	2.8	0.7	
2º grau incompleto	3	1	6	2	5			17
	17.6	5.9	35.3	11.8	29.4			11.9
	10.3	4.3	14.6	10.0	26.3			
	2.1	1.7	4.2	1.4	3.5			
2º grau completo	5	2	7	4	3		1	22
	22.7	9.1	31.8	18.2	13.6		4.5	15.4
	17.2	8.7	17.1	20.0	15.8		25.0	
	3.5	1.4	4.9	2.8	2.1		0.7	
Universitário inc.		1	2		1			4
		25.0	50.0		25.0			2.8
		4.3	4.9		5.3			
		0.7	1.4		0.7			
TOTAL	29	23	41	20	19	7	4	143
	20.3	16.1	28.7	14.0	13.3	4.9	2.8	100.0

TABELA 36

POR QUE SAIU DO EMPREGO/OCUPAÇÃO ANTERIOR X TEMPO QUE TRABALHA COMO CAMELÔ								
	0 a 6 meses	6 meses a 1 ano	2 a 5 anos	5 a 10 anos	11 a 15 anos	16 a 20 anos	20 anos ou mais	TOTAL
Demissão	4	5	9	2	2	1		23
	17.4	21.7	39.1	8.7	8.7	4.3		16.1
	13.8	21.7	22.0	10.0	10.5	14.3		
	2.8	3.5	6.3	1.4	1.4	0.7		
Salário baixo	5	3	13	4	3			28
	17.9	10.7	46.4	14.3	10.7			19.6
	17.2	13.0	31.7	20.0	15.8			
	3.5	2.1	9.1	2.8	2.1			
Outro motivo	10	5	6	6	6	3	1	37
	27.0	13.5	16.2	16.2	16.2	8.1	2.7	25.9
	34.5	21.7	14.6	30.0	31.6	42.9	25.0	
	7.0	3.5	4.2	4.2	4.2	2.1	0.7	
Sempre	3	5	7	2	4	1	2	24
	12.5	20.8	29.2	8.3	16.7	4.2	8.3	16.8
	10.3	21.7	17.1	10.0	21.1	14.3	50.0	
	2.1	3.5	4.9	1.4	2.8	0.7	1.4	
Outros	7	5	6	6	4	2	1	31
	22.6	16.1	19.4	19.4	12.9	6.5	3.2	21.7
	24.1	21.7	14.6	30.0	21.1	28.6	25.0	
	4.9	3.5	4.2	4.2	2.8	1.4	0.7	
TOTAL	29	23	41	20	19	7	4	143
	20.3	16.1	28.7	14.0	13.3	4.9	2.8	100.0

TABELA 37

TIPO DE VENDEDOR		
	Nº	%
Independente	124	86.7
Empregado a comissão	11	7.7
Empregado assalariado	8	5.6
TOTAL	143	100.0

TABELA 38

SEXO X COMO COMEÇOU A TRABALHAR COMO CAMELÔ								
	Empregado camelô	Parente camelô	Camelô conhec.	Era artesão	Pref.Cont. próp.	Vend. Prod.	Outros	TOTAL
Masculino	14	16	12	7	11	12	9	81
	17.3	19.8	14.8	8.6	13.6	14.8	11.1	56.6
	70.0	55.2	50.0	58.3	64.7	60.0	42.9	
	9.8	11.2	8.4	4.9	7.7	8.4	6.3	
Feminino	6	13	12	5	6	8	12	62
	9.7	21.0	19.4	8.1	9.7	12.9	19.4	43.4
	30.0	44.8	50.0	41.7	35.3	40.0	57.1	
	4.2	9.1	8.4	3.5	4.2	5.6	8.4	
TOTAL	20	29	24	12	17	20	21	143
	14.0	20.3	16.8	8.4	11.9	14.0	14.7	100.0

TABELA 39

SEXO X COMO FORAM OS PRIMEIROS CONTATOS COM A OCUPAÇÃO										
	NS/NR	Prob. SMIC	Prob. Lojistas	Prob. outros camelôs	Prob. capital inicial	Prob. patrão	Prob. trab. na rua	Prob. cond. trab.	Bom relac.	TOTAL
Masculino	20	10	3	3	5	4	10	1	25	81
	24.7	12.3	3.7	3.7	6.2	4.9	12.3	1.2	30.9	56.6
	66.7	50.0	60.0	50.0	55.6	80.0	45.5	11.1	67.6	
	14.0	7.0	2.1	2.1	3.5	2.8	7.0	0.7	17.5	
Feminino	10	10	2	3	4	1	12	8	12	62
	16.1	16.1	3.2	4.8	6.5	1.6	19.4	12.9	19.4	43.4
	33.3	50.0	40.0	50.0	44.4	20.0	54.5	88.9	32.4	
	7.0	7.0	1.4	2.1	2.8	0.7	8.4	5.6	8.4	
TOTAL	30	20	5	6	9	5	22	9	37	143
	21.0	14.0	3.5	4.2	6.3	3.5	15.4	6.3	25.9	100.0

TABELA 40

COMO CONSEGUIU O ESPAÇO ONDE TRABALHA		
	Nº	%
Autorizado pela SMIC	50	35.0
Sem autorização, simplesmente instalou-se	35	24.5
Autorizado pelo lojista frentista	32	22.4
Autorizado pelos outros camelôs da rua	15	10.5
Alugado de outro camelô	6	4.2
Não respondeu	5	3.5
TOTAL	143	100.0

TABELA 41

QUANTOS DIAS TRABALHA POR SEMANA		
	Nº	%
6 dias por semana	99	69.2
7 dias por semana	28	19.6
5 dias por semana	12	8.4
2 dias por semana	2	1.4
3 dias por semana	2	1.4
TOTAL	143	100.0

TABELA 42

QUANTAS HORAS TRABALHA POR DIA		
	Nº	%
De 1 a 5 horas	5	3.5
De 6 a 10 horas	107	74.8
11 horas ou mais	31	21.7
TOTAL	143	100.0

TABELA 43

OUTRAS PESSOAS QUE TRABALHAM COM O ENTREVISTADO		
	Nº	%
Nenhuma	69	48.3
1 pessoa	47	32.9
2 pessoas	21	14.7
3 pessoas	5	3.5
4 pessoas	1	0.7
TOTAL	143	100.0

TABELA 44

VÍNCULO DOS AJUDANTES COM O ENTREVISTADO		
	Nº	%
Não se aplica	69	48.3
Familiares	55	38.5
Outros	19	13.3
TOTAL	143	100.0

TABELA 45

FORMA DE COMPRA DAS MERCADORIAS		
	Nº	%
Só a vista	118	82.5
A vista e crediário	10	7.0
Não respondeu	5	3.5
Consignação, outros	5	3.5
Combinação	5	3.5
TOTAL	143	100.0

TABELA 46

FORMA DE ABASTECIMENTO		
	Nº	%
Atacado	44	30.8
No exterior	23	16.1
Atacado e no exterior	22	15.4
Atacado e produção própria	22	15.4
Fábrica e atacado	14	9.8
Combinações	18	12.5
TOTAL	143	100.0

TABELA 47

RENDA FAMILIAR DECLARADA (EM S.M.)			
Salários mínimos	Nº	%	% válido
0 a 1	21	14.7	15.1
1.1 a 3	71	49.7	51.1
3.1 a 5	32	22.4	23.0
5.1 a 10	15	10.5	10.8
NR	4	2.8	MISSING
TOTAL	143	100.0	100.0
RENDA FAMILIAR DECLARADA (EM US\$)			
Dólares	Nº	%	% válido
0 a 50	10	7.0	7.2
51 a 100	32	22.4	23.0
101 a 150	30	21.0	21.6
151 a 200	23	16.1	16.5
201 a 300	18	12.6	12.9
301 a 400	19	13.3	13.7
401 ou mais	7	4.9	5.0
NR	4	2.8	MISSING
TOTAL	143	100.0	100.0

TABELA 48

CÁLCULO ESTIMADO DE RENDA MENSAL DOS CAMELÔS (EM S.M.)			
Salários mínimos	Nº	%	% válido
0 a 1	8	5.6	6.5
1.1 a 3	52	36.4	42.3
3.1 a 5	26	18.2	21.1
5.1 a 10	23	16.1	18.7
10.1 a 15	7	4.9	5.7
15.1 ou mais	7	4.9	5.7
NR	4	2.8	MISSING
TOTAL	143	100.0	100.0

CÁLCULO ESTIMADO DE RENDA MENSAL DOS CAMELÔS (EM US\$)			
Dólares	Nº	%	% válido
0 a 50	1	0.7	0.8
51 a 100	20	14.0	16.3
101 a 150	19	13.3	15.4
151 a 200	20	14.0	16.3
201 a 300	20	14.0	16.3
301 a 400	17	11.9	13.8
401 ou mais	26	18.2	21.1
NR	20	14.0	MISSING
TOTAL	143	100.0	100.0

TABELA 49

O QUE PREFERIRIA FAZER SE TIVESSE UMA BOA OPORTUNIDADE		
	Nº	%
Trabalhar por conta em loja própria, estável	40	28.0
Aperfeiçoar-se para trabalhar em emprego melhor	27	18.9
Assalariar-se com bom salário	26	18.2
Outros	22	15.4
Trabalhar por conta em casa	12	8.4
Não sabe/Não respondeu	11	7.7
Acha que não tem oportunidade por falta de formação	5	3.5
TOTAL	143	100.0

TABELA 50

FILIAÇÃO AO SINDICATO DE AMBULANTES		
	Nº	%
Sim	74	51.7
Não	63	44.1
Não respondeu	6	4.2
TOTAL	143	100.0

TABELA 51

PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES DO SINDICATO		
	Nº	%
Não	84	58.7
Sim	29	20.3
Não respondeu	25	17.5
Às vezes	5	3.5
TOTAL	143	100.0

TABELA 52

CONHECIMENTO DAS ATIVIDADES DO SINDICATO		
	Nº	%
Não sabe/Não respondeu	84	58.7
Assistência médica, jurídica	22	15.4
Intervenção outorgando ou trocando pontos	9	6.3
Não faz nada, nunca se beneficiou	8	5.6
Estabelece relações com a prefeitura / lojistas	7	4.9
Carteira FGT	6	4.2
Só pelo tema da Banca Padronizada	5	3.5
Só cadastramento, carteira	2	1.4
TOTAL	143	100.0

TABELA 53

OPINIÃO SOBRE AS ATIVIDADES QUE O SINDICATO DEVERIA DESENVOLVER		
	Nº	%
Não sabe/Não respondeu	76	53.1
Organizar melhor a relação entre os velhos e os novos camelôs	27	18.9
Cuidar melhor das bancas, pontos, mercadorias	18	12.6
Não fazer nada e deixar trabalhar	12	8.4
Enfrentar os lojistas e a prefeitura	6	4.2
Melhorar as relações com a SMIC	4	2.8
TOTAL	143	100.0

TABELA 54

OPINIÃO SOBRE SE OS CAMELÔS DEVERIAM SE ORGANIZAR DE OUTRA FORMA		
	Nº	%
Não sabe/Não respondeu	82	57.3
Sim	44	30.8
Não	11	7.7
Outros	6	4.2
TOTAL	143	100.0

TABELA 55

COMO SÃO AS SUAS RELAÇÕES COM A PREFEITURA		
	Nº	%
Boas	65	45.5
Não respondeu	38	26.6
Não tem	17	11.9
Ruins	15	10.5
Muito ruins	6	4.2
Muito boas	2	1.4
TOTAL	143	100.0

TABELA 56

OPINIÃO SOBRE O QUE A PREFEITURA TEM FEITO PELOS CAMELÔS		
	Nº	%
Não sabe/Não respondeu	59	41.3
Nada	42	29.4
Só a Banca Padronizada	18	12.6
Organizou melhor os camelôs	15	10.5
Só incomoda muito	8	5.6
Só fala com o sindicato	1	0.7
TOTAL	143	100.0

TABELA 57

OPINIÃO SOBRE SE A PREFEITURA CONSULTA OS CAMELÔS ANTES DE ATUAR EM QUESTÕES QUE OS IMPLICAM		
	Nº	%
Não	62	43.4
Não sabe/Não respondeu	56	39.2
Sim	25	17.5
TOTAL	143	100.0

TABELA 58

OPINIÃO SOBRE SE É A PREFEITURA OU O SINDICATO QUE DEVE TRAZER SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS DOS CAMELÔS		
	Nº	%
Não sabe/Não respondeu	46	32.2
Nenhum dos dois	40	28.0
Os dois	22	15.4
A Prefeitura	19	13.3
O sindicato	16	11.2
TOTAL	143	100.0

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Quest. Nº _____ Data: _____ / _____ / _____

V0000. Bairro de Trabalho: _____ (_____)

A) CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DO ENTREVISTADO

V0100. Sexo:

Masc.	1	
Feminino	2	(_____)

V0200. Posição na Família:

Chefe	1	
Cônjuge	2	
Filho	3	
Outros	4 (só irmãos, sozinho)	(_____)

V0300. Idade do entrevistado: _____ anos (_____)

V0410. Educação formal: _____ anos (_____)

V0420. Escolaridade:

Não assistiu	1	
1º grau incompleto	2	
1º grau completo	3	
2º grau incompleto	4	
2º grau completo	5	
Universitário incompleto	6	
Universitário completo	7	(_____)

V0510. Bairro de residência do entrevistado:

_____ Rua _____ (_____)

V0520. Tempo de residência em POA – Grande POA:

Nº de anos _____ Nativo 00 (_____)

V0530. Situação imobiliária:

Proprietário	1	
Aluga	2 (Aluguel Cz _____)	
Outros	3 (_____)	(_____)

V0541. Material da casa:

Alvenaria	1	
Madeira	2	
Mista	3	(_____)

V0542. Comodidades:

Apto. JK	1	
Apto. 1 dorm.	2	
Apto. 2 dorm.	3	
Casa 1 amb.	4	
Casa 1 dorm.	5	
Casa 2 dorm.	6	
Casa + 2 dorm.	7	(_____)

V0550. Você tem carro?

Tem	1(Marca e ano _____)	
Não tem	2	(_____)

V0560. Você paga INPS?

Paga	1	
Não paga	2	
Pelo sindicato	3	
Ele mesmo, como autônomo	4	
Encostado	5	
Aposentado	6	(_____)

V0570. Paga alguma taxa ao sindicato?

Paga	1	
Não paga	2	(_____)

V0570. Paga alguma taxa à Prefeitura?

Paga	1	
Não paga	2	(_____)

B) CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA DO ENTREVISTADO

V0600. Quantas pessoas moram no seu lar?

Nº de pessoas _____ (_____)

V0700. Grafique como está constituída a família.

(_____)

V0810. Das pessoas mencionadas, quantas recebem outra renda?

Nº de pessoas _____ (_____)

V0820. Qual é a atividade / renda? Especificar.

Assalariado industrial	1	_____
Assalariado serviços	2	_____
Também camelô	3	_____
Aposentadoria	4	_____
Outros	5	_____ (_____)

V0900. Das pessoas mencionadas, alguma está procurando trabalho? Especifique

Nº de pessoas _____

V1010. Qual era a ocupação de seu pai quando você nasceu? Trajetória.

Ocupação	1cc; 2sc	Tempo	Lugar
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
(_____) (_____) (_____) (_____) (_____)			

V1020. Qual era a ocupação de sua mãe quando você nasceu? Trajetória.

Ocupação	1cc; 2sc	Tempo	Lugar
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
(_____) (_____) (_____) (_____) (_____)			

V1100. Se o entrevistado não é o chefe do lar, perguntar pela trajetória ocupacional do chefe.

Ocupação	1cc; 2sc	Tempo	Lugar
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
(_____) (_____) (_____) (_____) (_____)			

V1210. Qual é o orçamento total de sua família?

Valor numérico Cr _____ (_____)

V1220. Como é formado o orçamento. Incluir contribuições de cada membro da família e suas origens.

_____	_____	(_____)
_____	_____	
_____	_____	
_____	_____	

Obs.: _____

C) HISTÓRIA OCUPACIONAL DO ENTREVISTADO

V1300. Quanto tempo você leva vendendo na rua?

(_____) anos (_____) meses (_____)

V1400. Sequência das ocupações anteriores do entrevistado.

Ocupação	1cc; 2sc	Tempo	Lugar	Empr./Ramo
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

Obs.: _____

- V1400. (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)
 V1410. (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)
 V1420. (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)
 V1430. (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)
 V1440. (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)
 V1450. (_____) (_____) (_____) (_____) (_____)

V1500. Por que você saiu do seu emprego anterior?

- | | |
|------------------------------------|-----------|
| Demissão | 1 |
| Pediu as contas por salário baixo | 2 |
| Pediu as contas por outros motivos | 3 |
| Sempre foi por conta | 4 |
| Outros | 5 (_____) |

V1600. Você conhece alternativas melhores de trabalho?

- | | |
|-----|-----------|
| Sim | 1 |
| Não | 2 (_____) |

V1700. O que preferiria fazer se tivesse uma boa oportunidade?

 _____ (_____)

V1800. Como foi que começou a trabalhar como camelô?

 _____ (_____)

V1900. Descreva os primeiros contatos com essa ocupação:

 _____ (_____)

D) OCUPAÇÃO ATUAL DO ENTREVISTADO

V2000. Como vendedor, você é

- | | |
|-----------------------|-----------|
| Independente | 1 |
| Empregado assalariado | 2 |
| Empregado a comissão | 3 (_____) |

V2110. Como conseguiu o espaço onde trabalha?

 _____ (_____)

V2120. O seu ponto de trabalho é

- | | |
|---------|-----------|
| Estável | 1 |
| Muda | 2 (_____) |

- Empregado a comissão 3 ()
- V2200. Quantos dias trabalha por semana?
() dias ()
- V2300. Quantas horas trabalha por dia?
() horas ()
- V2410. Quantas pessoas trabalham ou ajudam você?
() N° de pessoas (0 = só o entrevistado) ()
- V2420. São familiares ou não?
- Familiar 1
- Outros 2 ()
- V2500. Você vende
- Sempre o mesmo produto 1
- Muda às vezes 2
- Continuamente muda 3 ()
- V2600. De que forma compra sua mercadoria?
- Só à vista 1
- À vista e crediário 2
- Consignação 3
- Outros, combinação 4 ()
- V2700. Onde você se abastece?
- Fábrica 1
- Oficina 2
- Atacado 3
- Varejo 4
- No Paraguai 5
- Produção própria 6 ()
- V2800. Em média, quanto dinheiro fica livre para você por dia?
Cz _____ ()
- V2900. Você tem alguma entrada de dinheiro fora as vendas?
- Sim 1
- Não 2 ()
- V3000. Você gostaria de mudar de atividade?
- Sim 1
- Não 2 ()
- V3100. Para qual atividade?
_____ ()

E) RELAÇÃO DO ENTREVISTADO COM O SINDICATO DE AMBULANTES / OUTROS GRUPOS

V3200. Você é filiado ao sindicato dos ambulantes?

Sim	1	
Não	2	(_____)

V3300. Você participa das reuniões do sindicato?

Sim	1	
Não	2	
Às vezes	3	(_____)

V3400. Quais são as atividades que o sindicato desenvolve?

_____ (_____)

V3500. Quais as atividades que o sindicato deveria desenvolver, segundo sua opinião?

_____ (_____)

V3600. Você participa da comissão de rua?

Sim	1	
Não	2	
Não existe	3	(_____)

V3700. O que faz a comissão de rua?

_____ (_____)

V3800. O que deveria fazer a comissão de rua?

_____ (_____)

V3900. Você acha que os camelôs deveriam se organizar de outra forma?

Sim	1	
Não	2	
Outros	3	_____ (_____)

V4010. Você participa de outros grupos coletivos?

Sim	1	
Não	2	(_____)

V4020. De que tipo?

Nenhum	1	
Religioso	2	
Esportivo	3	
Associação de bairro	4	
Partido político	5	
Outros	6	(_____)

V4100. Assiste às reuniões?		
	Sim	1
	Não	2 (_____)
V4200. Exerce funções?		
	Sim	1
	Não	2 (_____)
V4300. Você acha que é a Prefeitura ou o sindicato que deveria trazer soluções para os problemas dos camelôs?		
	Não sabe	0
	A Prefeitura	1
	O sindicato	2
	Os dois	4
	Nenhum dos dois	5 (_____)

F) RELAÇÕES DO ENTREVISTADO COM A PREFEITURA / PODER PÚBLICO

V4400. Como são suas relações com a Prefeitura?		
	Ruins	1
	Muito ruins	2
	Boas	3
	Muito boas	4 (_____)
V4500. Você acha que a Prefeitura consulta os camelôs antes de agir/atuar em questões que os implicam?		
	Sim	1
	Não	2 (_____)
V4600. O que tem feito a Prefeitura pelos camelôs?		

	_____	(_____)
V4700. Como você é tratado pelos fiscais?		

	_____	(_____)
V4800. Você tem a quem recorrer quando se vê prejudicado por algum fiscal?		

	_____	(_____)
V4900. Você acha que faz falta mais organização dos camelôs para dialogar com a Prefeitura?		

	_____	(_____)
V5000. Você acha que o governo federal complicou a vida dos camelôs?		

	_____	(_____)

V5100. Quais são, na sua opinião, os principais problemas do Brasil?

_____ (_____)

Obs.: _____